

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MIRIAN MARIA DE OLIVEIRA

**O SONHO DA MORADIA DIGNA – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA -
ENTIDADES GOIÂNIA DE 2009 A 2015.**

GOIÂNIA-GO.

2017

MIRIAN MARIA DE OLIVEIRA

**O SONHO DA MORADIA DIGNA – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
ENTIDADES GOIÂNIA DE 2009 A 2015**

Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Serviço Social – da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Moraes.

GOIÂNIA-GO

2017

MIRIAN MARIA DE OLIVEIRA

**O SONHO DA MORADIA DIGNA – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
ENTIDADES GOIÂNIA DE 2009 A 2015.**

FOLHA DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Serviço Social, defendida em 29 de Março de 2017. Aprovado com Nota 9,00. Conceito “A”.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lúcia Maria Moraes.
Orientadora/PUC GOIAS

Profa. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro.
Membro Titular/ EXTERNO

Profa. Dra. Maria Conceição S. Padial Machado.
Membro Titular/PUC GOIÁS

Profa. Dra. Denise Andrade de Neves.
Suplente/PUC GOIÁS.

DEDICATÓRIA

A Deus, que me conduz em todos os meus passos, que é meu refugio e rocha firme.

A minha querida mãe que foi a minha primeira incentivadora.

Ao meu doce e amado marido André, que mais uma vez esteve comigo nas batalhas diárias, demonstrando o que é um verdadeiro amor.

Ao meu amado filho Derek e a pequena grande Anna Luiza.

A Professora Olívia Jácome, esse sonho tem um pouco de você.

A todos aqueles que estiveram do meu lado de alguma forma me incentivando e colaborando.

A minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

A realização de um novo sonho só foi possível graças a contribuição de várias pessoas. A todas elas o meu apreço.

A Deus acima de tudo, que esteve lado a lado comigo, quando não mais tinha forças era ele quem assumia, e não foram raras as vezes.

A minha amada mãe, que nunca duvidou que fosse capaz de realizar mais um sonho, e se manteve firme ao meu lado me encorajando e incentivando.

Ao meu doce e amado marido, André Luiz que foi muito mais que um companheiro, deixando de viver os seus sonhos para realizar os meus, o meu amor eterno.

Ao meu querido filho Derek, e a doce Anna Luiza, que tiveram todo carinho e compreensão comigo mesmo nos momentos de ausência.

A todos os companheiros e amigos da Igreja Nossa Senhora da Guia, que torceram por mim na realização de mais um sonho. Padre Walmir, Cleone e Altiva obrigada pelas orações incansáveis.

A todos os companheiros de trabalho, de especial forma a Luiz Roberto Beloti, que mais uma vez comprou meus sonhos, o meu agradecimento eterno, sem a sua ajuda não teria conseguido.

Aos amigos de curso, pelo respeito de forma especial a Priscilla Frazão que me acolheu como aluna extraordinária e por diversas vezes me incentivou e me ajudou.

Aos professores do Mestrado em Serviço Social de especial forma a Constantina Ana Guerreiro Lacerda, você nos mostrou valores.

Aos amigos queridos, Leidimar e Selminha o meu eterno agradecimento pelo carinho e dedicação, deixando muitas vezes as obrigações diárias para contribuir com minha formação.

A amiga carinhosa Olívia Maria Jácome, a realização desse sonho é mérito seu, obrigada pelos incansáveis incentivos e principalmente pela mão amiga a todos os momentos.

A professora Margot Riemann Costa e Silva que carinhosamente me acolheu no estágio de docência e muito me incentivou; o meu eterno carinho.

A Banca examinadora, professora Eleusa que muito me ajudou com suas considerações e a professora Conceição pelo carinho e respeito de sempre.

De forma especial a minha Orientadora Doutora Lúcia Maria Moraes, que acreditou que fosse capaz e me orientou, não só como aluna, mas principalmente como amiga.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) por proporcionar a bolsa para a realização dos meus estudos nos últimos seis meses.

“Dizem que a vida é para quem sabe viver, mas ninguém nasce pronto. A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar e humilde o bastante para aprender.”

Clarice Lispector

RESUMO

Este trabalho analisa a Política de Habitação no Brasil em especial a Habitação de Interesse Social, com foco no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de Goiânia nos anos de 2009 á 2015. Como foi realizado o trabalho do assistente social nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) dos Conjuntos Habitacionais Harmonia, Jardim Botânico I e Eldorado Oeste IV construídos por Associações ligadas a Entidades dos Movimentos de Moradia do Estado de Goiás. As famílias ao mudarem para suas casas,começam a enfrentar problemas como a distância, a falta de equipamentos públicos, segurança e outros. A luta das entidades em busca de propiciar moradia digna aos sem teto, tem trabalhado de acordo com os critérios exigidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E).

Palavras-chave: Direito, Moradia, Entidades, PTTS.

ABSTRACT

This paper analyzes the Housing Policy in Brazil, in particular Social Interest Housing, focusing on the My House My Life Entities Program in the city of Goiânia from 2009 to 2015. How was the work of the social worker performed in the Technical Work Projects (PTTS) of the Harmonia, Jardim Botânico I and Eldorado Oeste IV Housing Settlements, built by Associations attached to Movements of Housing Movements of the State of Goiás. Families moving to their homes begin to face problems such as distance, lack of Public equipment , security and others. The struggle of entities seeking to provide decent housing for the homeless has been working according to the criteria required by the Minha Casa Minha Vida - Entities Program (PMCMV-E)

Keywords: Law, Housing, Entities, PTTS.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Método de Divulgação.....	68
GRÁFICO 2 - População 01.....	87
GRÁFICO 3 - Gênero 01	88
GRÁFICO 4 - Estado Civil 01	89
GRÁFICO 5 - Vinculo Empregatício 01	90
GRÁFICO 6 - Profissão 01	91
GRÁFICO 7 - Renda Mensal 01.....	91
GRÁFICO 8 - Tipo de Moradia 01	93
GRÁFICO 9 - PTTS 01.....	94
GRÁFICO 10 - Habitabilidade 01	96
GRÁFICO 11 - Emprego 01	98
GRÁFICO 12 - Cultura e Lazer 01	98
GRÁFICO 13 - Acessibilidade a Portadores de Deficiência. 01.....	99
GRÁFICO 14 - Saúde 01	100
GRÁFICO 15 - Segurança 01	101
GRÁFICO 16 - População 02.....	111
GRÁFICO 17 - Gênero 02.....	111
GRÁFICO 18 - Idade Média 02	112
GRÁFICO 19 - Estado Civil 02	114
GRÁFICO 20 - Renda Mensal 02.....	115
GRÁFICO 21 - Condição 02	115
GRÁFICO 22 - Tipo de Moradia 02	116
GRÁFICO 23 - PTTS 02.....	117

GRÁFICO 24 - Habitabilidade 02	119
GRÁFICO 25 - Emprego 02	120
GRÁFICO 26 – Acessibilidade a Portadores De Deficiência 02	121
GRÁFICO 27 - Saúde 02	122
GRÁFICO 28 - Segurança 02	122
GRÁFICO 29 - Transporte Público 02	123
GRÁFICO 30 - Índice de Satisfação 02	125
GRÁFICO 31 - População 03	133
GRÁFICO 32 - Idade Média 03	135
GRÁFICO 33 - Estado Civil 03	135
GRÁFICO 34 - Trabalho 03	136
GRÁFICO 35 - Tipo de Moradia 03	137
GRÁFICO 36 - PTTS 03	138
GRÁFICO 37 - Habitabilidade 03	139
GRÁFICO 38 - Emprego 03	141
GRÁFICO 39 - Saúde 03	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de grupos distintos por renda.....	62
Tabela 2 - Lista de Empreendimentos Contratados no Estado de Goiás.....	70
Tabela 3 - Quantidade de Unidades Contratadas e Concluídas.....	73
Tabela 4 - Quantidade de Unidades Contratadas e Concluídas no Município de Goiânia.....	73
Tabela 5 - Fases do PTTS.....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta das Unidades Habitacionais do Eldorado Oeste IV.	82
Figura 2 - Planta da Unidade Habitacional do Condomínio Harmonia	106
Figura 3 - Planta do Condomínio Habitacional Harmonia.....	107
Figura 4 - Planta do Condomínio Habitacional Jardim Botânico I	127
Figura 5 - Planta da Unidade Habitacional Jardim Botânico I	128

LISTA DE FOTOS.

FOTO 1 - Casas que ainda não ficaram prontas Eldorado Oeste IV.....	87
FOTO 2 - Casa alterada, grades e cimento na porta – Eldorado Oeste IV.	92
FOTO 3 - Fundo do quintal - Falta muro de arrimo - Eldorado Oeste IV.....	97
FOTO 4 - Vista da Frente, grades para inibir assaltos - Eldorado Oeste IV.....	101
FOTO 5 - Espaço lateral modificado pelo morador - Condomínio Harmonia.	104
FOTO 6 - Casa sem alteração - Condomínio Harmonia.....	109
FOTO 7 - Entrada da frente - adaptada para idosos - Condomínio Harmonia.	113
FOTO 8 - Banheiro adptado para idosos - Condomínio Harmonia.....	113
FOTO 9 - Banh. Adapt. para idosos. Condomínio Harmonia.	114
FOTO 10 - Espaço aumentado na casa - Condomínio Harmonia.	119
FOTO 11 - PlayGround - Condomínio Harmonia.	124
FOTO 12 - PlayGroud - Condomínio Harmonia.	124
FOTO 13 - Casa c/ área na frente - Condomínio Jardim Botânico I.....	131
FOTO 14 - Casa original - sala/coz. americana – Cond. Jardim Botânico I.	132
FOTO 15 - Casa sem morador Frente original - Cond. Jardim Botânico I.....	133
FOTO 16 - Casa sem morador, original fundos - Cond. Jardim Botânico I.	134
FOTO 17 - Espaço alterado frente da casa - Cond. Jardim Botânico I.....	140
FOTO 18 - Espaço Fundos - Condomínio Jardim Botânico I.	140
FOTO 19 - PlayGround Cond. Jardim Botânico I.	142
FOTO 20 -- PlayGround Cond. Jardim Botânico I.	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CEF	Caixa Econômica Federal
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMP	Central de Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional de Bispos no Brasil
COHABs	Companhia de Habitação Popular
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COTS	Caderno de Orientação Técnico Social
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAMERJ	Federação da Associação de Moradores do Rio de Janeiro
FCP	Fundação Casa Popular
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGHAB	Fundo Garantidor de Habitação
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
IAPs	Instituto de Aposentadoria e Pensões.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras
MBES	Ministério da Habitação e do Bem Estar Social
MCidades	Ministério das Cidades
MDU	Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MHU	Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente
MLB	Movimento de Luta por Bairro
MLP	Movimento de Luta Popular
MNLM	Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
OGU	Orçamento Geral da União
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PAIH	Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

PIS	Programa de Integração Social
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades
PNH	Política Nacional de Habitação.
PBQP-H	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
PSH	Programa de Subsídio à Habitação
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
PUC-GOIÁS	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RECID	Rede de Educação Cidadã
SABs	Sociedade Amigos do Bairro
SEAC	Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SELVIP	Secretaria Latino Americana Vivenda Popular.
SEPURB	Secretaria de Política Urbana
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNHM	Sistema Nacional de Habitação de Mercado
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
UEMP-GO	União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás
UI	União das Invasões
UNMP	União Nacional de Moradia Popular.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - A POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL.....	25
1.1 O DIREITO À TERRA E À MORADIA.....	28
1.2 A HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	34
1.3 OS DOCUMENTOS E INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO.....	38
CAPÍTULO 2 - A LUTA POR MORADIA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES	47
2.1 A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELO DIREITO DE MORAR.....	49
2.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	62
CAPÍTULO 3 - O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PMCMV ENTIDADES DE GOIÂNIA: RESIDENCIAL PARQUE ELDORADO OESTE IV, CONDOMÍNIO HABITACIONAL HARMONIA. CONDOMÍNIO JARDIM BOTÂNICO I.	75
3.1 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL E O ASSISTENTE SOCIAL NO PMCMV – ENTIDADES DE GOIÂNIA.....	76
3.1.1 O RESIDENCIAL PARQUE ELDORADO OESTE IV:	80
3.1.2 O CONDOMÍNIO HABITACIONAL HARMONIA.....	103
3.1.3 O CONDOMÍNIO JARDIM BOTÂNICO I.....	126
CONSIDERAÇÕES	147
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	156

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo discutir o papel do assistente social com relação à luta pela efetivação de direitos no que diz respeito a habitação, levando em conta os instituídos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP,1966), Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC,1966), no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257 (BRASIL,2001-A), bem como seus instrumentos legais: Plano Diretor, etc.

A Constituição traz um redesenho do que seja o direito de moradia que não se resume a ter um teto e paredes para abrigar. O *habitat* humano deve ser digno com segurança de posse, com serviços de infraestrutura e equipamentos públicos. O custo deve ser acessível, deve proporcionar boa habitabilidade, com localização adequada, acesso a cultura e lazer e assim deve estar inserida no contexto da cidade urbanizada.

Uma luta das entidades civis, somados a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) os Pactos Internacionais dos quais o Brasil é signatário, e um conjunto de leis entre elas o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001 A), deixa explícito que o Estado é responsável para equacionar a falta de moradia no País. Instrumentos Legais, que vieram instituir o direito à moradia a todos, e assim propiciar elementos jurídicos para sustentar a luta de movimentos sociais que buscam articular entre si e com o Estado para solucionar os problemas habitacionais.

Essa dissertação é um estudo de avaliação da articulação do trabalho do assistente social na elaboração e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV - E) criado em 2009, programa este que tem como objetivo o acesso à moradia às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. O programa constitui em uma articulação direta do Ministério das Cidades (MCidades) e Caixa Econômica Federal (CEF) com os movimentos de moradia nacional, que lutam pelo direito de ter um espaço com qualidade para as famílias associadas.

O interesse despertado pela temática ocorreu a partir da realidade vivida no estágio, na instituição União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás (UEMP-

GO)¹. Acompanhando as lutas passo a passo da Associação para a construção do conjunto habitacional Eldorado Oeste IV foi possível verificar, as dificuldades enfrentadas pelas famílias cadastradas, futuros moradores, para concretizar a conquista da casa própria a espera, na maioria das vezes longa, mas paciente por acreditar que seus direitos poderiam ser viabilizados.

A associação está ligada ao movimento de moradia União Nacional por Moradia Popular (UNMP), criado em 2006 com o intuito de organizar famílias de sem teto que não têm condições financeiras de adquirirem sua moradia por meio do sistema nacional de financiamento da casa própria. A UNMP constitui em um dos movimentos nacionais que luta pelo direito à moradia no Brasil como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e outros.

A população pobre, por meio da organização dos movimentos de moradia, de entidades profissionais, de Organizações Não Governamentais (ONGs), e outras entidades busca participar da política habitacional no sentido de criar leis e programas que possam resolver problemas habitacionais, como procuramos evidenciar nesta dissertação através do PMCMV - E.

A associação conta com o assistente social que exerce o papel de “técnico social”. É contratado pela entidade para participar das atividades a serem desenvolvidas que vão da elaboração à execução do PPTS que tem por meta dar aparato às famílias que serão moradoras dos conjuntos habitacionais. Atividades essas, muitas vezes, desafiadoras para o profissional como a seleção das famílias, a localização do conjunto habitacional (já adquirido pela associação), realização de cursos e tantos outros requisitos exigidos pelo Programa.

¹ Movimento que tem como objetivo no seu estatuto: Art.3º - A UEMP-GO tem como objetivo fundamental organizar e articular as associações populares a ela filiadas, bem como seus associados, dentro de seus próprios projetos, os movimentos e entidades por moradias em seus diversos níveis (posse urbana, moradores de rua, moradores de área de risco, inquilinos, associações comunitárias de construção, sem terra, sem tetos, mutirões, cooperativas habitacionais populares e centros em defesa de moradia) em busca de uma política habitacional voltada aos interesses populares [...] (GOIÂNIA, 2007, ART.3º)

No desenvolvimento da dissertação fez-se necessário compreender como funcionou o processo de organização das famílias moradoras dos Conjuntos Habitacionais Residencial Parque Eldorado Oeste IV, Condomínio Jardim Botânico I e Condomínio Habitacional Harmonia, através do questionário aplicado às famílias.

Foi pré-estabelecido, como público os moradores, cujo perfil conforme (BRASIL, 2009) ² e de mulheres chefes de família, idosos acima de 65 anos e moradores que possuíam em suas moradias pessoas com deficiência física, por fazerem parte do grupo prioritário do PMCMV-E.

Foram realizadas visitas e aplicados os questionários junto às pessoas moradoras dos conjuntos habitacionais acima citados, por não existir informações nas Entidades, fez-se necessário a visita em todas as unidades, essa pesquisa foi realizada nos fins de semana, por se tratar de um projeto de habitação de interesse social e as famílias, em sua maioria, estarem ausente durante a semana para o trabalho diário de sustento. Quanto aos dirigentes das associações: Associação Habitacional Força Leste, Associação Habitacional Vida Nova e União Estadual por Moradia Popular optou por entrevista para maior aproximação com o dirigente a mesma opção foi adotada para assistentes sociais responsáveis pelo PTTS desenvolvido: também foi utilizado a análise dos PTTS e do Projeto de Engenharia para melhor compreensão do que foi elaborado no projeto e o que de fato foi realizado. Em todos os casos de entrevista e aplicação de questionários foi preservado em sigilo a identidade dos entrevistados de acordo com o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE³), usando para isso codinomes.

Através das entrevistas com as entidades, UEMP-GO, Associação Habitacional Vida Nova e Associação Habitacional Força Leste se fez possível compreender, quem são os agentes que dão impulso a essa organização social, de que forma acontece o levantamento de dados para construção do projeto, se de fato o Projeto consegue

² Art.3º da Lei 11.977 – “IV – prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; prioridade de atendimento às famílias que façam parte pessoas com deficiência.” (BRASIL, 2009, P.4)

³ Ver apêndice 1

alcançar o objetivo de emancipação e de consolidação de direitos e o papel do assistente social nessa articulação.

É importante o papel do assistente social como articulador, na pós-ocupação uma vez que ali será o novo núcleo de vivência, o novo bairro das famílias associadas. Após a entrega das casas, as famílias começam a avaliar as falhas, que se constituíram ao longo do projeto executado. Pois, no ensejo de simplesmente estar dentro de suas casas deixam passar coisas simples como direitos, que muitas vezes tem ciência, ou muitas nem foram percebidos.

De acordo com o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) (BRASILIA, 2010 B), o assistente social responsável pelo projeto deve dar continuidade após a mudança dos associados. Neste contexto, é importante realçar o papel do assistente social no momento de entrega do conjunto habitacional as famílias, ele deve incentivar discussões no sentido de politização das famílias que estão inseridas nos programas habitacionais, bem como idealizar a constituição de grupos de movimentos reivindicando os seus direitos.

Iamamoto (2014) realça que os assistentes sociais devem trabalhar com a questão social⁴, nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.

Assim, é preciso que os assistentes sociais assumam a caminhada junto aos movimentos sociais, para reivindicar direitos das famílias moradoras dos projetos e mostrar que não devem concordar simplesmente com o que lhes foi posto; é preciso que a comunidade assuma o compromisso e responsabilidade; é o que salienta (MOYSÉS, 2004, p.395) “[...], isso não só muda as expectativas das pessoas envolvidas, como também lhes infunde mais alento, estimulando cada vez mais a resolverem seus próprios problemas”.

⁴ Questão Social que, sendo desigualdade e a ela resistem e se opõem. E nessa tensão entre produção da desigualdade e produção de rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2014,p.28)

A luta da população pode e deve ser ouvida, mas é preciso a união dos movimentos sociais para que ela não se fragmente e tome força para ser articulada, fortalecendo uma política urbana voltada para os interesses da população o que nos reporta a obras de pesquisadores como Maricato (1997/2004/2012), Bonduki (1992/2009/2011), Rolnik (2001/2012/2015), Kowarick (1994), dissertações de mestrados e teses de doutorados que abordam, com peculiaridade, o assunto e outros.

A base teórica adotada fez a opção pelo método teórico crítico de natureza quali-quantitativa, com o intuito de apreender o verdadeiro sentido do PTTS no PMCMV-E na cidade de Goiânia nos Conjuntos Habitacionais Residencial Parque Eldorado Oeste IV, Condomínio Habitacional Harmonia e Condomínio Jardim Botânico I. A seleção desses ocorreu em função de informações coletadas junto ao MCidades, sendo os projetos entregues pelo PMCMV-E na cidade de Goiânia, servindo de orientação para os demais empreendimentos.

A estrutura do trabalho está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, aborda: A política de habitação social num contexto geral, fazendo uma historicidade para melhor compreensão ao que concerne direitos na habitação social e na cidade, quais são os problemas da habitação social no Brasil, os instrumentos legais na política de habitação bem como a luta dos movimentos sociais no direito de morar.

No segundo capítulo, trata-se do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), uma abordagem no Programa como um todo e com enfoque maior no PMCMV – E, passando pelos movimentos sociais por serem os responsáveis pela implementação desse Programa. Primeiramente foi feito uma abordagem no nível de Brasil afinando para o Programa no Estado de Goiás.

O terceiro capítulo é uma abordagem do PTTS desenvolvido nos três projetos habitacionais para melhor compreensão do trabalho do assistente social realizado junto ao Programa Entidades e conseqüentemente a Política de Habitação Social no Brasil. Enfoca a avaliação da pós-ocupação dos conjuntos habitacionais aqui estudados, com uma análise dos dados coletados junto às famílias através dos questionários aplicados, junto aos moradores e entrevistas gravadas com os dirigentes das Entidades e assistentes sociais. Em face dessas informações, foi feito uma

pesquisa sobre a elaboração e execução do PTTS, para melhor entendimento do que se propunha no Projeto e de fato o que foi desenvolvido tanto pela Associação como pelo assistente social.

CAPÍTULO 1 - A POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL.

O Brasil, ocupado nos anos de 1500 pelos portugueses, traz, em seu bojo, resquícios de uma colonização portuguesa de exploração, exclusão e principalmente de escravidão dos índios, dos negros, os imigrantes e posteriormente da população pobre em geral, fato que ocorre até os dias atuais. Aos poucos os portugueses foram criando pequenos aglomerados de pessoas em um mesmo lugar, dando origem às Vilas e iniciando, assim, o processo de urbanização/colonização.

De 1500 a 1800 ocorre uma época no Brasil de verdadeira exploração de tudo que existia na terra desde a vasta matéria prima (pau-brasil, ouro, prata, cana de açúcar, café) que foi o que de fato fez encher os olhos dos portugueses, até a população (mão de obra) existente no País, os índios que passam a ser escravizados. Pois de acordo com Santos (2012, p.56) “os portugueses vieram para serem dirigentes, empresários comerciais, mas não trabalhadores.” A terra não tinha dono, era utilizada por todos os que tinham condições de cultivá-la.

Ao falar sobre moradia no Brasil, é preciso buscar na história elementos para que seja visto como um problema que nasce com o principio da História do Brasil. A questão da terra, momento este em que se seleciona quem tem direito, não só para morar, mas, também para usufruir como seu sustento e lucro. Deixando claro que quem recebia as glebas era o Senhor (amigo do Rei de Portugal), através das capitânicas hereditárias⁵, a terra passou a ser uma mercadoria, que tornou explicito a “divisão de classes” no Brasil.

Marx e Engels (2007) discorrem sobre divisão de classes :

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligado a isso, surge uma

⁵ As capitânicas hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D.João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa. Esse sistema foi criado com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões de estrangeiros. Ganham o nome de capitânicas hereditárias pois eram transmitidas de pai para filho.(www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias/).

classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsada da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes, uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical[...]. (2007, p.41)

A partir dos anos 1880, quando surgiu uma grande demanda de estrangeiros em busca de trabalho, o Território que tinha como mão de obra escravos, não estava preparado para receber e abrigar tamanho contingente populacional. Sem espaço habitacional a esse segmento a saída eram as vilas dos imigrantes, mais conhecidas como cortiços, construídas pela iniciativa privada. Porém, isso passou a ser uma grave ameaça à saúde pública pelo adensamento populacional, pela falta de higiene e saneamento por não existir espaços próprios e a maioria das ações serem comunitárias - uma pessoa doente poderia se tornar um risco de epidemia na região das vilas. Com a abolição dos escravos em 1888 a situação se agravou, o negro liberto chegou à cidade sem ter onde morar e sem condições de adquirir um imóvel para o seu abrigo.

Em relação à habitação, a preocupação a princípio não foi pensar em moradia para aqueles que necessitavam, mas, resolver os problemas de epidemias nas cidades. É o que nós traz Bonduki (2011, p.21):

se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas, pois as únicas informações sobre as mesmas nós chegaram através dos técnicos preocupados com a saúde pública.

As leis eram na vertente sanitária e logo surgiram os primeiros planos higienistas, que constituíram basicamente na expulsão dos pobres para a periferia. Devido a insalubridade foi necessário a intervenção estatal na habitação, certo autoritarismo sanitário:

o Estado foi obrigado a atuar de forma mais vigorosa. A (ir) racionalidade da produção capitalista de edifícios, o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto, a carga de empresas privadas, entre outros, passaram a constituir séria ameaça à saúde pública. [...] (BONDUKI, 2011, p.27)

A situação era tão grave que no ano de 1893 a cidade de São Paulo foi atingida por um surto epidêmico de febre amarela e pela cólera morbo, contada por Bonduki (2011, p.31) “os agentes da ordem sanitária não hesitaram em invadir casas, remover

moradores (doentes ou não), desinfetar móveis e objetos pessoais, demolir e queimar casebres, isolar quarteirões, prender suspeitos, atacar focos.” Os moradores se dirigiram para os morros dando origem as favelas.

Parte dos bairros das grandes cidades era como dormitórios, muitos trabalhadores ficavam na própria fábrica e cochilavam por ali mesmo, pois o intervalo era muito curto para chegar em casa e voltar novamente, preferiam ficar por ali mesmo para começar dentro de poucas horas o próximo turno de trabalho. Uma população sem direitos trabalhistas, ocupando principalmente crianças e mulheres, pois a mão de obra era mais barata⁶.

O acesso à terra sempre foi objeto de luta de quem precisa dela para abrigo ou tirar o seu sustento e continua sendo a luta de muitos movimentos sociais na atualidade. As leis de certa forma, favorecem quem tem melhor poder aquisitivo fazendo com que se torne cada vez mais distante a viabilização dos direitos sociais ao segmento da classe dominada; os pobres.

A separação de classes se agrava na questão da moradia cujo acesso não só a casa para morar, mas ao direito à cidade é o que nós remete Harvey (2014, p.55,56)

o direito á cidade não pode ser concebido simplesmente com um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridades sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais.

Direito esse que existe para todos, mas que, se distancia cada vez mais quando a população é segregada em espaços destituídos de bens e serviços. Tal realidade remete esse segmento nos dias de hoje aos projetos habitacionais do PMCMV – E.

⁶ Como mostra Kowarick (1994,p.94) em sua pesquisa: Ao êxodo rural para as cidades, agravado pela crise cafeeira, iriam se adicionar aos trabalhadores que não passaram pelo campo. Tal contingente, acrescido de trabalho feminino e infantil, largamente utilizado nos primeiros decênios da industrialização, forjou ampla reserva de trabalhadores, que, historicamente, pressionou para baixo os níveis salariais.

1.1 O DIREITO À TERRA E À MORADIA

Durante anos o que contava como bens não era a quantidade de terra, mas a mão de obra escrava que a principio era o índio e posteriormente os negros, pois quanto mais escravos tivessem, maior seria o poder de extração das matérias primas e maior valor da propriedade rural.

Para Martins (2015, p.41) os escravos eram propriedades, também usados como critério de garantia para empréstimos bancários:

o escravo tinha dupla função na economia da fazenda. De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado de produção. Por esse motivo era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas (nome reservado aos emprestadores de dinheiro), dos comissários (intermediários da comercialização do café) ou dos bancos o capital necessário, seja ao custeio seja a expansão das fazendas. O escravo era o penhor do pagamento dos empréstimos. Por isso, praticamente todo o capital do custeio provinha de hipotecas lançadas sobre a escravaria das fazendas.

Martins (2015) e outros autores deixam claro que a propriedade valia mais pelo número de escravos, pois esses geravam maior rentabilidade à fazenda. O autor completa dizendo “Mais valiosos que a terra era os escravos” (2015, p.41), o ser humano tinha um valor de moeda.

O Estado de Goiás, rico em ouro e a presença forte do indígena que até então era considerado mão de obra escrava, começou a ser explorado logo nos anos 1592 e que nos relata Moraes (2003, p.21)

o processo de ocupação e de colonização do Centro-Oeste foi semelhante àquele que se verificou com o desembarque dos Europeus no litoral, no ano de 1500, quando a invasão das novas terras, habitadas por índios, provocou conflitos intermitentes entre os novos ocupantes e as tribos indígenas.

Ainda sobre a exploração Moraes (2003, p.49) completa relatando: “os índios, então legítimos donos da terra, foram ignorados, sacrificados e em sua maioria, dizimados pelos descobridores”.

A exploração da mão de obra, em principio dos índios, perpassa pelos negros e chega aos colonos, imigrantes que debandam ao Brasil.

Maricato (1997, p.18) remonta a situação posta: “Até 1850, a terra não servia como objeto de hipoteca para a realização de empréstimos, mas os escravos sim. Eles eram fonte de renda e, portanto, de investimento”.

Para Hobsbawm, (2013, p.33), “o mundo em 1789 era essencialmente rural e é impossível entendê-lo sem assimilar esse fato fundamental” o autor (2013) realça que até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural anos mais tarde, em 1851.

Hobsbawm (2013) ainda diz que por volta da década de 1780 começa a industrialização na Inglaterra e, assim, tem início um processo onde tudo começa a ter valor, o que até então era negociado sob forma de escambo toma corpo e forma de moeda; começa a se falar em Estado.

No Brasil a história é um pouco tardia mesmo porque datada da sua colonização é que tem início o processo de estruturação.

Segundo Fausto (1995), o ano de 1850 foi de mudanças drásticas no Brasil na tentativa de mudar a fisionomia do país, entre elas extinguiu-se o tráfico dos escravos e promulgou-se a Lei de terras (Brasil, 1850).

A terra começou a fazer parte da exploração, até então “sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço” (MARTINS, 2015, p.36). E começou a faltar mão de obra e foi nesse momento que consideraram a proposta de trazer imigrantes italianos, alemães, suíços, belgas e portugueses, o que passou a ganhar força e aos poucos se efetiva. Aos olhos dos imigrantes era uma oportunidade de ganhar dinheiro e ter o seu pedaço de chão, porém aos olhos dos fazendeiros não era bem essa a ideia é o que relata Prado Junior (1984, p.139):

os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida á sua qualidade de trabalhadores livres; os contratos de trabalho que os emigrantes assinavam antes de embarcar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país onde se engajavam, eram geralmente redigidos em proveito exclusivo do empregador e não raro com acentuada má-fé.

Prado Junior (1984) se atém a questão econômica em si. Vejamos com outros olhos o que concerne a terra e não ao trabalho. A ideia a princípio é que os imigrantes entrariam no Brasil com direito a propriedade e trabalhando como assalariados, mas isso não ocorria quando chegavam à Colônia portuguesa. Viam-se submetidos a um cativo o que pode ser constatado a partir das colocações de Martins (2015, p.47).

a fórmula que propunham e que acabaram implantando era a de que o imigrante deveria conquistar a propriedade da terra pelo trabalho, presumivelmente trabalho na grande lavoura. Nesse caso, o trabalho prévio na fazenda de café entrava como condição para, que o trabalhador obtivesse os meios para se tornar proprietário da terra.

O autor (2015) realça que foi feita uma manobra para que os colonos ficassem presos aos fazendeiros, e assim tornarem-se cativos da terra e conseqüentemente dos proprietários. Houve uma manipulação dos débitos com pagamento do transporte, gasto da viagem, dele e de toda família, cobrando juros abusivos sobre adiantamentos e mercadorias fornecidas para a família, compradas no mercado de propriedade do fazendeiro, fazendo assim com que prolongassem o período de verdadeira exploração. O colono era obrigado a trabalhar primeiramente para pagar as dívidas e depois para conseguir a propriedade. Era, na verdade, uma substituição de escravos negros por escravos brancos.

Isto é:

[a] meta era superexplorar o trabalhador para que os recursos antecipados pelo pagamento das passagens rendam o máximo. Mas, para tanto, torna-se também necessário espoliá-lo para que, endividado, não possa se desligar da propriedade que o importara. O principio desse processo de criação de riquezas reside em impedir, utilizando-se do aparato coercitivo que o suporta, que o colono salde suas dividas e possa, com isso, comprar sua liberdade. (KOWARICK, 1994, p.67 e 68)

Iamamoto (2011, p.116) percebe como funciona o trabalho escravo e a propriedade privada ao afirmar que,

a renda da terra constitui parte da mais valia social, produzida pelo trabalho social assalariado no processo produtivo, que é apropriada pelos proprietários fundiários, em decorrência do fato de disporem de um título jurídico de propriedade da terra.

Com a instituição da Lei de Terras (BRASIL, 1850) ficou desvelado à necessidade de propriedades que abrigassem famílias destituídas de todo e qualquer

poder. Assim, a propriedade tinha donos, ficando mais distante o sonho se ter um pedaço de chão, sobrando à classe destituída de poder: vender a única coisa que possuíam a mão de obra. O que, infelizmente, não fazia muita diferença, pois os grandes fazendeiros agora utilizavam o dinheiro que tinham para subornar os escrivães e notários para falsificarem os títulos de propriedade. É o que conta Martins (2015, p.49).

o capital que antes era pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros que, com base em documentos falsos, depois de 1854, apossaram-se de extensas áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, revendendo-as a novos e potenciais fazendeiros.

No ano de 1889, extingue-se a Monarquia que dá espaço à Primeira República. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição Republicana (BRASIL, 1891) inspirada no modelo norte americano, que estabelecia três poderes: - o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, nesse bojo surgem na época o sufrágio universal que,

para proceder as eleições, fixou-se o sistema de voto direto e universal, ou seja, suprimiu-se o censo econômico. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluindo certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar. (FAUSTO, 1986, p.251)

O sufrágio universal também tinha as suas entrelinhas o que vem na sequência como salienta Fausto (1995, p.251) são direitos de “letra morta”: “o texto constitucional consagrou o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade”.

Em Goiás, segundo Moraes (2003) a Lei de Terras (BRASIL, 1850) não funcionou de imediato precisou ser feita uma nova lei em 1893 para atender aos interesses da classe dominante local, uma vez que não deu oportunidade a classe trabalhadora de ser proprietária.

a aplicação da Lei de Terras só foi possível com a regulamentação de uma nova lei de terras para o Estado de Goiás, lei nº.28, de 19 de julho de 1893, que era mais flexível no tocante à regularização e, assim, atendia aos interesses da classe dominante local (MORAES,2003,p.52)

Já nessa época os pequenos produtores e arrendatários, os escravos alforriados iludidos com uma possível mudança de vida repentina e com promessas do

setor industrial vão para a cidade e o que acontece é contado por Prado Junior (1984, p.147-148):

a questão de mão de obra nestes centros maiores e onde se localiza a indústria, resolver-se-á facilmente e a baixo preço. O que será aliás o fator máximo de sua prosperidade. Aí a população [marginalizada], sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio "senhor e escravo". Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição.

Surge, neste contexto, outro grande agravante: a mão de obra excedente, ou exército de reserva, pois com o processo migratório do campo para a cidade o que mais se via eram pessoas em busca de emprego. Uma maioria preocupada em sustentar suas famílias, não se preocupava com o valor do salário, precisavam ter recursos financeiros para sustentar a família. Santos (2012, p.138) afirma:

[...] abolido o regime de trabalho escravo, a população negra não foi imediatamente transformada em trabalhadores assalariados, em face da opção pela imigração europeia. Seu papel foi, antes, o de população excedente para as necessidades médias do capital agrário.

Começa assim um processo de desruralização e conseqüentemente o de favelização no qual os que migravam para as cidades estavam à procura de formas de sobrevivência e de um lugar para morar. As dificuldades econômicas e a falta de moradia nas grandes cidades fizeram com que os trabalhadores rurais fossem morar em lugares não propícios a moradia adequada, surgindo os grandes cortiços que abrigavam os operários das fábricas sem nenhuma condição, locais totalmente insalubres, conforme já visto.

Na era Vargas (1930-1945) vem à tona o tema habitação social com um grande diferencial, uma fase aberta da reflexão sobre o problema de moradia é o que relata o arquiteto Bonduki (2011, p.75):

[...] A ampliação do ensino superior e da burocracia estatal nos anos Vargas propiciou novos enfoques, que tiveram como resultado não só um diagnóstico das condições habitacionais e dos obstáculos para a sua melhoria, como

também a elaboração de propostas que levaram em conta os aspectos físicos, institucionais, urbanísticos, econômicos, jurídicos, sociais e ideológicos da questão. E tudo isso com o objetivo de viabilizar soluções habitacionais alternativas para a população de baixa renda, sobretudo a casa própria.

Nessa época já fica muito claro onde o pobre vai morar, pois os loteamentos abertos pelos especuladores eram muito distantes, é muitas vezes “a ligação viária desses loteamentos com o centro da cidade era tão precária que poucos, habituados a morar juntos ao emprego, ao comércio e aos serviços urbanos, se disporem a mudar para a periferia.” (BONDUKI, 2011, p.93). Não era difícil encontrar entre os moradores dos cortiços proprietários de loteamentos na periferia. E nos dias de hoje não é diferente a situação. Muitos das famílias associadas que conseguiram a sua moradia pelo PMCMV – E deixam de morar em suas casas para morar de aluguel, tamanha a distancia e falta de infraestrutura existente, como será mostrado nesta dissertação através da pesquisa de campo.

Segundo Bonduki (2011) na década de 1930, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que tinham como prioridade a previdência surge com a possibilidade de aproveitar os recursos nos programas de habitação social. No dia 1º de Maio de 1940, foi criada a Fundação Casa Popular (FCP), primeiro órgão federal com atribuição exclusiva de solucionar o problema habitacional da população de baixa renda.

Ainda segundo o autor (BONDUKI, 2011) em 1942 foi elaborada e aprovada a Lei do Inquilinato (BRASIL, 1942) que durante muito tempo coibiu o aumento dos alugueis, mas a partir de 1946, começaram os despejos, pois já não compensava mais alugar moradias e assim começam a surgir favelas nas áreas periféricas sem nenhuma urbanização.

As favelas são lugares reservados a quem não tem moradia própria; a quem é excluído pelo mercado imobiliário e em geral são lugares impróprios para o *habitat* humano pela falta total e/ou parcial de infraestrutura urbana. Davis (2006, p.33) define favela como sendo um lugar com “[...] excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado á água potável e condições sanitárias e insegurança de posse de moradia”.

Com a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), a moradia adequada foi reconhecida como direito humano universal. O artigo 17 traz que “Todo ser humano tem direito a propriedade, só ou em sociedade com os outros.” E completa dizendo “Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade”.

Moraes, (2008, p.12) define o que é o direito a moradia: “O direito a moradia pode ser definido de forma simples como o direito a ter um lugar adequado para se viver, em que haja a possibilidade de uma vida digna e saudável”.

Ainda sobre o assunto Moraes (2008) relata que o Direito a moradia é um direito humano e Constitucional.

Para resolver o problema de moradia, no ano de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo principal de atender a população de baixa renda. Em seguida, criou-se o Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Após uma longa discussão de cunho ideológico na XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas é adotado em 16 e 19 de Dezembro de 1966 dois tratados o PIDCP (1966 - A) e o PIDESC (1966 – B) que no Brasil só foi aceito e efetivado em lei com o Decreto 591 e 592 (BRASIL, 1992 – A, B).

É importante compreender que o direito à moradia está incluso também no direito à cidade. A maioria dos conjuntos habitacionais, para abrigar a população pobre é construído nas periferias das cidades, longe de tudo com pouco acesso à infraestrutura e o acesso aos locais dependem muitas vezes de percorrerem distâncias que se tornam um grande problema. É o que poderá ser visto nos projetos habitacionais desenvolvidos pelo PMCMV - E.

1.2 A HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.

O PIDESC (1966) traz em seu arcabouço institucional recomendações aos seus signatários sobre o direito a moradia. De acordo com o Art.11:

os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas

apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

No Brasil existe um grande número de famílias que não tem acesso à moradia, e outros tantos sem acesso à moradia digna. Esse número vem se concentrando sobre a população pobre, uma vez que esse segmento mora normalmente em loteamentos clandestinos, favelas, ocupações e/ou conjuntos habitacionais. Localizados na periferia das cidades e nas áreas de risco como fundo de vale e morros. Maricato (2004) explica como se dá esse fenômeno:

- sem alternativas, a população excluída acaba ocupando áreas inadequadas, como as periferias distantes, as áreas de proteção ambiental, as beiras dos córregos, as encostas íngremes, entre outros. [...]
- A segregação espacial da pobreza homogênea (que em geral é acompanhada de forte densidade habitacional, baixa escolaridade, alto índice de desemprego) promove patologias, como demonstram os índices de violência e doenças epidêmicas.
- A retenção de imóveis ociosos promove o aumento de preço da moradia, além de frear a produtividade na construção: terra e imóvel para reforma são itens fundamentais da cadeia produtiva.
- A extensão horizontal das cidades com a manutenção de grandes vazios (que não tenham função ambiental) encarece o custo da infraestrutura e serviços, em especial, os transportes coletivos, água e esgotos, coleta de lixo, iluminação pública, entre outros.

Vale ressaltar que, o referido artigo da autora (2004), está bem atual para a realidade de 2015. A falta de infraestrutura básica, água, esgoto e demais serviços de primeira necessidade nestes *lôcus* da classe trabalhadora está explícito: “[...] a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não tem água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimentos, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.” (BRASIL, 2013, p.13)

Normalmente o que ocorre é que os locais que já possuem serviços básicos de infraestrutura estão, geralmente separados para a especulação imobiliária, devido o alto valor da terra.

Em entrevista com as entidades, quando foi perguntado aos presidentes das associações o que poderia ser melhorado nas leis e plano diretor foi dito:

Amriel: [...] Goiânia tem um problema seríssimo que é a especulação imobiliária, então aqui quando vão fazer um bairro, principalmente alguns gestores eles afastam do centro da cidade, para atender o mercado imobiliário, e constrói um bairro deixando dentro da cidade uma fazenda. [...] leva para lá a água, a energia, o telefone, leva a linha de ônibus, a escola, o asfalto, tudo passando dentro daquela área vazia, valorizando essa terra vazia para a especulação imobiliária, então os pobres cada dia estão sendo colocados mais longe. A nossa sugestão é que os conjuntos sejam ligados a malha urbana [...] onde já existe uma infraestrutura completa e feita pelo próprio poder público. Que essa infraestrutura atenda as famílias que mais necessitam do serviço público. [...] E o plano diretor ele vem com suas letras mortas, diz uma coisa e na prática faz outra.[...] são grupos de pequenas pessoas se apropriando daquilo que é de todo mundo.⁷

Barbiel – [...] Eu estou construindo em Goiânia desde 2004, e ainda não recebi um benefício da Prefeitura [...], mas o que a gente sabe de área que tem por ai [...] Entidade nenhuma que conheço fez com terra doada. [...] O plano diretor e mais para rico. Os milionários têm tudo e a gente não tem nada. [...]⁸

O mercado acaba priorizando as áreas centrais que já tem infraestrutura, as regiões distantes e sem infraestrutura urbana, em sua maioria com características rurais ficam para a população de baixa renda. Quem nos retrata isso é Rolnik (2015, p.185):

[...] altos padrões e parâmetros urbanísticos provocam a elevação dos preços da terra, o que dificulta – ou impossibilita – o acesso dos pobres a moradia e ao solo urbano. A consequência é, então, o crescimento de um mercado de terra fora dos padrões, tolerado pelas autoridades municipais, já que, nas cidades onde isso ocorre, não há alternativas de moradia ou de localização de baixo custo. [...]

Não é raro encontrar nas cidades entre um bairro ou loteamento e outros, espaços vazios sem construção, esses são os espaços reservados pela especulação imobiliária, são vistos como um grande potencial de lucro futuro, muitas vezes estes locais ficam por anos sem nenhuma utilização, somente agregando valores. E isso acontece no Brasil inteiro. Em Goiânia isso ocorre há vários anos; é o que relata (MOYSÉS, 2004, p.158)

a prática da estocagem de terras (lotes, loteamentos inteiros e glebas ainda por parcelar) na década de 50 foi pior do que a ocorrida na década de 40. Porque as áreas mais próximas do centro urbanizado ficaram reservadas á espera da valorização, enquanto os loteamentos mais distantes, sem infraestrutura, eram vendidos á preços mais baratos para as classes mais pobres que os ocupavam rapidamente.

⁷ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

⁸ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com o Presidente da Associação Habitacional Vida Nova.

Goiânia é um exemplo de segregação urbana permeada de espaços reservados a especulação imobiliária com infraestrutura urbana, como relata o presidente da UEMP-GO. Segundo ele:

[...] [ao longo dos anos foram feitos] anéis em torno de Goiânia, [...] Vila União, Vila Redenção, Vila Lucy [...] tem um caso que é aberração foi o cruzeiro do sul, feito lá em Aparecida, [...] para se chegar no Cruzeiro do Sul você andava 8km de estrada de chão, 8 km de fazenda, porque você saia da Vila Brasília, não tinha mais nada.[...] Então a gente enfrenta o mercado e enfrenta o Poder público porque essa política é uma política de estado, pra valorização do mercado imobiliário. Da especulação imobiliária⁹.

Uma das lutas que os movimentos de moradia têm enfrentado é a busca pela regularização fundiária que também faz parte da Lei nº 11.977 (BRASIL, 2009), pois no Brasil existem muitas ocupações e favelas e até mesmo loteamentos cedidos pelo governo que são irregulares. Os movimentos de moradia tem se organizado e reivindicado o direito a regularização, e a história mostra que a realidade de Goiânia não é diferente. Podem ser citados bairros como, Residencial Goiânia Viva ou mesmo Vale dos Sonhos que depois de muitos anos, só agora os moradores puderam adquirir suas escrituras. “[...] a moradia não é adequada se os seus ocupantes não tem um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.” (BRASIL, 2013, p.14)

A UEMP-GO se posiciona quando é questionada sobre os projetos que ela tem em relação à questão da política habitacional conforme afirma Amriel:

Trabalhamos também a questão da Política Habitacional, então a reforma urbana, a regularização fundiária, nós estamos trabalhando com a regularização fundiária de vários bairros, por exemplo, o Vale dos sonhos, Elisenio Santana. A entidade nossa ela não só produz habitação, mas ela produz política de habitação. E faz acessória com diversos movimentos¹⁰.

Segregação Urbana é a palavra de ordem, entre a maioria dos projetos habitacionais feitos pelo governo, Moysés (2004, p.194) explica:

o planejamento urbano de Goiânia tem assumido o seguinte perfil: está centrado num modelo de planejamento de recorte modernista e conservador que desconsidera grande parte da população enquanto *sujeito*, ou seja,

⁹ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO

¹⁰ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

transforma-a em mera *receptora ou usuária* de propostas elaboradas “*para ela*”, “*sem ela*”. Em outros termos, reverte-se de uma aura tecno-burocrata voltada prioritariamente para os setores hegemônicos da cidade. Como consequência, esse tipo de planejamento centralizado, rígido, acabou contribuindo para a produção de espaços urbanos segregados.

Diante dessa situação de segregação urbana, outro grave problema é pouco e/ou falta de mobilidade entre os bairros e o centro onde a maioria da população tem sua vida já direcionada. Trabalho, escola, falta de estrutura e até mesmo saúde e lazer. As pessoas perdem mais tempo com transporte, ou mesmo à espera deles, ficando assim muito mais difícil a rotina, por isso muitas famílias optam pelas favelas ou ocupações para no mínimo terem acesso à infraestrutura básica com um pouco menos de dificuldade. “[...] a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais, se localizados em áreas poluídas ou perigosas”. (BRASIL, 2013, p.13):

Uma parte da população pobre vive de aluguel, pois sem condições de comprar uma moradia, ou diante da inviabilidade de adquirir um lote e construir sua casa o sonho da casa própria fica para depois. A esses ainda existe um pouco da infraestrutura disponível, pois normalmente optam por casas mais próximas da sua vida cotidiana, o que nem sempre é vantagem, pois acabam comprometendo uma grande parte de seus rendimentos com o aluguel. “[...] a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes” (BRASIL 2013, p.13).

Reconhece aqui uma população excluída de direitos sem acesso aos bens e serviços oferecidos a todos. É a classe menos favorecida ou talvez aquela classe trabalhadora que pouco conhece as políticas públicas existentes. No próximo tópico serão explicitados quais são os documentos e instrumentos legais que discorrem os direitos a moradia e a cidade.

1.3 OS DOCUMENTOS E INSTRUMENTOS LEGAIS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO.

Após a extinção do BNH no ano de 1986, o Brasil já estava perto de completar vinte anos de ausências e descontinuidades de políticas habitacionais.

Para financiar os projetos de investimentos de relevância e interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários cria-se através do Decreto nº 103 (BRASIL, 1991) o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001-A) foi idealizado como projeto de lei em 1988, foram 11 anos de engavetamento “depois de 11 anos de negociações e adiamentos, o Congresso Federal aprovou o *Estatuto da Cidade*” (ROLNIK, 2001, p.5).

A criação e aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001-A) foi um tanto quanto *morosa*, o que não tira a sua importância:

o Estatuto da Cidade é uma lei

inovadora que abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos e sociais e políticos de nossa sociedade.

O fato de ter levado mais de uma década para ser instituída não significa que seja uma lei antiga ou desatualizada - pelo contrário, é uma lei madura, que contempla um conjunto de medidas legais e urbanísticas essenciais para a implementação da reforma urbana em nossas cidades. (SAULE JÚNIOR, 2001, p.11)

Aprovado o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001-A) através da Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001 são estabelecidos direitos e deveres de ordem pública e interesse social, inovações situadas em três campos “um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso ocupação de solo” (ROLNIK, 2001, p.5), essas inovações precisam ser trabalhadas com o apoio fundamental dos Planos Diretores dos Estados e Municípios: pautas de ordem como formas para coibir a retenção especulativa dos terrenos, separação entre direitos de propriedade e potencial construtivo de terrenos, Direito de superfície e de Outorga Onerosa do Direito de construir e a grande inovação o Estatuto prevê que a partir de então:

os Planos Diretores devem contar necessariamente com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos representativos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das decisões do Plano. (ROLNIK, 2001, p.7)

Vale lembrar que não se trata de consultas públicas como era no passado, mas sim a participação direta, audiências públicas, plebiscitos, referendos entre outros.

Regula-se o uso da propriedade urbana existentes nos art.182 e 183 (BRASIL, 1988) já citado anteriormente, em prol do bem coletivo, requisitos que agregam valores no quesito habitação. O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001-A) no art. 2º traz em seu bojo a seguinte escrita:

garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações.

Essa regulamentação da propriedade urbana e de suma importância à população carente da cidade é o que retrata Rolnik (2001, p.8) “Os números não são precisos, porém podemos afirmar que mais da metade das nossas cidades é constituída por assentamentos irregulares, ilegais ou clandestinos, que contrariam de alguma forma as formas legais de urbanização”.

A gestão desse Governo estava chegando ao fim e muito pouco se fez, ficando a cargo da próxima gestão que na sequência foi assumida pela esquerda é o que relata Rolnik (2015, p.294):

uma das primeiras iniciativas tomadas pelo Governo [...] foi a criação do Ministério das Cidades. Esse órgão governamental foi especificamente encarregado de formular a política urbana em nível nacional e fornecer apoio técnico e financeiro a governos locais, integrando as arenas institucionais das políticas federais de habitação, saneamento e transportes, que, desde o início da Nova República havia transitado por catorze ministérios e secretárias distintos.

O Sistema Nacional de Habitação é o principal instrumento da Política Nacional de Habitação (PNH) (BRASIL, 2004) composto por um conjunto de órgãos entre eles o MCidades.

Abre-se parênteses para dar continuidade à criação do MCidades, reportando ao Instituto Cidadania criado nos anos 1990 com a ideia de um Governo paralelo, encerrando os seus objetivos com o Impeachment em 1992, fortaleceu-se nos anos seguintes como espaço de discussão e produção de propostas de políticas públicas e

foi nesse espaço que o Instituto (movimentos sociais, entidades empresariais, técnicas e acadêmicas, ONGs, Sindicatos e poder público) idealizou o Projeto Moradia,

lançado em 2000, o projeto apresentava propostas em três dimensões – gestão e controle social, projeto financeiro e urbano fundiário – e o enfrentamento da questão não apenas no âmbito do governo federal, mas considerando o conjunto de agentes que tem alguma responsabilidade no problema da habitação, em plano público e privado. O projeto propôs a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério (Cidades). (BONDUKI, 2009, p.2)

Contudo isso só ocorreu na nova Gestão, a Lei nº 10.683 (BRASIL, 2003) na qual são criados diversos Ministérios entre eles o MCidades com os objetivos de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar acesso da população à moradia, saneamento e transporte. É importante realçar que a criação do MCidades foi uma conquista dos movimentos sociais que lutavam pelos seus direitos a cidade.¹¹

A criação do MCidades foi considerado um marco para a política urbana: as questões relevantes foram tratadas como base para estabelecer estratégias para o desenvolvimento urbano, problemas como o direito a cidade e à moradia digna foram encarados como políticas de Estado para atender a população de baixa renda, assentamentos precários questões essas que exigiam integração de políticas urbanas.

com o Ministério foi instituído um novo marco político institucional para o setor habitacional. A área de habitação de interesse social e o setor habitacional de mercado passaram a se articular com eixos importantes da política de desenvolvimento urbano no país. Por meio da Secretaria Nacional de Habitação, o Ministério das cidades passou a orientar suas atividades por duas linhas de atuação: uma voltada à reestruturação institucional e legal do setor, e a outra voltada a revisão dos programas existente e ao incremento dos investimentos em habitação. (BRASIL, 2010 - A, p.14)

O MCidades estrutura sua administração com a criação de quatro secretarias Nacionais: Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte Urbano e Trânsito.

No ano de 2004 surge a PNH (BRASIL, 2004) visando promover condições de acesso à moradia digna sem distinção de grupos, vindo a contribuir com a inclusão social. Tendo como componentes:

¹¹ Este assunto será melhor explicitado no Capítulo II desta dissertação.

integração urbana de assentamentos precários, urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão de habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano que definem as linhas mestras de sua atuação. (BRASIL, 2004, p.29)

Com a criação da PNH entra um processo democrático de participação de diversos setores da sociedade.

A PNH (BRASIL, 2004, p.30-31) tem como princípios:

direito a moradia [...] deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações [...], moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais, função social da propriedade urbana, [...] [que tem como meta] combater a retenção especulativa e garantir acesso a terra urbanizada, [a] questão habitacional como uma política de Estado [...], gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade [...] [e principalmente] a política habitacional articulada à política urbana e demais políticas sociais e ambientais.

Dentre seus objetivos destacam-se: “universalizar o acesso à moradia digna [...], promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade, [...], tornar a questão habitacional uma prioridade nacional [...]”.

O atendimento da demanda foi dividido em grupos:

Grupo I - Famílias em situação de miséria absoluta, incapaz de arcar com quaisquer ônus decorrentes de financiamentos onerosos. [...]

Grupo II – Famílias que mantêm um dispêndio regular com o item moradia, ainda que insuficiente para lhes assegurar o acesso a uma solução adequada. [...]

Grupo III – Famílias cujas capacidades aquisitivas e carências habitacionais possam ser plenamente equacionadas por meio de programas e projetos financiados com recursos onerosos de baixo custo. [...]

Grupo IV – Famílias com capacidades aquisitivas e padrões de dispêndio orçamentário compatíveis com aqueles exigidos pelo mercado. [...] (BRASIL, 2004, p.42,43)

O Sistema Nacional de Habitação segundo a PNH (BRASIL, 2004) cria dois subsistemas: Sistema Nacional de Habitação de Mercado (SNHM), para as famílias que podem arcar com os custos da moradia, que no momento não faz parte do estudo proposto e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), conquista

dos movimentos populares, após o projeto de lei tramitar por 13 anos no Congresso Nacional.

Os programas federais a partir da aprovação da PNH (BRASIL, 2004) e da criação do SNHIS foram divididos em dois grandes eixos: a urbanização de assentamentos precários e a produção habitacional.

dentre os programas voltados a produção e aquisição de unidades, incluem-se: programas de financiamentos voltados ao beneficiário final como a Carta de Crédito (Individual e Associativo), que passou a absorver a maior parte dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Programa de Arrendamento Residencial (PAR), operado com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); Programa Crédito Solidário, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) – que não eram utilizados para habitação desde 1996; e Programa de Subsídio à Habitação (PSH) operado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). (BRASIL, 2010 - A, p.17)

Ainda no ano de 2004, durante o Fórum Urbano Mundial 2 realizado em Barcelona o MCidades produziu um documento intitulado de “ O Desafio de Implementar Cidade para Todos” conhecido como Tese de Barcelona (DUTRA,2004) esse documento traz um diagnóstico do desenvolvimento urbano no País, apresentando os primeiros resultados do Ministério recém criado e ainda lança um desafio de criar um acordo internacional para que os investimentos em saneamento e habitação fossem excluídos do conceito de dívida para efeitos de cálculos do superávit primário dos países pobres, devedores e em desenvolvimento, mas infelizmente isso não aconteceu.

Outro ganho para a população pobre foi a revisão das diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS que desde a sua criação em 1966 constituía um fundo de natureza privada sob gestão pública. Essa mudança de rumo aconteceu no ano de 2003, porém só se materializou por meio da Resolução nº 460 do Conselho Curador do FGTS (BRASIL, 2004), proposta pelo MCidades. Sendo introduzido um novo modelo de concessão de subsídios dirigidos a financiamento para pessoas físicas com renda familiar mensal bruta de até cinco salários mínimos.

a aprovação da Resolução nº 460 do Conselho Curador do FGTS, que começou a gerir efeitos em 2005, possibilitou a ampliação significativa dos subsídios habitacionais com recursos desse fundo. Com isso ampliou-se o atendimento à população de renda mais baixa. (ROLNIK, 2015, p.296)

Dentro do processo de implementação da PNH (BRASIL, 2004) é importante destacar a retomada do planejamento do setor habitacional no País que é marcado pela Lei nº 11.124 (BRASIL, 2005) que prevê o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), ficando condicionado a fazer um planejamento e orçamento a longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do País mas com previsão de revisões periódicas.

O plano foi elaborado para orientar o planejamento nas ações públicas e privadas no setor habitacional nos quinze anos para frente de forma que pela Lei nº 11.124 (BRASIL, 2005) foi feito um planejamento até o ano de 2020.

O Plano está definido em quatro eixos:

- 1 - modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para a população de baixa renda.
- 2 - organização institucional e ampliação dos agentes do SHINS.
- 3 - propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil.
- 4 - incentivos a adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social. (BRASIL 2005, p.23 e 25)

Sobre o Plano, em entrevista feita com o presidente de uma das entidades, perguntamos sobre o que poderia ser melhorado para uma maior adesão das associações no que diz respeito a construção de novas unidades habitacionais é a resposta foi:

Amriel - Em se tratando de planejamento de habitação, nós precisamos no Brasil é [...] colocar em prática o nosso PlanHab e termos política de estado. [...] Porque o que tem acontecido[...] cada governo que sai e outro que entra, cria uma nova modalidade, [...] e isso não tem ajudado nem o movimento e nem a população que não tem moradia. Por que não há uma perenidade nisso. Então a nossa visão é que tenha uma política de estado, nós estamos com uma PEC tramitando no Congresso Nacional que chama PEC da Moradia Digna¹².

A Lei nº 11.124 (BRASIL, 2005) traz em seu bojo também o SNHIS criando o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituindo o conselho Gestor do FNHIS, esse fundo tem natureza contábil e centraliza os recursos fiscais

¹² Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

destinados à implementação dos programas estruturados no SNHIS, e o seu conselho é constituído pelos diversos segmentos sociais, possibilitando assim uma gestão democrática e deliberativa ficando responsável pela aprovação dos programas a serem implementados pelo Fundo.

Outra grande inovação contida na Lei nº 11.124 (BRASIL, 2005) é que a participação dos entes subnacionais ao SNHIS se dá de forma voluntária, entretanto, essa é uma condição posta, necessária para que seja operacionalizado o FNHIS. Ao aderirem ao Sistema, os Estados e Municípios se comprometem a constituir um Fundo Local de Habitação de Interesse Social, criando um Conselho Gestor do Fundo Local bem similar ao Nacional e preciso elaborar um Plano Local Habitacional de Interesse Social (PLHIS).

A Secretaria Nacional de Habitação fez uma grande movimentação com campanhas subsidiando o Kit Direito a Moradia com o intuito de maior adesão por parte dos Estados, DF, Municípios e demais agentes sociais para que ficasse claro o entendimento sobre a legislação e os programas do Sistema Nacional de Habitação (SNH) em parceria com os entes subnacionais.

Durante os anos de 2007 e 2008 (BRASIL, 2010 - A) houve uma ampla e efetiva participação, um esforço conjunto por parte de órgãos do governo, conselhos consultivos, entidades da sociedade civil e movimentos sociais envolvendo um conjunto de reuniões e debates junto com todos os segmentos da sociedade civil envolvidos com a questão habitacional.

O Plano visava atender aos objetivos da PNH (BRASIL, 2004) com pretensão de abranger todo o ciclo de produção do bem imóvel, desde o planejamento urbano até a viabilização da demanda.

Foram elaborados materiais de fundamental importância como estudos sobre o déficit habitacional urbano e rural no Brasil, bases cartográficas e estimativas sobre assentamentos precários urbanos, projeções para demandas futuras de novas moradias que serão necessárias, capacidade administrativa dos municípios brasileiros no setor habitacional, entre outros.

O PlanHab é considerado um avanço no modo de planejamento de gestão pública é visto como um novo arcabouço institucional que estabelece os pilares básicos para consolidar e viabilizar a continuidade de uma política habitacional que visa principalmente garantir o acesso a moradia digna a população de mais baixa renda.

Na certeza que a exclusão dos investimentos em habitação do superávit primário se fazia necessária o Governo lançou em 2007 o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Esse programa tem como propósito o crescimento econômico, tendo um grande diferencial a inclusão de investimentos em favelas, constituindo assim um passo inovador para se reverter o quadro de desigualdade social. Esse processo “consolidou efetivamente a urbanização das favelas como política pública a ser implementada, de modo a tornar efetivo o direito à cidade dos habitantes destes assentamentos” precários. (BRASIL, 2010 - A, p, 30)

O PAC no bloco relativo a investimento na infraestrutura concentra os recursos em três eixos considerados os mais importantes para o crescimento do País são eles: logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidroviária e aeroportuária), energética (geração e transmissão, petróleo, gás natural e fontes renováveis de energia) e infraestrutura social e urbana (luz para todos, saneamento, habitação, metrô, recursos hídricos) (BRASIL, 2010 - A, p.30).

Outra inovação que vem junto com o PAC por meio do FNHIS é o repasse do OGU às entidades sem fins lucrativos vinculados ao setor habitacional pelo Programa Produção Social de Moradia. “O Programa visa o desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso á moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais, voltadas a famílias de baixa renda.” (BRASIL, 2010 - A, p.45).

No próximo Capítulo será abordada a luta por moradia e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida.

CAPÍTULO 2 - A LUTA POR MORADIA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES

No ano de 2003 o MCidades realizou a I Conferência Nacional das cidades com mais de 2,5 mil delegados eleitos num amplo processo de mobilização social, em mais de 3 mil municípios. (ROLNIK, 2015, P.296)

E continua dizendo:

a eleição do Conselho Nacional de Habitação foi fruto desse processo, sendo 56% de seus representantes oriundos da sociedade civil (movimentos sociais, entidades empresariais, entidades profissionais, acadêmicas e ONGs e 42% do governo (esferas federal, estadual e municipal). Os movimentos sociais ganharam grande peso na composição do Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004, foram propostas as diretrizes para a política habitacional do Governo.

Por anos fez parte de um sonho para os movimentos sociais e a população de baixa renda, uma política voltada para os interesses sociais e democráticos com a participação da sociedade civil nos Conselhos, era o momento da concretização.

No ano de 2005 acontece a II Conferência Nacional das Cidades e os movimentos sociais saem de lá com o compromisso do então Presidente da República de aprovar no Congresso o projeto de lei de iniciativa popular que criava o SNHIS com o FNHIS e um conselho. O que de fato ocorreu ainda naquele ano.

O Governo Federal lança no ano de 2009 o PMCMV, que veio sem dúvida, aquecer o mercado imobiliário e propiciar moradia a uma população de menor poder aquisitivo, há muito desassistida pelos Governos e pela iniciativa privada.

O Estado sempre fazendo um papel mediador de conflitos, pois apesar de lançar um programa para a classe com menor poder aquisitivo, esse programa acabaria fazendo futuramente um *boom* no que diz respeito a empreendimentos para a construção civil, geração de empregos e rendas e obviamente um aquecimento no consumo geral, uma população empregada com dinheiro em mãos passa a participar ativamente do consumo de bens e serviços.

Segundo Rolnik (2015) para melhor compreender o que ocorreu no segmento de habitação:

[...] os empresários atingidos, [...] passam a intensificar o *lobby* junto a Fazenda para implementar um “pacote habitacional” nos moldes do programa mexicano, que, por sua vez, havia sido inspirado no modelo chileno. Por meio de subsídios diretos ao comprador o governo viabilizaria a compra das 200 mil unidades que as construtoras capitalizadas estavam preparadas para lançar no mercado – operação que estaria ameaçada pela crise se não houvesse essa intervenção estatal. Esses subsídios seriam dados na forma de aportes para os compradores finais, além de maior facilidade nos créditos hipotecários, com a introdução de um fundo garantidor dos empréstimos. As negociações iniciais entre os empresários do setor e o Ministério da Fazenda se deram sem a participação do Ministério das Cidades ou da equipe que estava formulando o Plano Nacional de Habitação, sem nenhuma interlocução com o Conselho das Cidades ou com o Conselho de Habitação, e sem diálogo com o SNHIS e seu fundo recém regulamentado. (2015, p.300)

Entre o fim de 2008 e o início de 2009 os Movimentos de Moradia: “enfraquecidos com o desmonte do MCidades e com o esvaziamento do Conselho das Cidades e preocupados com os rumores do lançamento do pacote habitacional, elaborado sem sua participação” (ROLNIK, 2015, p.302), realizaram diversas manifestações e ocupações o que resultou em audiências com o Presidente e a Ministra da Casa Civil, onde foi apresentada a proposta de incluir no pacote habitacional “1 milhão de casas” para construção por autogestão, além de propostas de melhorias nas formas de financiamento, viabilização de terrenos, etc. Inclui-se uma nova modalidade no programa: PMCMV – E.

Diante de tal situação o então Presidente aproveita o momento e já no lançamento do “pacote habitacional” propõe construir um milhão de unidades habitacionais e ainda aumenta a parcela do programa dirigida aos setores de baixa renda. Com isso o PMCMV tem a oportunidade de fazer o maior número de habitações designadas à população de baixa renda na história do Brasil.

A proposta inicial dos empresários da construção civil era o foco no segmento econômico (faixa de 4 a 10 salários mínimos), mas é colocada a faixa 01 que seria totalmente subsidiada e por fora do crédito hipotecário para baixíssima renda, onde os prefeitos e governadores indicariam os futuros moradores, em grande maioria moradora de área de risco. A pesquisa “As interfaces do PMCMV na Região Metropolitana de

Goiânia da PUC/Goiás”¹³ mostra que parte dos conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura são habitados por famílias que moravam nas ruas e/ou em áreas de risco. Esta proposta já constava no pacote trazido pela CEF que operava o PAR que tinha um modelo parecido, porém sem grandes subsídios.

2.1 A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELO DIREITO DE MORAR.

Os movimentos sociais são responsáveis em sua maioria pelos direitos adquiridos. Graças à pressão dos movimentos de diversos segmentos que foram conseguidos direitos trabalhistas, direitos sociais entre outros. São as lutas de classes e lutas sociais que fazem parte do universo desses movimentos, apesar das lutas parecerem antagônicas. Montano e Duriguetto (2011, p.120) tratam desse assunto informando que:

em definitivo, “lutas de classes” e “lutas sociais” não são expressões contraditórias, mas formam parte de um processo comum, as vezes em níveis diferentes. O que diferencia as formas de lutas é o tipo de organização pela qual se desenvolvem, seus objetivos de curto e longo prazos, a clareza (consciência) dos fundamentos e da gênese das suas reivindicações, o fato de se orientar a questões meramente econômicas, ou num nível politicista ou culturalista, ou, pelo contrário, alcançar o nível de uma luta político-econômica que contempla as demandas de curto prazo, almejando o horizonte mais amplo da emancipação humana. (2011, p.120)

Como a moradia não diz respeito somente a ter casa para o abrigo familiar, os movimentos de moradia vão além nessa busca por direitos, pois todos os elos que abarcam a habitação são lutas que condiz a eles.

A luta da moradia passa a ter esse nome por volta do ano de 1982. Porém, precede a isso, pois buscando na história, uma das primeiras articulações dentro do quesito moradia, mas sem a palavra casa própria, pois nessa época “casa própria” era considerada artigo de luxo. Foram nos anos 1913-1914 – Primeira greve contra aluguéis que no ano de 1921 foi conseguido uma primeira Lei do Inquilinato (BRASIL, 1921) que se extinguiu no ano de 1927, neste âmbito ocorreu ainda na década de 1930 mais precisamente no ano de 1931 o I Congresso de Habitação promovido pelo

¹³ Pesquisa em realização por uma equipe de professores, mestrandos do PMSS e PDPT e alunos de Iniciação Científica da PUC/Goiás, através do NEPEC da Escola de artes e arquitetura.

Instituto de Engenharia. Segundo Bonduki (2011, p.74) foi nesse “[...] período [que] ampliou-se o leque de profissionais voltados para o problema da habitação operária [...]”.

o novo contexto refletiu-se nas Jornadas de Habitação Econômica, que contaram com a participação de 35 técnicos e personalidades: não só higienistas e engenheiros, mas também advogados, assistentes sociais, urbanistas, sociólogos, economistas, demógrafos, empresários, geógrafos e até mesmo escritores foram convidados. (BONDUKI, 2011, p.74)

Na Constituição (BRASIL, 1937) no Art. 124 dava atenção todo especial às famílias dizendo que estaria “sob a proteção do Estado”. E era unânime entre todos no Congresso, a percepção que a família não poderia mais viver nos cortiços.

a estratégia, portanto, era fazer com que os trabalhadores passassem a desejar, através da educação e da doutrinação, o modelo de habitação que as elites queriam implantar. Isso implicava, por um lado, a mudança de certa cultura de morar e, por outro, a exigência de que o trabalhador aprendesse a poupar, a fim de juntar os valores necessários para adquirir ou edificar uma casa – um hábito que ao mesmo tempo, contribuiria para o esforço nacional de financiamento dos grandes projetos de desenvolvimento. (BONDUKI, 2011, p.87)

Não se concretiza na luta por direitos humanos a moradia de interesse social, mas uma forma de conscientizar a população que era preciso adquirir a sua casa própria, ter um espaço digno para morar.

O profissional que primeiramente se apodera da bandeira de luta são os arquitetos, inclusive no ano de 1940 grandes prêmios foram distribuídos a arquitetos que projetaram conjuntos habitacionais promovidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões. A arquitetura sai na frente não só com ações, mas também com publicações em revistas sobre o assunto. Logo outras publicações nas diferentes áreas de conhecimento dão espaço à habitação de interesse social. Lembrando que até então o que se estava tentando era na realidade acabar com as habitações coletivas (os cortiços), ainda muito predominantes na época.

Novamente o arquiteto sai em defesa do operariado, no II Congresso de Habitação à bandeira é “a necessidade de reduzir os custos de moradia para viabilizar seu acesso para a maioria dos trabalhadores”. (BONDUKI, 2011, p.89)

A saída encontrada naquela época com as construções de conjuntos habitacionais nas áreas periféricas perdura até nos dias de hoje, a “segregação”. De acordo com estudiosos da época era possível que o operariado tivesse sua habitação, mas teria que ser na zona rural.

Em 1942 surge a Lei do Inquilinato (BRASIL, 1942) que teve como medida a regularização dos alugueis. Essa medida não foi tomada somente no Brasil, mas em vários países Europeus e Latino Americanos. Essa lei acabou vinda de encontro com a verdadeira necessidade da população: a casa própria, pois com os alugueis congelados já não era mais rentável produzir cortiços.

Houve nessa época uma grande onda de despejos, os donos dos cortiços não tinham mais interesse em ter as famílias em seus empreendimentos a tão baixo pagamento, e quando não conseguiam despejar os moradores utilizavam de formas arbitrárias para que eles saíssem, depredando os imóveis. O Estado tentou amenizar a situação punindo os proprietários de forma severa fazendo com que arrumassem o que haviam estragado. Agregado á isso é a falta de opção de locais para se morar aparecem as favelas e ocupações normalmente em espaços impróprios.

No período de democratização do pós-guerra (1945/1947) o que ocorria eram lutas de partidos para que não houvesse os despejos, por exemplo, os comunistas é o que nos conta Bonduki (1992, p.29) “[...] Partido Comunista do Brasil – Comitês Democráticos Progressistas – exerceram um importante papel de aglutinação dos setores populares nas áreas carentes da cidade. [...]”.

Informa ainda o autor (BONDUKI, 1992, p.29) que apesar do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter sido desbaratado em 1947, a consciência já estava posta e isso foi retomada dentro de uma perspectiva mais conservadora. Quem da continuidade são as Sociedades Amigos dos Bairros (SABs), foi estabelecida “uma relação clientelista com os políticos populistas, criando uma tradição de lutas atomizadas e particularistas ainda hoje muito presente no movimento popular”.

Kowarick e Ant (1994, p.83) retratam que:

a casa de aluguel constitui até os anos 50 a modalidade quantitativamente mais importante de alojamento para a classe trabalhadora, que, no mais das vezes, era o cortiço. A partir dessa década, dá-se um deslocamento do cortiço enquanto modalidade predominante da habitação de trabalhadores. É o período em que se consolidam – junto ao novo patamar de acumulação – os componentes de um novo modelo de crescimento da cidade – o chamado padrão periférico. Menos do que a substituição de um determinado tipo de moradia por outro, o que se deu efetivamente foi a criação de condições gerais que permitiram a implantação predominante de outro tipo de moradia: a casa unifamiliar, distante do local de trabalho, sem infraestrutura e – o que é mais importante – por conta do trabalhador.

Na área rural no ano de 1955 ocorreu um movimento muito importante conhecido como Ligas Camponesas, comandado por uma figura de classe média urbana, advogado e político pernambucano Francisco Julião. A Liga defendia os camponeses da expulsão da terra, contra a elevação do preço do arrendamento e a prática do cambão¹⁴. Uma das lutas mais importantes desse movimento se deu no Engenho Galiléia situado no município de Vitória de Santo Antão estado do Pernambuco.

Com a posse de João Goulart, segundo Fausto (1995, p.447) significava a volta de um Governo populista “[...] defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam tornar-se proprietários das casas alugadas”. Jango tentou fazer isso por decretos e reformas de base, mas em 1964 deu-se o Golpe Militar e ele foi destituído do poder.

Segundo Fausto (1995, p.445) “Em novembro de 1961, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de trabalhadores agrícolas, que expressou várias linhas propostas para a organização da massa rural”. No ano de 1963 Jango Goulart o então Presidente da República sancionou uma lei que dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural (BRASIL, 1963) entre os ganhos dos trabalhadores do campo está a carteira profissional, a duração do trabalho, salário mínimo, descanso semanal e as férias remuneradas.

A Igreja Católica teve um papel muito importante nesse período destaca-se entre eles a Encíclica Mater em Magistra pelo então Papa Leão XXIII, essa carta foi

¹⁴ Sistema rural onde o colono chamado de morador deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra. (FAUSTO, 1995, p.444)

promulgada em 15 de maio de 1961 (VATICANO, 1961) onde o Papa colocava questões como “questão social, dignidade da pessoa humana, ética nas estruturas econômicas da função social da propriedade, direito de trabalhadores a sindicalização entre outros”.

No ano de 1964 diante de uma ditadura militar e um governo ditatorial e autoritário são extintos os IAPs e transferido suas atribuições, das carteiras prediais e da FCP para o então fundado BNH que constituía um banco público especializado em financiamento habitacional. Foram criados instrumentos financeiros como as sociedades de créditos imobiliários e as letras imobiliárias compondo um SFH, a promessa era de fazer milhões de casas populares. O então presidente do BNH, durante sua gestão fez remoções em massa das favelas e foram construídos diversos conjuntos habitacionais através das Companhias de Habitação Popular (COHABs) todos em áreas periféricas das cidades. Em Goiânia podemos registrar a construção da Vila Mutirão em 1983, vetor de expansão da região Noroeste e tantos outros também construídos nas áreas periféricas.

Instalou-se a ditadura militar que perdurou até 1985. Com o golpe uma forte repressão atingiu a sociedade de forma geral provocando o arrefecimento dos movimentos sociais. Com a repressão violenta, sobretudo no campo, as Ligas Camponesas ficaram bastante prejudicadas.

Em novembro de 1964 o Congresso aprovou o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) para fins de execução de reforma agrária e da promoção de uma política agrícola, mas a lei já era carta morta.

No ano de 1965 o controle do BNH é tomado pelo segmento empresarial que cria o sistema de poupança e empréstimo, cujo resultado foi uma mudança nos quadros de direção do banco bem como a introdução da correção monetária de prestações, os aumentos no teto do valor dos imóveis passivos de serem financiados e isenções tributárias para a indústria da construção civil, vislumbrando agora a classe média.

Em 1966 o BNH é convertido em empresa pública, transformando-se em instrumento privilegiado de financiamento interno da economia do País.

Nesse período o governo cria o FGTS que de acordo com Rolnik (2015, p.284):

a partir de 1967, [...] passa a ser o principal *funding* do BNH. A magnitude dos recursos do FGTS alçou ao BNH a condição de segundo estabelecimento bancário do País, desde a sua criação até o início dos anos 1970, e o fundo é, até os dias de hoje, a grande fonte de recursos da política habitacional.

Com a criação do FGTS, houve uma subordinação nas decisões de investimento. Entre 1970 e 1986 somente 30% do total reservado ao financiamento foram dirigidos ao setor de menor renda.

Diante de tanta complexidade houve a necessidade de formação de conselhos de direito e fóruns no processo de luta pela redemocratização. A década de 1980 foi um momento muito importante na luta pela reforma urbana levando em conta que houve um crescimento assustador em relação à população urbana.

Em 14 de Fevereiro de 1980 a Conferência Nacional de Bispos no Brasil (CNBB, 1980) cria a carta intitulada de Igreja e Problemas da Terra direcionada especialmente aos trabalhadores rurais e povos indígenas, sobre o problema da terra e dos que nela vivem e trabalham. A Igreja novamente se posiciona.

26 – Uma grande parte dos lavradores migrou para as grandes cidades á procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições subumanas, nas favelas, invasões e alagados, em loteamentos clandestinos, cortiços e nas senzalas modernas dos canteiros de obras da construção civil. O desenraizamento do povo gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e, perda dos pontos de referências culturais, sociais e religiosas, levando a dispersão é a perda de identidade. (CNBB, 1980, p.4)

A Conferência de Bispos relata o que de fato está acontecendo no Brasil. E se posiciona não só em relação à situação habitacional como também a situação de exploração do capital:

38 – O desejo incontrolado de lucros leva a concentrar os bens produzidos com o trabalho de todos nas mãos de pouca gente. Concentram-se os bens, o capital, a propriedade da terra e seus recursos, concentrando-se ainda mais o poder político, num processo cumulativo resultante da exploração do trabalho e da marginalização social e política da maior parte do nosso povo. (CNBB, 1980, p.5)

E ainda no mesmo documento reintera o posicionamento de defesa da classe dominada, um desses momentos é:

100 – 5º Empenhamo-nos em defender e promover as legítimas aspirações dos trabalhadores urbanos – muito deles expulsos do campo – em relação aos direitos necessários a uma existência digna da pessoa humana, especialmente no que se refere ao direito a terrenos e moradia, alterando o regime da propriedade urbana e da especulação imobiliária e ao direito fundamental ao trabalho e justa remuneração.(CNBB,1980,p.14)

Dois anos depois em 18 de fevereiro de 1982 a Igreja Católica cria outro documento também redigido pela CNBB em assembleia sendo que dessa vez impreterivelmente ao urbano conhecido como Solo Urbano e Ação Pastoral (CNBB, 1982).

A carta expõe o problema daquela época quanto à especulação urbana, estocagens de terrenos para fins lucrativos, a valorização dos terrenos urbanos em relação a ter ou não infraestrutura o que obviamente faz o preço da terra aumentar ou diminuir. Também é realçada a dicotomia da infraestrutura que chega rapidamente aos bairros de camadas sociais medias e altas e a morosidade a chegar aos bairros populares. A denúncia, em carta, por parte da Igreja de que o Estado conseguira bons planos governamentais direcionados a classe dominada, porém eles não saiam do papel.

A carta pontua também quais são as atitudes da população na busca de sanar o problema de habitação:

[...] os pobres encontraram as seguintes saídas para essa necessidade: ocupações de áreas abandonadas ou, no momento, sem maior valor imobiliário; morros, mangues, terrenos de marinha, aluguel de habitações precárias e baratas, mais próxima do local de trabalho; cortiços e habitações similares; compra de lotes baratos nas periferias distantes para construção de barracos ou casa própria. (CNBB, 1982, p.5)

Em síntese a Igreja foi uma grande aliada nas lutas por moradia. O Estado começa a ser pressionado por todos os lados: pela Igreja, pelos empresários, pela burguesia que começa a pleitear a organização da cidade, claro em busca de uma cidade para eles e a população da classe dominada mais consciente buscando os direitos que lhe são devidos. O Estado se sente afrontado e vê que necessita se posicionar.

“[...] forja-se um Estado capaz de, ao mesmo tempo, hegemonizar os interesses da burguesia e também incorporar algumas demandas da classe trabalhadora,

compondo um cenário social propício para o desenvolvimento capitalista.” (FARAGE, 2014, p.247)

Cidades que crescem rapidamente é a população que até há pouco tempo em sua maioria era rural começa a gerar problemas por ser uma massa maior urbana. Com esse crescimento acelerado do urbano, a produção de valores de troca, o posicionamento das classes sociais com desenvolvimento das resistências por parte dos movimentos sociais. É o que nós conta Farage (2014, p.248)

[...] na batalha pela vida e contra o *apartheid social* imposto pelo capitalismo, organiza-se a luta por moradia, saneamento, emprego, cultura, segurança, educação, saúde etc. As dimensões da vida real vão se materializando na disputa organizada de movimentos sociais urbanos, populares, comunitários, organizações não governamentais, partidos de esquerda, além do movimento sindical e estudantil.

O espaço urbano começa a ser alvo de debates no cenário político e pelas organizações dos trabalhadores devido à violência que começa a fazer parte do cenário. Novamente quem retrata essa situação é Farage (2014, p.249)

a cidade passa a ser debatida a partir das diferentes interpretações e interesses. Para a burguesia deve ser ordenada de forma a garantir o “desenvolvimento”, que nessa interpretação, é sinônimo de garantia ao desenvolvimento do capitalismo. A essa interpretação, a imprensa agrega o discurso do medo e da violência, ratificando a necessidade de ordenação da cidade para se garantir a paz. Os segmentos organizados dos trabalhadores pleiteiam o ordenamento da cidade, a partir de suas necessidades de vida, ou seja, reivindicando as condições básicas da vida na cidade, como saúde, educação, transporte, habitação, emprego, lazer etc. [...]

Relatado aqui pelo autor (BONDUKI, 2011) a presença do profissional assistente social desde os primeiros indícios de lutas pela moradia popular, o que será aprofundado no Capítulo 3, eixo maior desta dissertação. A presença efetiva do profissional nos PTTS, tanto no que diz respeito à elaboração e a execução junto às famílias.

De acordo com (BONDUKI, 1992) no ano de 1982 o engenheiro Guilherme Coelho recém-chegado do Uruguai traz uma ideia de propostas autogestionária na cidade de São Paulo na luta por moradia, sua proposta inicial era criar uma cooperativa de habitação, autônoma e autogerida. Começam as primeiras discussões e formulações de um programa habitacional adaptado à realidade brasileira e as primeiras lutas das cooperativas reivindicando a prefeitura os recursos necessários á efetivação do projeto,

programa esse implementado na prefeitura de São Paulo a partir do ano de 1990 – “Os Mutirões de Moradia”. Essa experiência pode se dizer que foi o ponta pé inicial para a criação do PMCMV - E.

Entrando por um campo que até então era estranho, começavam a interferir nas políticas públicas, não só criticando, mas o que é melhor, apresentando alternativas de projetos e de Conjuntos Habitacionais.

Bonduki (1992, p.41) retrata:

os líderes das organizações populares passam a entender que devem se informar discutir seus problemas, e utilizando a riqueza de sua vivencia cotidiana, formular, com o auxilio de técnicos identificados com eles, propostas para serem levadas como reivindicação ao governo.

Um exemplo das primeiras lutas e conquistas ocorre em São Paulo na Associação Comunitária de São Bernardo nascida do Fundo de Greve, por volta de 1983.

Segundo (BONDUKI, 1992, p.39).

[...] [foi considerado] um importante polo de auto-organização dos trabalhadores para enfrentar seus problemas concretos. [...] Um grupo de 50 famílias comprou um terreno com apoio da igreja, e desenvolveu com acessória técnica autônoma, um projeto autogestionário para produção de casas. [E um caso inédito é que] após negociações com o governo do estado, [conseguiram] um financiamento para a construção das casas. [Essa verba] foi repassada diretamente para a associação que o pôde gerir com total autonomia.

Em Goiânia acontece a ocupação do Jardim Nova Esperança, 1979, organizada por famílias de sem tetos da cidade que ocupa um terreno ocioso para resolver o seu problema de moradia e em seguida fundou a União das Invasões (UI) entidade que veio discutir o problema da habitação na cidade através da organização social.

Foi o mesmo Estado que viu surgir as primeiras propostas de governo com modelos tripartite, com princípios de participação e descentralização, princípios esses que iam ao encontro dos modelos propostos pelos movimentos de moradia. Mas, com o tempo perceberam que a proposta do Estado não era bem essa e o que queriam era o trabalho do mutirão institucionalizado sem perder o papel tradicional de gerir os projetos habitacionais.

Infelizmente não queriam as associações à frente, queriam os trabalhadores trabalhando nos mutirões e só. Esse papel já bastava, pois assim ficaria mais barato aos cofres públicos a política habitacional.

Os movimentos de moradia não desistiram e pressionaram o quanto puderam, entre os ganhos cita: que o movimento conseguiu o direito de determinar pelo menos os usuários que seriam contemplados. Isso, na realidade, é muito importante, pois os próprios moradores conseguem acompanhar o desenvolvimento dos projetos e obras do conjunto habitacional que será o seu *locus* de moradia.

Modelo esse que vigora até nos dias de hoje, com o PMCMV - E.

Segundo (Bonduki, 1992) na década de 1980 surgiu uma efervescência dos movimentos com diversas reivindicações:

[...] conselhos populares de saúde, tentativas de interferências nos orçamentos municipais; reivindicações dos movimentos populares e sindicais para o controle do uso do FGTS, Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Movimento Unificado de Favelas propondo projeto de lei que garanta a concessão do direito real do uso da terra; movimentos ecológicos e de bairros fiscalizando a legislação do uso do solo e depredação de meio ambiente e formulação de programas públicos, por entidades ou movimentos sociais, a serem autogeridos pelos usuários. (BONDUKI, 1992, p.31)

No ano de 1985 é fundado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, tratando do direito à cidade onde reunia-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, ONGs, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional de Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação da Associação de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia entre outros.

Com o fechamento do BNH em 1986, já citado anteriormente, as suas atribuições foram transferidas para a CEF com a área da habitação vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência

abrangia as políticas habitacionais, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente e a CEF estava vinculada ao Ministério da Fazenda.

No ano de 1987 cria-se o Fórum de Reforma Urbana (FNRU) que reunia diferentes movimentos e entidades fazendo parte entre outros os intitulados grandes movimentos sociais urbanos da contemporaneidade que são a CMP (1993), o MNLM (1990), a CONAM (1990) a UNMP (1990) e por ultimo MTST (1997), todas entidades ligadas ao sistema político da esquerda. Além desses movimentos o FNRU (1987) agrega organizações não governamentais, organizações de pesquisa ligadas as universidades, sindicatos e conselhos, entre os quais o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

No ano de 1987 o MDU foi transformado em Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU) acrescentando ainda em suas competências a gestão das políticas de transportes urbanos e a incorporação da CEF.

Com a promulgação da Constituição no ano de 1988 como já citado, a população se reitera sobre os direitos conquistados ao longo dos anos. Ainda sobre a FNRU (1987) Farage (2014, p.254) complementa:

suas ações se revelaram importantes para o avanço do debate junto as instancias governamentais sobre o direito á cidade e sobre a reforma urbana, porém insuficientes diante do problema real e da necessidade de mobilização dos trabalhadores.

Segundo Farage ainda existe um segundo bloco de organizações que lutam pelo direito à cidade que são aqueles que ocupam terrenos e prédios ociosos, entre eles destaca-se o MTST (1997), o Movimento de Luta por Bairro (MLB, 1991) e Movimento de Luta Popular (MLP), criados a partir de século XXI.

No ano de 1988 é criado o Ministério da Habitação e do Bem Estar Social (MBES), permanecendo a gestão da política habitacional. Em 1989 é extinto o MBES e cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), sob competência do Ministério do Interior, outra mudança às atividades financeiras do SFH e a CEF passam a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda.

Aparentemente de 1988 á 1989 foi um momento de muitas mudanças, o que poderia ser visto como problema foi um período de grandes ganhos no que diz respeito à Habitação de Interesse Social. As associações e movimentos de moradia se fortaleceram e unidos conseguiram mudanças que persistem até os dias de hoje.

A SEAC deu maior autonomia aos governos estaduais e municipais, deixando de ser apenas executora da política, a verba era do fundo perdido do OGU, com a proposta do público alvo as famílias com rendas mensais abaixo de três salários mínimos. Esse modelo teria a prefeitura ou um órgão do governo estadual em convênio, é com a participação da sociedade comunitária habitacional, formada pelos participantes de cada projeto.

Na gestão de 1990 á 1994 foi criado o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) com uma meta de em 180 dias fazer 245 mil unidades habitacionais, o que não ocorreu, lembrando que esse plano teve como público alvo famílias com renda média de até 05 salários. O PAIH traz em seu bojo três vertentes: a - programa de moradias populares (unidades acabadas), b- programa de lotes urbanizados e c- programa de ação municipal para habitação popular. Contudo esse plano teve uma análise bem negativa e a proposta de 180 dias decorreu em 18 meses, o custo da unidade também ficou mais caro o que fez com que 245 mil unidades tornar-se somente 210 mil unidades. (AZEVEDO, 2007, p.19)

Com essa oscilação política os governos estaduais e municipais tomaram iniciativas com ações locais. Destaca-se, entre eles, o programa de urbanização e regularização das favelas e loteamentos periféricos.

Foram inúmeras mudanças nesse período até que no ano de 1994, o Governo em uma tentativa de terminar as obras então começadas pelo PAIH, lança os Programas Habitar Brasil para Municípios com mais de 50 mil habitantes e Morar Município destinado a Municípios com menor porte, com recursos do OGU e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF).

Apesar de poucos falarem sobre o assunto houve um avanço significativo, na construção de novas moradias. A construção ainda seria de ajuda mútua ao governo

municipal ou estadual caberia a obrigação de prestar assistência técnica através da equipe interdisciplinar. Nas obras de infraestrutura e equipamentos comunitários era permitidos administração direta ou contrato de empreitada a firmas particulares.

Em relação à prestação paga pelo associado o valor seria de 5% pelo menos do salário mínimo vigente, pelo período mínimo de cinco anos. Propôs formar Conselhos para gerir a política habitacional composto, além de membros indicados pelo governo Federal, a participação de representantes da sociedade civil, criação de fundos específicos; essa exigência de formação de Conselhos e fundos servia também para os menores municípios o que era difícil de efetivar.

ressalte-se, entretanto, que, com o objetivo de reformar e criar um novo arranjo institucional para o setor, tanto a proposta de criação de um Conselho quanto a de criação de um fundo federal, voltados para a área habitacional foram no início dos anos 1990 questões em pauta na Câmara de Deputados. (AZEVEDO,2007,p.22)

Em 1995 o setor da política habitacional sofre uma reforma, extinguiu-se o Ministério do Bem Estar Social e foi criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), responsável pela formulação e implementação da PNH. Nesse momento houve uma retração do setor institucional. Redução nos quadros técnicos, perda de capacidade de formulação. O SEPURB foi transformado em Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) o que não trouxe mudanças e nem contava com recursos financeiros suficientes na área da habitação e do desenvolvimento urbano.

ainda, segundo o programa habitacional de [1995 á 1999], sugeria-se reforçar o papel dos governos municipais como agentes promotores da habitação popular, incentivando-os inclusive a adotar linhas de ação diversificadas, voltadas para urbanização de favelas e recuperação de áreas degradadas. Eram propostas, entre outras, as seguintes medidas no campo da habitação popular: apoiar programas geradores de tecnologia simplificada que possibilitassem a construção de moradias de qualidade a custo reduzido; privilegiar as formas associativas e cooperativas de produção de habitações e incentivar programas de assistência técnica aos órgãos, entidades e organizações comunitárias, comprometidas com soluções locais e integradas de interesse social. (AZEVEDO, 2007, p.23)

No setor social destacam-se o Pró-Moradia e o Programa Habitar Brasil já explicado anteriormente, voltados ao poder público (estados e municípios) financiados com recursos do FGTS e OGU. Na gestão de 1999 a 2001 o Pró-Moradia foi substituído

pelo PAR, atendendo populações com renda de três a seis salários mínimos, programa que existe até os dias de hoje.

No ano de 2004 foi criado o programa Crédito Solidário voltado à população de baixa renda organizada em associações, esse programa foi criado atendendo uma reivindicação dos movimentos.

2.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O PMCMV foi lançado em Março de 2009 pelo Governo Brasileiro, um direito conquistado pela população pobre. O empresariado da construção civil até então não tinha interesse em investimentos para “Interesse Social”, estavam pleiteando subsídios para a classe média acima. Aqueles que não possuíam a casa própria, mas que eram detentores de alguma condição por pequena que fosse de pagar pela sua moradia.

A Lei nº 11.977 (BRASIL, 2009) que regulamenta o PMCMV traz em seu bojo instrumentos de garantia a concessão dos direitos que entre eles citamos: Criação do Fundo Garantidor de Habitação (FGHAB): “disponível nos casos de financiamento à moradia [que] garante o refinanciamento de prestações em caso de desemprego ou redução temporária de capacidade de pagamento [...]” (BRASIL, 2010 - A, p.52).

Tabela 1 - Relação de grupos distintos por renda.

Grupos distintos	Renda mensal bruta (máxima)	Renda anual bruta/rural (máxima)	Valor da prestação	Período de pagamento
Grupo 01 até 50 mil habitantes	R\$ Até 1395,00 (1ª Fase) – Até R\$ 1600,00 (2ª Fase)	R\$ 20.000,00	10% da renda mensal (limitada à R\$ 50,00 (1ª Fase)	120 Meses
Grupo 02	R\$ Até 2790,00 (1ª Fase) – Até R\$ 3100,00 (2ª Fase)	R\$ 55.000,00	Não estipulado/ contém subsidio	120 Meses
Grupo 03	R\$ Até 4650,00 (1ª Fase) – Até R\$ 5000,00 (2ª Fase)			

Fonte: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação (BRASIL, 2010, p.52,53)

Nota: Dados Trabalhados pelo autor.

Vale ressaltar que o grupo 01 possui algumas exigências entre elas:

para que se torne elegível e necessário ser pessoa física, não ser proprietária ou promitente compradora de imóvel residencial, não ter sido beneficiada com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados a aquisição de unidades habitacionais, não ter nenhum financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do País, não seja proprietária, arrendatário dos programas do Governo Federal. (BRASIL, 2010 - A, p.56)

Faz-se lembrar de que os grupos 02 e 03 não são objetos aqui ora estudados, porém faz necessário citá-los para melhor compreensão de que houve por certo um aumento significativo no que diz respeito a habitação não só de interesse social mas como um todo, pois aqueles grupos que tinham condições melhores, porém não encontravam formas de adquirir suas casas, agora com o Programa ficaria de forma acessível.

Fator que deve ser levado em consideração e que será objeto fundamental desta pesquisa é que além do Projeto de Arquitetura e de Engenharia o programa exige que seja feito um PTTS, todos elaborados por profissionais das áreas específicas (arquitetos, engenheiros e assistente social). O PTTS tem por objetivo uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos sendo também uma contribuição significativa de sustentabilidade no empreendimento.

A proposta do PMCMV traz, em sua ideia qualidade, sustentabilidade e novas tecnologias, fazendo um melhor ordenamento do uso do solo de forma a combater os especuladores imobiliários e garantir o acesso à terra urbanizada em áreas centralizadas. Desafiadora, pois a ideia vai de encontro aos especuladores imobiliários. Usar a terra já urbanizada, para a classe com menor poder aquisitivo, será comprar uma briga de difícil ganho.

O programa é gestado dentro de uma proposta de parceria com Estados e Municípios, pois dessa forma os projetos já são articulados com a ideia fixa de estar em conexão com a malha viária existente, dando boas condições de acessibilidade e mobilidade bem como acesso à água, luz, saneamento, coleta de lixo e equipamentos

que concernem à segurança, saúde, educação e lazer o que é de acordo com a Carta Magna (BRASIL, 1988) direito de todos.

O poder público tenta também fazer com que as exigências da legislação ambiental vigente seja menos rigorosa. O marco é a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 412 (BRASIL, 2009 - A) estabelecendo critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos desse nível, estabelecendo a simplificação para obtenção de uma única licença, ideia aqui de garantia de assentamentos ambientalmente sustentáveis.

Para conseguir tudo isso o PMCMV precisou do apoio do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), envolvendo ações de melhoria de qualidade de produtos e serviços, estímulo à fabricação de materiais sustentáveis e sistemas construtivos inovadores, mediante, é claro, a avaliações técnicas. Isso foi uma forma também de incentivo à industrialização de construção civil para habitação de interesse social. Posteriormente o programa foi deturpado tendo a introdução uma forma para aquisição de novos lucros.

Outras parcerias foram fundamentais, por exemplo: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibilizou verbas para as construtoras, o Ministério do Meio Ambiente no incentivo de uso de aquecimento solar de água nos empreendimentos proporcionando economia na energia elétrica bem como melhoria na qualidade de vida dos moradores. Essas parcerias viabilizaram o sonho da casa própria para muitas famílias que até então foram esquecidas pelos governantes.

O PMCMV - E foi resultado da luta dos movimentos e associações, uma luta antiga e que aos poucos foi se concretizando. Foi em uma dessas lutas que após a criação do PMCMV as Entidades forçam para que pelo menos uma parte desse programa fique direcionada a elas. Decreta-se a Resolução 141 (BRASIL, 2009 - B) sobre a criação do PMCMV - E.

Foi criada uma linha do programa aberta para que as Entidades pudessem atuar considerando somente o grupo 01 que, a partir de agora, fará parte da dissertação que aqui se apresenta.

As associações, entidades que dedicam o seu tempo à luta pela moradia, nesse momento não poderiam ficar de fora sabendo que a proposta era de construir um milhão de unidades habitacionais, e desse montante 400 mil casas para a faixa 01.

Em entrevista feita com o presidente da Associação, questionamos sobre as dificuldades enfrentadas pelas Entidades para adesão ao PMCMV - E:

Amriel – [...]tudo que foi criado até hoje é o que é mais fácil. [...] Ele é complicado tem muita burocracia. [...] o relacionamento com a Caixa, nós temos muitos técnicos que não aceita trabalhar com a Entidade, porque as Entidades ela não desembolsa dinheiro como construtora, não presenteia, aliás ela dá é trabalho.¹⁵

Barbiel – Não e tão fácil, mas é muito bom. [...] é um sonho para aquela pessoa que não tem casa. O que tem que mudar é o sistema da caixa que exige muito e faz pouco¹⁶.

De acordo com o (Manual da CEF, 2010 - C) a primeira exigência é que a família (todas as pessoas que vivem debaixo do mesmo teto) precisam ter uma renda mensal máxima de R\$ 1395,00 (na 1ª Fase) e R\$ 1600,00 (na 2ª Fase) como dito anteriormente, e para ser atendida deverá estar cadastrada de acordo com o decreto nº 6.135 no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)¹⁷ (BRASÍLIA,2001), lembrando que essas famílias deverão ser indicadas por uma entidade organizadora, esta entidade poderá ser uma cooperativa habitacional ou mista, uma associação ou uma entidade privada sem fins lucrativos. A entidade deve reunir organizar e apoiar as famílias no desenvolvimento e execução dos projetos, essa entidade deverá estar previamente habilitada no MCidades. Não poderá apresentar pendências quanto a execução de obras de empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Habitação de Interesse Social – Produção Social de Moradia do FNHIS, do Programa Crédito Solidário e dos Programas oriundos do FGTS.

¹⁵ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

¹⁶ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com o Presidente da Associação Habitacional Vida Nova.

¹⁷ Programa do Governo Federal que tem por objetivo retratar a situação sócia econômica da população de todos os municípios brasileiros, por meio do mapeamento e identificação das famílias de baixa renda, bem como conhecer suas principais necessidades e subsidiar a formulação e implantação de serviços sociais que as atendam. (Programa Minha Casa Minha Vida Entidades recursos FDS– Manual CEF-2010)

Ao perguntar aos presidentes das associações se a CEF tem atuado como facilitador para as entidades:

Amriel: [...] Quando se fala em caixa, nós precisamos falar em pessoas. Tem as pessoas dentro da caixa que tem uma compreensão e uma vontade de fazer e acha que o programa é bom. Nós temos gente dentro da caixa que detesta trabalhar com Organização, que não gosta, que prefere trabalhar com empreiteira. [...] Embora tenha um critério para todo o Brasil. O relacionamento aqui na ponta depende muito com quem você trata. [...] O quanto eles poderem dificultar e colocar obstáculos, colocar burocracia eles colocam¹⁸.

Barbiel – São muito exigentes. A coisa não é fácil. [...] As associações menores que começou, parou tudo no meio da estrada. [...]¹⁹

O órgão que deveria ser parceiro da entidade coloca empecilho e/ou dificulta para que não se tenha acesso à verba, o que deixa a subentender que querem priorizar as obras realizadas por Construtoras.

A seleção dos futuros moradores é estabelecida pela Portaria do MCidades nº 412 (BRASIL, 2015) tendo como critérios Nacionais: Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, famílias que façam parte pessoas com deficiência. A entidade pode estabelecer três critérios adicionais que deveram ser estabelecidos em ata dando conhecimento a todos os associados.

Mulheres chefes de família podem firmar contrato sem outorga do cônjuge. Deve-se reservar no mínimo 3% das unidades habitacionais para os idosos, motivo esse pelo qual o universo de pesquisa de campo será feito diretamente a esse público. Não há restrições para quem possui o nome no SERASA ou Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

O financiamento ocorre através do FDS. As entidades sem fins lucrativos apresentam os projetos (Engenharia e Projeto de Trabalho Técnico Social) a CEF que pode ser ou não em parceria com estados e municípios, a Caixa efetua a análise e após sua conclusão envia ao MCidades sua relação de projetos para seleção. O

¹⁸Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

¹⁹Entrevista realizada dia 29/11/2016 com o Presidente da Associação Habitacional Vida Nova.

Ministério faz sua seleção e reencaminha para a CEF que aguarda o envio pela entidade selecionada da lista de beneficiários a serem atendidos. A CEF efetua a análise do enquadramento dos beneficiários indicados, contrata a operação e acompanha a execução da obra. O FDS entra com o valor da diferença entre o Valor Líquido e o valor Bruto:

Ex: Valor do imóvel: R\$ 60.000,00/120 pagamentos = Daria uma prestação de R\$ 500,00. Porém a família tem uma renda de R\$ 600,00 como o valor máximo da prestação é 5% o valor Máximo da prestação seria R\$ 30,00. Ficando assim a diferença do valor que seria de R\$ 470,00 é assumida pelo FDS, é o subsídio que o programa oferece. (BRASIL, 2010)

Existe uma tabela de valores por unidade habitacional a cada região.

A Entidade também ganha quando os moradores do conjunto habitacional tiverem com a adimplência de 100% ou seja, a Entidade tem um valor de recebimento mensal correspondente a 5% do valor pago pelos moradores da unidade habitacional o qual é contemplado quando a adimplência for de 100%.

Uma das inovações desse programa é que se tornou motivo da presente dissertação é a elaboração e execução do PTTS, projeto esse que não se separa do Projeto de Engenharia.

O PMCMV - E tem um nível de divulgação inferior a demanda. Em relação a divulgação dessa vertente do PMCMV buscou através da pesquisa empírica compreender de que forma as famílias ficaram sabendo do Programa Entidades foi através do método popular do boca a boca, um fica sabendo é repercurte aos amigos explicito no gráfico 01.

GRÁFICO 1 - Método de Divulgação



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Percebe-se que esse método não consegue atingir uma grande demanda, pois não é comum as pessoas saberem de Conjuntos Habitacionais construídos por entidades para famílias de baixa renda, um pouco mais acessível se torna quando os conjuntos são feitos pelas prefeituras, somente nesses casos se encontra um índice de informação maior.

O PMCMV – E foi e ainda é alvo de muitos elogios e também de muitas críticas. O que não é de se admirar, pois como dito anteriormente é um programa que foi feito para a população destituída de poder aquisitivo, e por se tratar de direitos adquiridos fica mais difícil da população com maior poder compreender que o direito é de todos. Um dos problemas colocados diz respeito à segregação.

Quando se faz a análise do problema segregação é preciso perceber que as Entidades estão disputando a compra de terrenos com grandes incorporadoras, o que faz com que se torne desigual, fazendo assim com que os movimentos sejam expulsos para fora da cidade, onde falta infraestrutura e todo tipo de serviços e bens dos quais as famílias moradoras do projeto precisam para ter uma vida digna.

[...] boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer,

iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo forma como se realizam fazem a diferença. (MARICATO, 2012, p.33)

Goiás foi um dos Estados que mais utilizou o recurso do PMCMV, segundo (MOYSÉS, CUNHA, BORGES, “Et al”2013), Goiás no âmbito das contratações do PMCMV ficou em 1º lugar no ano de 2010 em desempenho, em 2011 em 2º lugar e em termos absolutos foi o 4º melhor desempenho do País. Apenas cinco Estados concentrarão 55% das contratações e Goiás está entre eles.

De fato ocorreu um grande número de contratações, as associações mais diversas entraram com o pedido para desenvolverem algum empreendimento.

Uma das falas do presidente da UEMP-GO é justamente sobre o número de associações que entram com o pedido de desenvolvimento de empreendimentos:

Amriel: Hoje nós temos muita entidade que são o que a gente costuma chamar entre nós de Copergato, a construtora cria uma cooperativa somente para poder acessar o recurso do PMCMV - E [...] vai na Caixa, habilita e opera como uma construtora com o dinheiro antecipado do Governo. [...] Na hora de habilitar a entidade precisaria ter uma avaliação do quadro de associados [...] Porque a entidade de associação ela não tem demanda²⁰.

Nessa fala, nota-se que apesar se ter uma fiscalização em relação à adesão das Entidades, fica claro que algo tem de anormal para que essas “Copergatos” estejam conseguindo recursos para subsidiar moradias que não são perfil do Programa, se a entidade de associação não tem demanda então não tem verba para ser disponibilizada.

É com o PMCMV - E não foi diferente o que se constata a partir da tabela abaixo disponibilizada pelo MCidades. O Estado de Goiás contratou no período de 2009 á 2015 um total de 8116 Unidades.

²⁰Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

Tabela 2 - Lista de Empreendimentos Contratados no Estado de Goiás.

Município	Empreendimento	Entidade	Unidade Contratada	Unidade Concluída	Unidade Entregue
Abadia de Goiás	Abadia de Goiás IV Etapa	Habitat	49	49	49
Alto Paraíso de Goiás	Paraíso I	CTA	96	-	-
Alvorada do Norte	Nova Ipiranga	Asmorga	50	50	50
Alvorada do Norte	Setor Central	Asmorga	50	50	50
Anápolis	Residencial ASOHAB	Ass. Viver Bem	24	24	-
Anápolis	Residencial do Trabalhador I	ADTEG	53	-	-
Anápolis	Residencial do Trabalhador II	ACDMG	37	-	-
Anápolis	Residencial Girassol	Ass. Comunitária	200	200	-
Anápolis	Residencial Jardim Itália II	COOHACOSAM	200	200	200
Aparecida de Goiânia	AEIS – Chácara São Pedro	ACODES	300	300	-
Aparecida de Goiânia	AEIS – Chácara São Pedro	ACODES	300	300	-
Aparecida de Goiânia	AEIS – Chácara São Pedro	ACODES	300	300	-
Aparecida de Goiânia	Residencial Del Fiore	AGARC	73	73	73
Aparecida de Goiânia	Residencial Miramar		272	-	-
Aruanã	Residencial Rio Vermelho I	IDC	50	50	50
Aruanã	Residencial Rio Vermelho II	IDC	50	50	50
Aruanã	Residencial Rio Vermelho III	IDC	30	30	30
Bela Vista de Goiás	Residencial Sussuapara	AMETUR	200	200	-
Buritinópolis	Residencial Vitória I	ASTEBRA	18	-	-
Buritinópolis	Residencial Vitória II	ASTEBRA	50	-	-
Caldas Novas	Residencial Lagoa Quente	UMMP/CN	72	72	72
Caldas Novas	Residencial Lagoa Quente II	UMMP/CN	75	75	-
Caldas Novas	Residencial Lagoa Quente II	UMMP/CN	75	75	-
Castelândia	Conjunto Habitacional And	Vida Nova	50	50	50

Município	Empreendimento	Entidade	Unidade Contratada	Unidade Concluída	Unidade Entregue
Corumbá de Goiás	Residencial Vila Real I	Ass. Habitacional	50	-	-
Corumbá de Goiás	Residencial Vila Real II	Ass. Habitacional	50	-	-
Corumbá de Goiás	Residencial Vila Real III	AGARC – GOIANIA	50	50	50
Cumari	Residencial Nova Era 2011	IDC	50	-	-
Davinópolis	Residencial Boa Vista	CAMPPRMC	50	-	-
Formosa	Residencial Parque da Colina	ASSVIN	101	101	-
Goiânia	Condomínio Jardim Botânico I	VIDA NOVA	74	74	74
Goiânia	Condomínio Jardim Botânico II	VIDA NOVA	75	75	75
Goiânia	Condomínio Habitacional. Harmonia	FORÇA LESTE	46	46	-
Goiânia	Conjunto Habitacional Renascer	MRU	184	-	-
Goiânia	Residencial Jardim das Oliveiras	VIDA NOVA	420	-	-
Goiânia	Residencial Conjunto Renascer		252	-	-
Goiânia	Residencial Conjunto Renascer		240	240	-
Goiânia	Residencial Parque Eldorado IV	UEMP-GO	150	150	-
Goianira	Residencial Vila Adilair II –A	MLCP	155	155	155
Goianira	Residencial Vila Adilair II –B	MLCP	137	137	137
Goianira	Residencial Planalto III	AGARC-GOIANIA	132	132	132
Goiatuba	Residencial Recreio dos Bandeirantes	IDC	134	-	-
Guapó	Residencial Buritis II	UMIS-GO	100	100	100
Guapó	Residencial Buritis III	UEMP-GO	83	83	83
Guapó	Residencial David Barbosa		263	263	-
Guapó	Residencial Dona Alice		224	224	-
Luziânia	Condomínio Hebrom	ACM VILA NOVA/DF	150	-	-
Luziânia	Residencial Almirante Vermelho		192	192	-
Luziânia	Residencial Alfa II		200	-	-
Novo Gama	Residencial Santa Luzia III	COOHABJESUS	150	-	-
Novo Gama	Residencial Santa Luzia IV	OBDC	150	-	-
Orizona	Empreendimento Professora	AMOREC	50	50	50
Paranaiguara	Novo Sonho	Ombro Amigo	150	-	-

Município	Empreendimento	Entidade	Unidade Contratada	Unidade Concluída	Unidade Entregue
Planaltina	Residencial Jardim das Palmeiras.	CHCS-LTDA DF	150	150	-
Planaltina	Residencial Jardim das Palmeiras.	VALCOOP	150	-	-
Planaltina	Residencial Tita Monteiro	ASPRAG	117	-	-
Porangatu	Residencial Solar Flamboyant	Associação Comunitária	100	100	100
Portelândia	Conjunto Residencial Dona Leopoldina	COOPDM	83	-	-
Santo Antônio do Descoberto	Loteamento Parque Estrela		149	149	-
Senador Canedo	Condomínio Vereda dos Buritis	ONG Pro Moradia	160	-	-
Simolândia	Jardim Independência I	ASMORGA	23	23	23
Simolândia	Jardim Independência II	ASMORGA	50	50	50
Turvelândia	Dona Constance	ACCORS	27	27	-
Uruaçu	Residencial Dom Jose da Silva Chaves		146	146	-
Uruaçu	Residencial Jorgina dos Santos		150	150	-
Uruaçu	Residencial Marisa dos Santos		150	150	-
TOTAL GERAL			8116	5090	1703

FONTE: Ministério das Cidades – Secretária Nacional de Habitação/ Banco de Dados Instituições/Agentes Financeiros em 30/09/2016.

Nota: Dados Trabalhados pelo autor.

Como não existe nesta tabela a data de contratação de cada projeto, não é possível definir o quantitativo de tempo que está gastando para ser entregue o que se pode verificar é que do total de unidades contratadas, houve um quantitativo considerável de termino das obras, porém muito pequeno de entregas das unidades.

Em entrevista com o presidente da associação Vida Nova sobre o que pode ser melhorado no PMCMV - E:

Barbiel: Tem que mudar muita coisa. Hoje nos projetos que a gente fez nenhum deles a gente conseguiu concluir com menos de 6, 7 anos. [...] comprar

uma terra e começar a construir, porque as construtoras chegam lá, faz e constrói e a associação fica na mão do governo até quando eles querem²¹.

Tabela 3 - Quantidade de Unidades Contratadas e Concluídas.

Unidades Contratadas	Unidades Concluídas	% Em relação as contratadas	Unidades Entregues	% Em relação as concluídas
8116	5090	62,71%	1703	33,46%

FONTE: Ministério das Cidades – Secretária Nacional de Habitação/ Banco de Dados Instituições/Agentes Financeiros em 30/09/2016.

Nota: Dados Trabalhados pelo autor.

Das 8116 unidades habitacionais contratadas 1441 são em Goiânia que significa 17,75%. Das unidades concluídas 585 que correspondem á 11,49%. E das entregues 270 apenas são da Capital 8,74%. Levando-se em conta que 29 Municípios até o ano de 2016 participaram do PMCMV - E Goiânia não ficou num patamar ruim.

Fazendo um recorte menor e entrando diretamente na Capital do estado de Goiás, foi considerado para a pesquisa de campo a informação obtida no dia 31/10/2015 pelo MCidades ocasião esta que a referida pesquisa foi analisada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Tabela 4 - Quantidade de Unidades Contratadas e Concluídas no Município de Goiânia.

Município	Empreendimento	Entidade	Contratadas	Concluídas	Entregues
Goiânia	Condomínio Jardim Botânico I	VIDA NOVA	74	74	74
Goiânia	Condomínio Jardim Botânico II	VIDA NOVA	75	-	-
Goiânia	Condomínio Habitacional. Harmonia	FORÇA LESTE	46	46	46
Goiânia	Conjunto Habitacional Renascer	MRU	184	-	-
Goiânia	Residencial Jardim das Oliveiras	VIDA NOVA	420	-	-
Goiânia	Residencial Conjunto Renascer		252	-	-
Goiânia	Residencial Conjunto Renascer		240		-
Goiânia	Residencial Parque Eldorado IV	UEMP-GO	150	150	150
Total Geral			1441	270	270

FONTE: Ministério das Cidades – Secretária Nacional de Habitação/ Banco de Dados Instituições/Agentes Financeiros em 31/10/2015.

Nota: Dados Trabalhados pelo autor.

²¹ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com o Presidente da Associação Habitacional Vida Nova.

È possível perceber que existem algumas disparidades entre uma data e outra. Porém para efetuar a pesquisa de campo tornou-se necessário utilizar a Tabela fornecida no dia 31/10/2015. Tornando-se assim os projetos pesquisados Condomínio Jardim Botânico I, Condomínio Habitacional Harmonia e Residencial Parque Eldorado Oeste IV.

O próximo capítulo irá mostrar os dados empíricos coletados nos questionários aplicados com as famílias moradoras do projeto bem como nas entrevistas feitas com as Entidades e os assistentes sociais responsáveis pelo PTTS.

CAPÍTULO 3 - O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PMCMV ENTIDADES DE GOIÂNIA: RESIDENCIAL PARQUE ELTORADO OESTE IV, CONDOMÍNIO HABITACIONAL HARMONIA. CONDOMÍNIO JARDIM BOTÂNICO I.

No PMCMV - E uma das exigências da CEF é que os projetos de Engenharia, Arquitetura e PTTS sejam elaborados conjuntamente respeitando as necessidades das famílias diante da viabilidade dos recursos sendo cada um, desenvolvidos por profissionais das áreas afins, exceto o PTTS.

Quando o PMCMV - E foi lançado o PTTS poderia ser desenvolvido pelo assistente social, sociólogo, psicólogo ou pedagogo (COTS, 2010 - B), no entanto a portaria nº 21 (BRASIL, 2014) determina que a responsabilidade do trabalho seja do assistente social ou do sociólogo. O trabalho social deve começar com um prazo médio de 90 dias antes das obras e finalizar com um prazo que varia de 6 a 12 meses após a entrega do conjunto habitacional. Sobre a precarização do trabalho do assistente social Farage (2014.p.258) retrata que:

[...] O serviço social a partir da sua inserção precarizada nas políticas públicas, que vão desde a contratação precária de profissionais para a execução do trabalho na área urbana, em sua maioria profissionais terceirizados, que ficam subjugados aos ditames das empreiteiras, como é o exemplo da área habitacional ou subordinados às imposições do poder econômico, como é o caso da regulamentação do Trabalho Técnico Social pela Caixa. O trabalho dos assistentes sociais passa a ser pautado pelos interesses de transformação da cidade em mercadoria, para o qual a faxina social e étnica é condição.

A pesquisa empírica faz uma análise do PTTS realizado em três Projetos distintos no Município de Goiânia. Sendo: Condomínio Jardim Botânico I com 74 unidades habitacionais (condomínio fechado), conjunto idealizado e construído pela entidade Vida Nova, Condomínio Habitacional Harmonia (condomínio fechado) com 46 Unidades habitacionais, construído e idealizado pela entidade Força Leste, ambos os condomínios foram gerenciados pelo líder comunitário Sr. Barbiel. O PTTS foi coordenado pela mesma assistente social Domiel e Residencial Parque Eldorado Oeste IV com 150 Unidades Habitacionais distribuídas em quadras aleatórias sendo, 09, 20, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 36 e 39, situadas no Bairro Eldorado Oeste, o empreendimento foi executado pela UEMP-GO e gerenciado pelo líder comunitário Sr. Amriel, tendo a frente do PTTS um assistente social, Kutiel.

3.1 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL E O ASSISTENTE SOCIAL NO PMCMV – ENTIDADES DE GOIÂNIA.

Na criação do PMCMV - E houve a necessidade dos movimentos sociais intermediarem não só o direito a moradia bem como o direito a cidade. Direito esse pontuado nos capítulos anteriores.

De acordo com Brasília (2014 - A, p.23):

o trabalho social foi assumido como parte integrante do projeto habitacional desde o desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), iniciado em 1999. Em 2003 com a criação do Ministério das Cidades (MCidades), o trabalho social passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação estendendo essa exigência aos demais programas que o MCidades concedesse recursos á fundo perdido e aqueles obtidos através de empréstimos a estados e municípios. Ratificou-se, então, essa determinação e generalizou-se a inclusão do Trabalho Social integrado nos programas habitacionais de interesse social.

O propósito da criação do Trabalho Técnico Social e o de Engenharia é de dar aparato a famílias inseridas nos projetos das entidades levando em conta que os mesmo são construídos por uma parte das pessoas selecionadas para receber moradia naquele conjunto habitacional.

Em entrevista com os presidentes das entidades foram questionados os critérios para a contratação dos profissionais para a execução dos projetos:

Amriel – Olha, infelizmente... É ruim a gente falar isso, mas é verdade. O critério – um deles é a questão do custo financeiro, quem faz melhores condições, o segundo critério é discutir aquele que tem o melhor relacionamento com a Entidade e com as famílias é o terceiro é aquela pessoa que tem maior disposição para acompanhar a gente, [...]. Então é meio que uma questão pessoal. Quem dá a melhor condição. [...]. Pra você ter uma ideia, quando começou o PMCMV não tinha dinheiro para pagar o assistente social, [...]. Depois de muitas brigas dentro do governo, nós conseguimos que destinasse o dinheiro para pagar o PTTS e para pagar o acompanhamento e o desenvolver dele no projeto de obra.²²

Barbiel – Olha aqui a gente faz tudo que a caixa exige, os critérios são a CEF quem dá. É que as pessoas têm que ter as documentações tudo certinha, tem que ter experiência. Se não [for assim] não constrói. É a gente tudo que vai fazer tem que passar por eles, se não passar lá não consegue. [...]²³

²² Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

²³ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com o Presidente da Associação Habitacional Vida Nova.

Da viabilização de terras para construção de habitações de interesse social, tema já exposto anteriormente até os valores disponibilizados para pagamento dos profissionais são problemas que as entidades deparam no dia a dia.

Com base na Portaria nº 21 (BRASIL, 2014) do MCidades que aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do MCidades, o profissional responsável pelo PTTS é nomeado de “Responsável Técnico” não assumindo de fato a sua função como assistente social (caso dos projetos aqui trabalhados), ou sociólogo.

Apesar de ser amparado pela Lei nº 8662 (BRASIL, 1993) em seu art. 4º Incisos V e XI referente às competências do assistente social leia-se:

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

XI – realizar estudos sócio econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto á órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

O COTS (BRASÍLIA, 2010 - B, p.13) prevê em seu anexo I – Roteiro para Elaboração de Projeto de Trabalho Técnico Social em seu 1º passo:

elaborar o diagnóstico – Caracterização da área/população: A elaboração de todo PTTS tem início com a realização de um diagnóstico que visa conhecer, descrever e analisar a área de intervenção e a população beneficiária “faz se lembrar que não é benesse e sim direito”(grifos nossos), levantar demandas e potencialidades locais e possíveis parcerias, de forma a possibilitar a elaboração de um projeto adequado a realidade local.

Esta função deveria ser do assistente social e as entidades em sua maioria tentam contrata-los o que se pode comprovar pela pesquisa realizada. Mas nem sempre ocorre em Instituições e órgãos públicos, sempre amparado em que a contratação não é do profissional assistente social e sim de um técnico social e para essa função, portanto não é obrigatória a contratação do assistente social.

Ao perguntar aos assistentes sociais responsáveis pelo PTTS do seu comprometimento com as atividades junto as entidades Kutiel diz não ter problemas e considera que seu trabalho é respeitado.

Kutiel - [...] Na verdade eu vejo uma forma até de enriquecimento do trabalho, porque é um outro olhar também [...] que não seja só do assistente social.[...]

No caso [...] a Entidade, ele não tinha essa postura de ter, Técnico Social[...]. Então isso ao longo do tempo, esse respeito foi se ganhando [...] mas isso é natural. [...] eu não vejo, não percebi isso nos movimentos, onde eu atuei, onde estou atuando... Porque também eu já sou da militância, [...] vim da militância, [...] vim do movimento, então essa facilidade. [...] ²⁴

Iamamoto (2014, p.97) dá embasamento à fala do Técnico Social.

ora, ao vender sua força de trabalho em troca do salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquele a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção.

Mesmo que o assistente social atenda os objetivos da empresa, ele não perde a sua autonomia e muito menos o seu comprometimento com a classe trabalhadora como diz Domiel:

[...] a partir do momento que a gente passa a ser técnico é outra visão. [...] Na Caixa não tem um assistente social que acompanha [o trabalho do PTTS] [...] Todos os profissionais [...] da Caixa são Psicólogos. Na verdade tem uma [...] assistente social [...]. Assim a partir do momento que você é Técnico Social você acaba fazendo [...] o que o assistente social faz, por amor, por dedicação, mas não é bem o que a Caixa pede. Totalmente diferente ²⁵.

De acordo com a Portaria nº 21 (2014, p.5) o Trabalho Social é:

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

De acordo com o COTS (BRASÍLIA, 2010- B) o trabalho social deverá ser desenvolvido em quatro eixos: Mobilização, organização e fortalecimento social,

²⁴ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

²⁵ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

acompanhamento e gestão social da intervenção, educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento sócio econômico.

Todos os eixos devem ser acompanhados de avaliação e monitoramento, pois quando se elabora o PTTS a metodologia trabalhada é de participação dos atores envolvidos, a elaboração é toda baseada em uma meta com objetivos de resultados esperados, por isso devem ser monitoradas e avaliadas a cada finalização esclarecendo no final de cada execução se a meta foi alcançada. De acordo com a Portaria nº 21:

IX – Monitoramento e Acompanhamento: 1 - O monitoramento das atividades do trabalho social pelo agente operador /financeiro é realizado por intermédio da apresentação do relatório de atividades pelo Proponente/Agente Executor, conforme modelo definido pelo Agente Operador/Financeiro.

1.1 – Nesse relatório serão registradas todas as atividades constantes no projeto aprovado de acordo com a fase a que se refere, independente de serem custeadas com recursos do repasse/financiamento ou de contrapartida, sendo nesse caso justificadas as atividades previstas e não realizadas quando for o caso.

1.2 – Os referidos relatórios são instrumentos que apresentam a medição das atividades/ações desenvolvidas no Trabalho Social e que ensejam o desbloqueio de recursos financeiros para pagamento, pela Instituição Financeira, do executado. (BRASIL, 2014, p.26)

Toda execução da obra está entrelaçada com a execução do PTTS é pela elaboração dos relatórios, a verba para dar continuidade às etapas só é liberada mediante a aprovação dos relatórios apresentados.

O PTTS é baseado na ideia da participação dos futuros moradores, a intenção é que as famílias comecem a adequar com a nova moradia, criando vínculos, para que a mudança não aconteça de forma atabalhoada. Baseado na premissa que:

quando a população vivencia um processo participativo horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública, é capaz de contribuir significativamente nas proposições da política. Os moradores são competentes na produção de um diagnóstico urbano social quando há espaço para fruição e intercâmbio entre conhecimento vivido e conhecimento técnico. (BRÁSILIA, 2014 - A, p.25)

Este trabalho social deverá ser feito distribuído em quatro fases de acordo com a Tabela 5:

Tabela 5 - Fases do PTTS

FASES	1 - PRÉ-CONTRATAÇÃO	2 - PRÉ-OBRAS	3 – OBRAS	4 - PÓS-OBRAS
MARCOS TEMPORAIS	Da apresentação e seleção de propostas até a assinatura do contrato de repasse/financiamento	Da assinatura do instrumento de repasse/financiamento até Ordem de Serviço (OS) de início de obras.	Da OS de início de obras até a conclusão/mudança das famílias.	Da conclusão das obras ou mudança das famílias pelo período de 6 a 12 meses.

Fonte: Ministérios das Cidades – Trabalho social em programas de habitação de interesse social, BRASÍLIA – 2014 – A – p.27.

Nota: dados trabalhados pelo autor.

As quatro fases, portanto deverão ser trabalhadas pelo assistente social em parceria com outros profissionais que se fizerem necessário para a boa execução das propostas elaboradas e sempre deverão ter a participação os futuros moradores do Conjunto Habitacional.

É importante a participação das famílias que segundo: Brasília, (2014 - A, p.49): “Trata-se de ações formadoras de cultura, vinculadas a uma visão do mundo que busca combater a subserviência e o clientelismo.” Fazendo com que deixem de acreditar neste paradigma de que o Estado é bonzinho e está fazendo um favor. Pois na realidade,

não estamos aqui falando de práticas “disciplinadoras” ou de “controle” da população, dirigidas para o seu enquadramento social ou para a sua adesão acrítica as intervenções ocorridas em seu território, mas de seu empoderamento enquanto agentes sociais de mudança (BRASÍLIA, 2014 –A, p.49).

E necessário que a população perceba que “a comunidade mobilizada precisa conhecer profundamente seus direitos e a quem cabe atendê-los”. (BRASÍLIA, 2014 – A, p.49)

Nos próximos tópicos serão pontuados cada um dos conjuntos para que se tenha uma melhor compreensão e análise do que de fato o PTTS oferece as famílias.

3.1.1 O Residencial Parque Eldorado Oeste IV:

O Residencial Parque Eldorado Oeste IV, teve o seu PTTS baseado em 150 Famílias, sendo 450 pessoas, 56% mulheres chefes de família, nenhuma em situação de risco com a renda média familiar de um salário e meio, tendo sete idosos acima de

65 anos, nenhum portador de deficiência física, dados obtidos pelo assistente social na elaboração do PTTS.

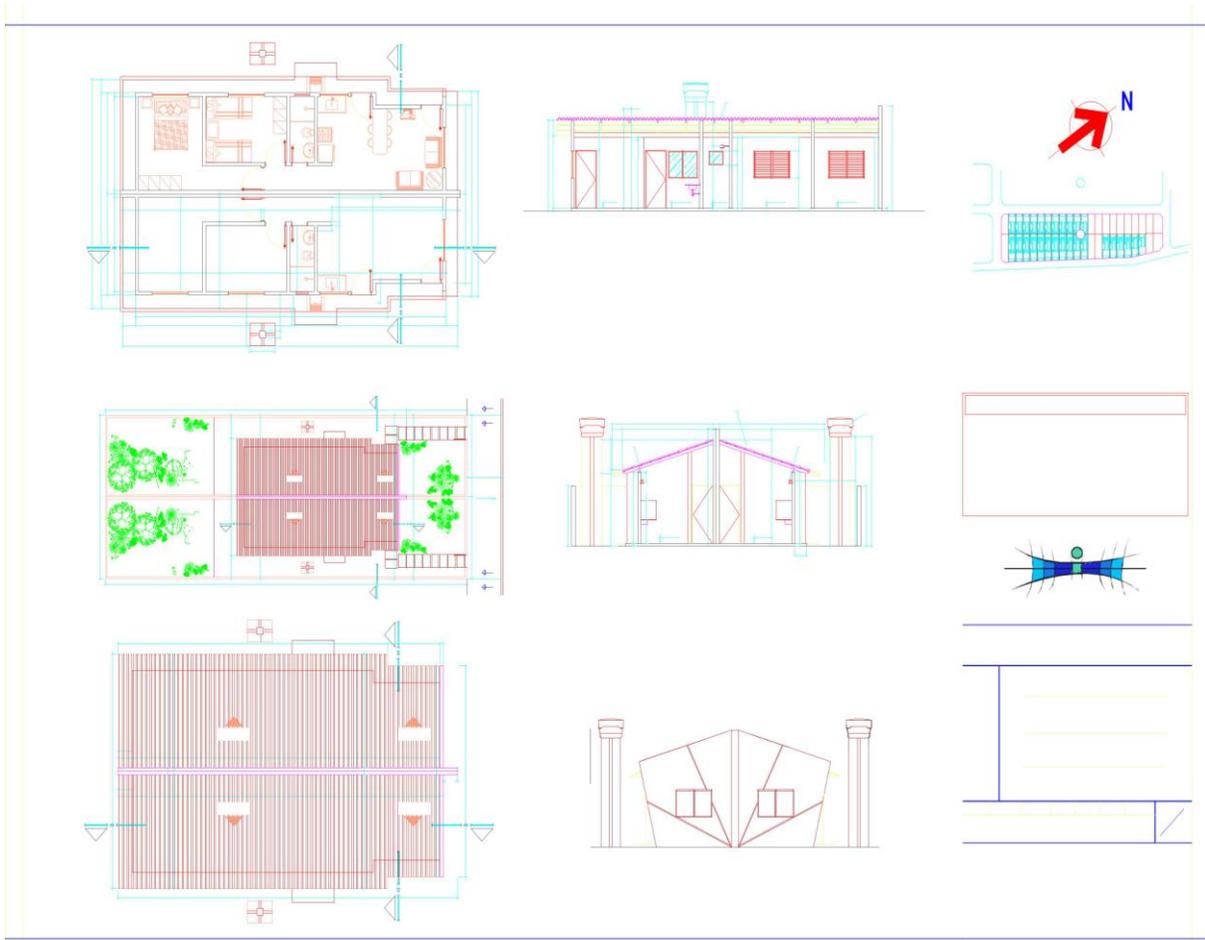
A UEMP-GO entidade que tocou o projeto de acordo com o seu dirigente é um movimento:

Amriel - Regional que atende todo o Estado, á nível Nacional nós somos filiados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana e a União Nacional por moradia popular e a nível internacional a Rede de Educação Cidadã (RECID) que tem sede em Paris, por sinal eu sou representante dela na América latina e somos filiados a Secretaria Latino Americana Vivienda Popular (SELVIP).²⁶

A Entidade UEMP-GO estabeleceu o perfil para a escolha das famílias sendo critérios exigidos pelo Programa e os demais já previstos e optados pela Entidade: ter no mínimo 03 anos de moradia comprovadamente na cidade de Goiânia, não ter moradia própria, renda de até três salários mínimos; ter família constituída com ou sem filhos e participar efetivamente das reuniões da Entidade. Vejamos como são as casas na figura da planta abaixo:

²⁶ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

Figura 1 - Planta das Unidades Habitacionais do Eldorado Oeste IV.



Fonte: Planta fornecida pela associação.

O bairro Residencial Parque Eldorado Oeste localiza-se na região oeste de Goiânia, aproximadamente 20 km da Capital. O bairro é distante do que chamamos de centro da cidade.

O bairro é bem servido de serviços e comércios como supermercados, sorveterias, ferragistas, distribuidora de bebidas, panificadoras, bares bem como petshops, lojas de roupa entre outros tipos de comércio.

Considerando que o Residencial Parque Eldorado Oeste é composto de quatro etapas sendo cento e cinquenta unidades cada, temos um bairro com 600 famílias, um número considerável de moradores. O setor não é composto somente dos conjuntos

habitacionais, existem lotes particulares com construções próprias, bem como casas financiadas pela CEF. Recentemente a prefeitura doou alguns lotes para famílias de ocupações. Verifica-se que é uma região em franco desenvolvimento, tanto nos aspectos populacional como econômico.

Quanto á distancia o assistente social diz: “**Kutiel**– [...] eu acredito que... é pela escolha do local [...] um lugar mais longe, [...] um lugar pelo valor do recurso liberado pelo Ministério das Cidades, [...]” ²⁷, quanto mais longe a terra menores preços obteriam.

O assistente social diz não ter participado da escolha “[...] eu tava estudando ainda [...] era estudante de serviço social ainda [...] é eu era do movimento mais a escolha em si eu não participei” ²⁸.

Em entrevista realizada com o presidente da UEMP-GO discorrendo sobre critérios que deveriam ser mais bem avaliados:

Amriel: [...] quando você vai comprar o terreno, chama os associados para discutir, e esse terreno? E aqui que vocês querem morar? Porque é vocês que vão morar aqui, então precisa ser vocês que vão definir, definir o modelo da casa, fazer isso de forma coletiva [...] ²⁹

Apesar de essa ser à vontade inclusive do presidente da associação, infelizmente não é o que ocorre.

Observa se o que levou a escolha do local foi à disponibilidade de valores para a compra da terra no momento. O que explicita que a terra urbana esta inacessível aos trabalhadores como foi mostrado no capítulo 1. “[...] a nova terra urbana e de expansão urbana passou a ter um valor de capital, de mercado imobiliário, transformando-se num privilégio para poucos.” (MORAES, 2003, p.165), na procura de áreas as Entidades disputam de igual forma com as grandes incorporadoras o que de fato se torna

²⁷ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

²⁸ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

²⁹ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

desumano, porque a Entidade não possui a mínima condição de entrar nessa disputa. Ficando assim o que sobra, normalmente na periferia da cidade.

Moraes (2003, p.166), traz uma reflexão sobre essa realidade: “[...] o desenvolvimento e o crescimento [...] faz com que suas periferias cresçam de acordo com o efeito cascata: quanto mais pobre sua população, mais longe fica sua moradia da cidade do plano urbanístico”.

E Vieira (2009, p.105) nós traz uma reflexão quando diz que a riqueza e pobreza distanciaram-se tanto que surgiram: “[...] o pobre, o subpobre, o quase pobre, o em vias de ser pobre, o mais ou menos pobre, o que tem traços de pobre, em múltiplos níveis de escala. [...]”.

O assistente social tem por regra fazer o levantamento dos aparatos sociais existentes nos locais escolhidos para o futuro Conjunto Habitacional, mas nesse caso o profissional foi contratado posteriormente para realizar o PTTS.

Kutiel - Bom o levantamento, [...] para as outras etapas foram feitas [...] Como o projeto [...] são quatro etapas de 150 unidades então [...] só deu sequencia nos trabalhos, esse levantamento da demanda de equipamentos sociais foram feitos, né já com um olhar e a necessidade de ampliação de atendimento seria imenso, porque... Mas, aquele processo, como acredita que sempre as conquistas em alguns lugares são pela luta, então seria pela organização que talvez outros equipamentos sociais seriam postos ali. Porque também não tem recurso [...] ³⁰.

Na fala do assistente social os levantamentos das outras etapas foram feitos com um olhar de que necessitaria de novos aparatos sociais, pois estava claro que a demanda era maior do que o bairro oferecia. A demanda já era grande para a primeira etapa, ampliou-se com as demais etapas construídas e com o crescimento do bairro por meio dos loteamentos e casas vendidas pelo mercado formal. O que se torna plausível a fala dos moradores em relação a falta de aparatos mostrado ao longo da pesquisa.

Ao se questionar ao Técnico Social sobre o levantamento de serviços sociais públicos necessários às famílias:

³⁰ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

Kutiel – [...] a gente trabalha na totalidade, [...] o número de famílias que seriam assentados ali. [...] a demanda é a mesma é a saúde, é a educação é o transporte que é precário, quer dizer essas demandas e o trabalho dele é o emprego que ficou distante da realidade [...] porque eu mesmo conheço famílias que pegou a sua unidade habitacional mas não teve como morar, porque o seu trabalho era do outro lado da cidade, então quer dizer, o sonho dela foi atendido de uma forma, mas num outro momento ela deparou com uma realidade que ela não estava esperando [...].³¹

Neste caso houve uma contradição entre a fala dos moradores e do assistente social, devido à demora de iniciar as obras, muitas famílias nem se quer lembram como tudo começou o que são unânimes em afirmar que o Eldorado Oeste IV não começou como PMCMV - E, na realidade eles pagaram um ágio pelo lote. A construção era para ser por meio da autogestão, onde os moradores participam diretamente das construções e depois de muito tempo no ano de 2009, foi passado ao PMCMV-E.

Importante salientar que quando se fala em trabalho de equipe é o dialogo trabalhado dos profissionais com os futuros moradores. O trabalho deve ser feito com o que se tem de verba com o que viável, a pesquisa mostra que esse entrosamento não ocorreu quando a pergunta foi direcionada ao assistente social em relação aos profissionais entre si:

Kutiel– [...] eu não tenho a certeza se teve esse participação ou a participação das famílias na escolha do tipo de moradia que seria aplicado ali, [...]você encontra famílias com um filho, casal com filho, você já encontra outras famílias com três, quatro filhos, então a unidade de construção é a mesma para todos. [...] Eu tenho a certeza que não teve. [...] eu acredito que isso não teve a participação da Arquitetura, do Social. Da entidade e da Arquitetura, sim da Engenharia sim mais, da Engenharia, Arquitetura e Social eu creio que não. [...]os próximos eu acredito que sim.[...] O próprio olhar da entidade percebe que nos próximos projetos que eles poderiam aplicar, que eles forem trabalhar, essa participação da escolha do modelo de casa,[...]³².

Pontuado como uma das importâncias dos projetos verificou junto a entidade como seria esse trabalho. Faz-se necessário que haja essa interação, porém percebe nas falas dos moradores, do assistente social que não é realizado dessa forma, conclui que esse ideal está longe de se tornar realidade.

Amriel – [...] Tem que haver porque é o seguinte o PTTS e o Projeto de Engenharia eles se complementam [...] um complementa o outro. E na hora de

³¹ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

³² Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

o senhor fazer o projeto a elaboração do projeto [...]tem que levar em consideração a planta da casa que está sendo feita para atender aquele público do momento daquela entidade. Então não há como trabalhar um separado do outro. [...] o social precisa ajudar dizendo o que [...] é mais ou menos, o que é possível se fazer do social dentro desse grupo de famílias. A engenharia precisa dizer o que [...] se dá conta de fazer de uma casa com R\$ 38.000,00. [...] São os problemas no Eldorado, contratamos um projeto para fazer uma casa de 48 metros e não deu, está faltando 0,23% para concluir o projeto, ou seja, o forro de 10 casas, mas nós não temos o dinheiro para colocar o forro nessas 10 casas, corresponde a uma pequena parcela de R\$ 20.000,00³³.

Outra informação levantada junto às famílias é que o Residencial Parque Eldorado Oeste IV ainda não foi entregue no papel, os proprietários resolveram mudar para suas casas antes que pudessem ser ocupadas de forma indevidas por outras pessoas, em sua maioria entraram antes mesmo de serem concluídas as obras, como:

Tagas: A minha casa foi entregue sem o forro.

Zarall: A minha casa foi entregue sem o forro, instalação elétrica incompleta, parte do esgoto.

Zuriel: Entrei sem estar pronto, faltou forro, banheiro estava com defeito, a cerâmica esta sem rejunto, o rufo estava com defeito.

Amitiel: Aqui em casa faltava o forro,a cerâmica eles me concederam o material, faltava a argamassa, uma janela estava inversa, não tinha pia e nem lavatório, algumas coisas consegui na entidade outras precisei arcar, a mão de obra ficou por minha conta.

Dumah: O meu banheiro estava só na terra, parte do telhado não estava pronta, sem forro, estava só no reboco, consegui a pia, faltou parte elétrica, contra piso ,cerâmica.

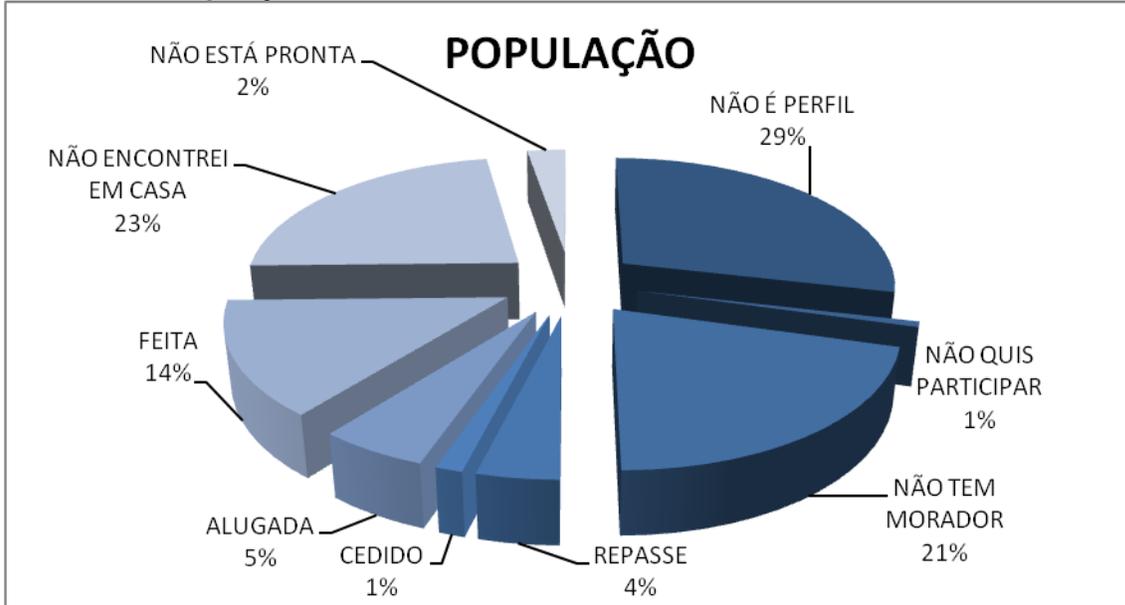
Hamon: As minhas janelas estavam viradas, faltava o forro, o banheiro estava com a instalação incorreta, o registro da saneago teve que ser refeito para ligarem a água, nunca fui ressarcido.

Miniel: A minha casa faltava o forro. Tive que colocar.

Och: A casa esta cheia de rachaduras.

Perante a CEF, o empreendimento ainda não foi concluído, o gráfico 2 mostra a situação:

³³Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

GRÁFICO 2 - População 01

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Através do gráfico pode-se comprovar que: 21% das casas ainda não têm moradores, 23% não foi encontrado em casa, 5% alugou a unidade habitacional, 4% das Unidades foram repassadas, 1% dessas unidades foram cedidas e 2% das unidades ainda não foram finalizadas, foto 01.

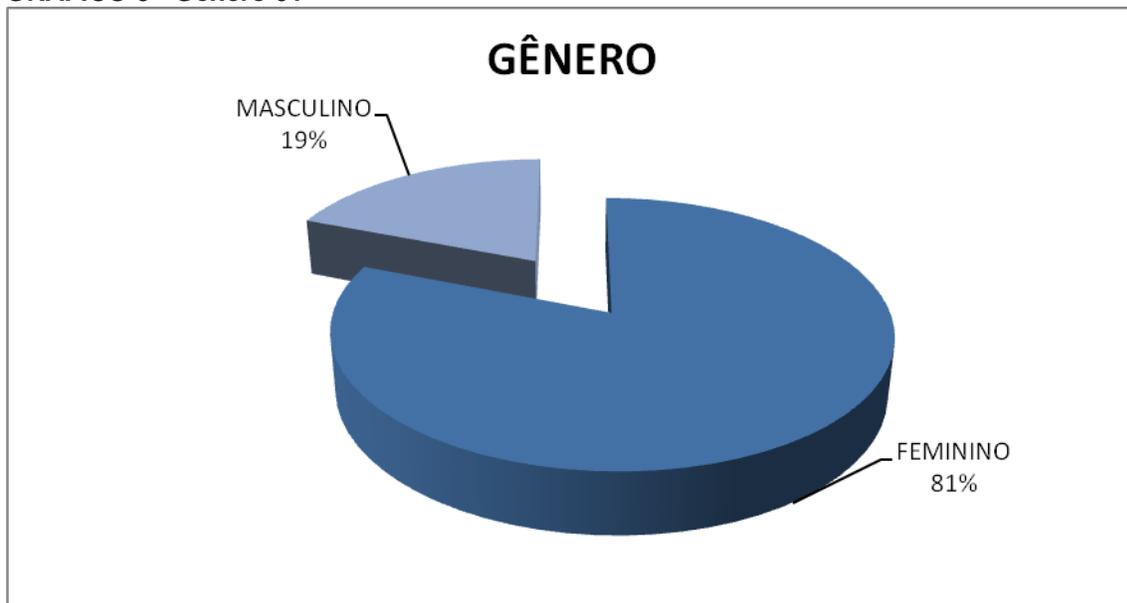
FOTO 1 - Casas que ainda não ficaram prontas Eldorado Oeste IV

Fonte: primária/março de 2017 –

Somente 1% não quis participar da pesquisa, porém 29% das unidades habitacionais visitadas ficou confirmado através da abordagem que não fazem parte do perfil estabelecido pela pesquisa.

O gráfico 3 mostra que o Residencial Parque Eldorado Oeste IV é composto por proprietários do gênero feminino.

GRÁFICO 3 - Gênero 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Requisito conquistado pelos Movimentos de Moradia através da Lei nº 11.977 em seu Art.48 –V “Concessão de título preferencialmente para as mulheres.”

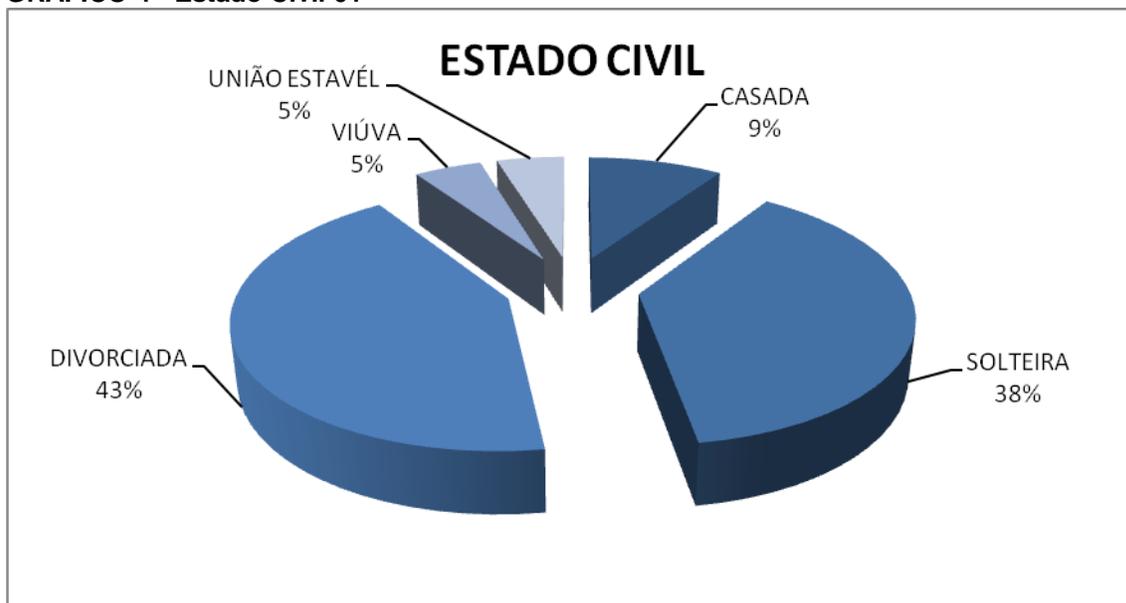
As mulheres ao longo do tempo foram tentando igualar os seus direitos como retrata Rolnik (2012, p.04):

as mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens no campo de trabalho, mesmo quando tem mais anos de estudo e de qualificação profissional. A maior parte dos trabalhos informais – sem garantia de direitos trabalhistas – é realizada por mulheres. Além disso, em muitas empresas seus salários são inferiores aos dos homens que exercem a mesma função, mesmo em cargos de direção. Na política, a participação das mulheres é ainda muitíssimo inferior a dos homens. No âmbito doméstico, a responsabilidade pela manutenção da casa e pelo cuidado das crianças, idosos e enfermos continua sendo majoritariamente das mulheres, mesmo quando elas trabalham fora. Em todo o mundo a idéia atrasada de que o homem tem poder sobre o corpo e a vida da mulher continua a sustentar a violência doméstica,, muitas vezes levando mulheres a morte. A dinâmica da desigualdade de gênero se verifica, portanto, em todas as dimensões da vida humana.

Ao longo das entrevistas com as mulheres vai ficando claro que elas estão inseridas na luta diária não só pelo seu sustento e de sua família como também pelos direitos que foram conquistados ao longo dos anos, são mulheres que não estão satisfeitas com a situação posta e que vão continuar lutando seja pelo direito a um bairro com qualidade de vida, a um transporte de qualidade a um atendimento de saúde digno aos seus e demais, como qualquer outra demanda que se fizer necessário.

A partir do gráfico 4, confirma-se que, 43% das mulheres são divorciadas, 38% solteiras, somente 9% casadas, 5% viúvas e 5% vivem em união estável.

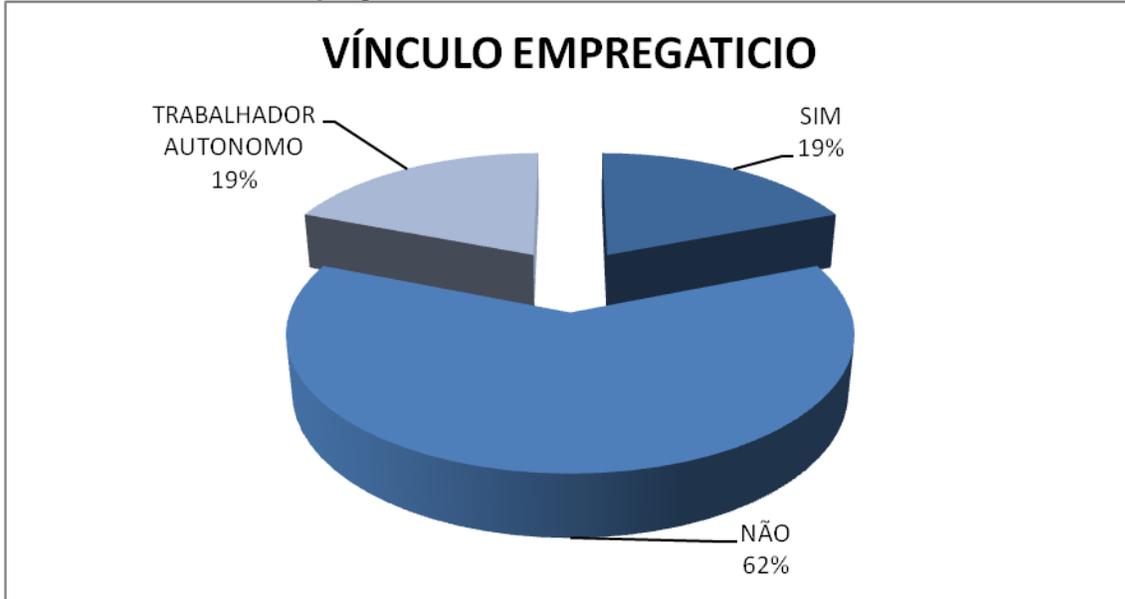
GRÁFICO 4 - Estado Civil 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

O que se confirma que o empoderamento dessas mulheres ocorreu após dificuldades enfrentadas no decorrer da vida, muitas largadas pelos maridos, mães solteiras é o que ilustra a luta das mulheres.

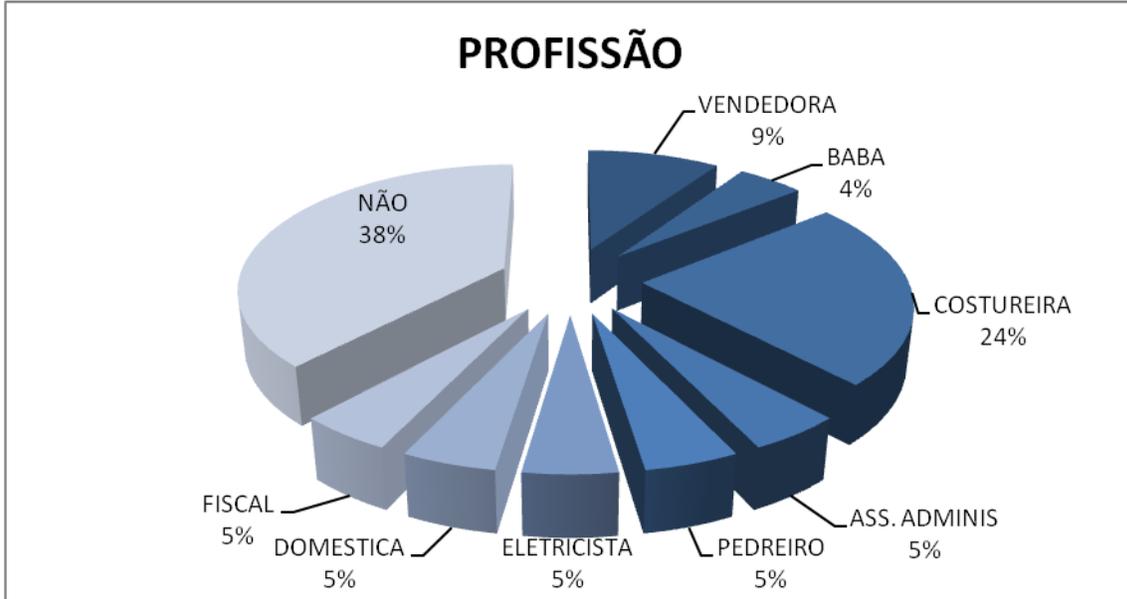
Foi possível constatar que as famílias do Parque Eldorado Oeste IV de acordo com o gráfico 5:

GRÁFICO 5 - Vínculo Empregatício 01

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

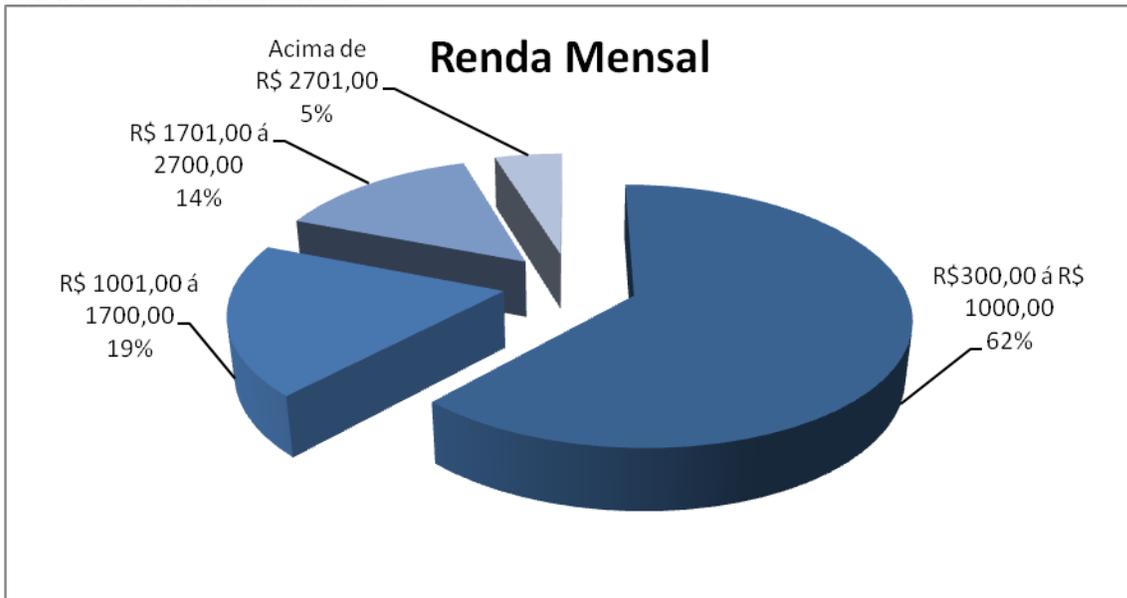
Que 62% dos moradores trabalham sem vínculo empregatício, somente 19% possuem carteiras assinadas, e ainda 19% são trabalhadores autônomos o que diferencia dos trabalhados sem vínculo empregatício é que fazem suas devidas contribuições a Previdência o que de certa forma lhes dão um pouco mais de garantia em caso de perda temporária da capacidade do trabalho ou mesmo em casos de aposentadorias.

Conforme o gráfico 6 , as profissões executadas pelas famílias são as mais diversas, tanto como trabalhadores autônomos como aqueles que não tem vínculos empregatício, e se consideram trabalhadores informais .

GRÁFICO 6 - Profissão 01

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Pode-se constatar pelo gráfico que 38% correspondem á aposentados ou pensionistas, das profissões se tem um leque delas, 24% correspondem á costureiras essas em sua maioria trabalhadoras informais conforme pesquisa empírica. Famílias que sobrevivem com uma renda mensal extremamente baixa. Com uma quantidade tão considerável de trabalhadores informais e aposentados e pensionistas, a renda mensal é muito baixa o que se pode confirmar pelo gráfico 7.

GRÁFICO 7 - Renda Mensal 01

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Dos moradores do Eldorado Oeste IV 62% percebem salários entre R\$ 300,00 e R\$ 1.000,00. O que só vem a afirmar que em sua maioria as unidades habitacionais são destinadas a pessoas que realmente fazem parte do perfil do PMCMV-E.

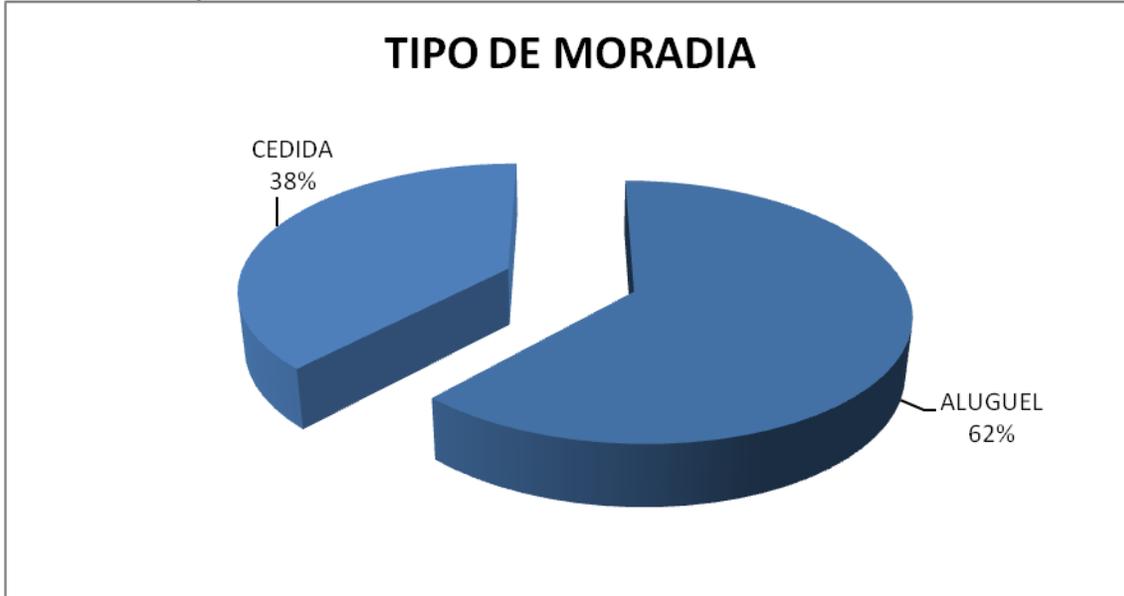
FOTO 2 - Casa alterada, grades e cimento na porta – Eldorado Oeste IV.



Fonte: primária/Março de 2017

A confirmação dessa necessidade de moradia é clareada pelo gráfico 8, quando é questionado as famílias de que forma moravam antes da mudança para as suas residências.

GRÁFICO 8 - Tipo de Moradia 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

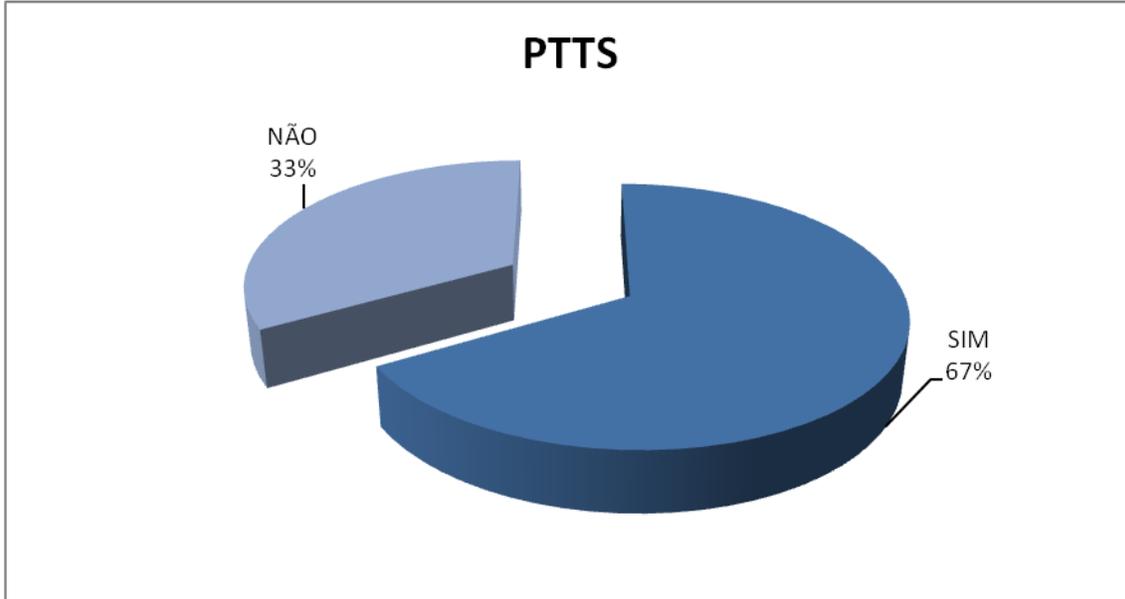
Das famílias 62% moravam de aluguel comprovado pela pesquisa empírica que pagavam em sua maioria de R\$ 200,00 á R\$ 500,00 e os outros 38% moravam em locais cedidos o que mais uma vez deixa claro a necessidade das famílias em possuírem sua casa própria.

Em entrevista com o presidente da associação sobre os critérios que poderiam ser melhor avaliados: Amriel informa que “ [...] um maior recurso na área social para a gente trabalhar a formação [...] não só no mercado de trabalho, [...] formar pessoas para a vida também.”³⁴ Essas famílias muitos sonham em continuar os estudos, para uma melhor condição de um novo emprego, não concordam com o que está posto, querem mudar de vida, e um dos objetivos do PTTS é a emancipação humana. Somente cursos não serão suficientes para tanta vontade de fazer diferente.

Em relação aos PTTS realizado durante a execução das obras o gráfico 9 retrata que 67% considera que é importante o trabalho do assistente social na construção do Conjunto Habitacional, enquanto 33% considera não fazer diferença.

³⁴ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

GRÁFICO 9 - PTTS 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

O assistente social diz que a participação foi boa, porém poderia ter sido melhor aproveitada se não fosse a ansiedade das famílias de terem suas casas. Para que as reuniões do PTTS tenham bom resultado: [...] algumas regras de convivência devem ser observadas, como: agenda acordada entre os participantes.” (BRASÍLIA, 2014 – A ,p.53)

Kutiel – [...] a questão dos horários [das reuniões][...] a escolha era das famílias.[...] Sabendo que [...] a família entrou no projeto ela sabia que [...] se disporia da participação [...] aos fins de semana e feriados,[...] Agora o horário em si [...] sempre a gente colocava em votação entre as famílias. [...] em nenhuma das atividades de 150 famílias, não teve pelo menos o mínimo exigido pela CEF, que era pelo menos 60% de participação. [...]. A maior preocupação era ter a casa. [...], pra sair do aluguel, pra sair do favor ne, enfim ela queria... [...]. Então no contexto, o que eles, as famílias queriam era ter a moradia deles e eles achavam que era indo também para a mão de obra, que essa moradia sairia mais rápido. [...]³⁵

Também é necessário que as: “reuniões [sejam] bem preparadas, com as informações e materiais necessários”, (BRASÍLIA,2014 - A,p.53). O assistente social falou sobre a reunião que obteve um maior interesse e participação:

Kutiel: [...] O conhecimento ao Conselho Tutelar, ao Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, [...]. [O] Conselho Tutelar, os Conselheiros Tutelares estiveram nessa atividade [...] que essa foi uma das melhores. Que teve uma

³⁵ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

participação, assim... Até mesmo o questionário nas perguntas feitas pelas pessoas que estavam aplicando essa discussão. O estatuto da criança você percebe uma participação maior, porque isso é, está no seu contexto, está no seu dia a dia. É uma participação interessante foi a questão das Organizações Sociais e principalmente da Associação de Moradores [...] porque demanda o que pode estar melhorando a sua qualidade de vida no bairro, [...] e participação social, desperta nele esse interesse ou pelo menos a curiosidade. [...] É uma outra que teve participação assim interessante e que eu gosto de lembrar foi sobre os movimentos sociais, por que ai nós fizemos um intercâmbio gravado ao vivo, né com uma Rádio e uma TV popular. [...] Isso também foi muito interessante. Não sei se era porque era ao vivo e tal mas... houve uma participação boa.³⁶

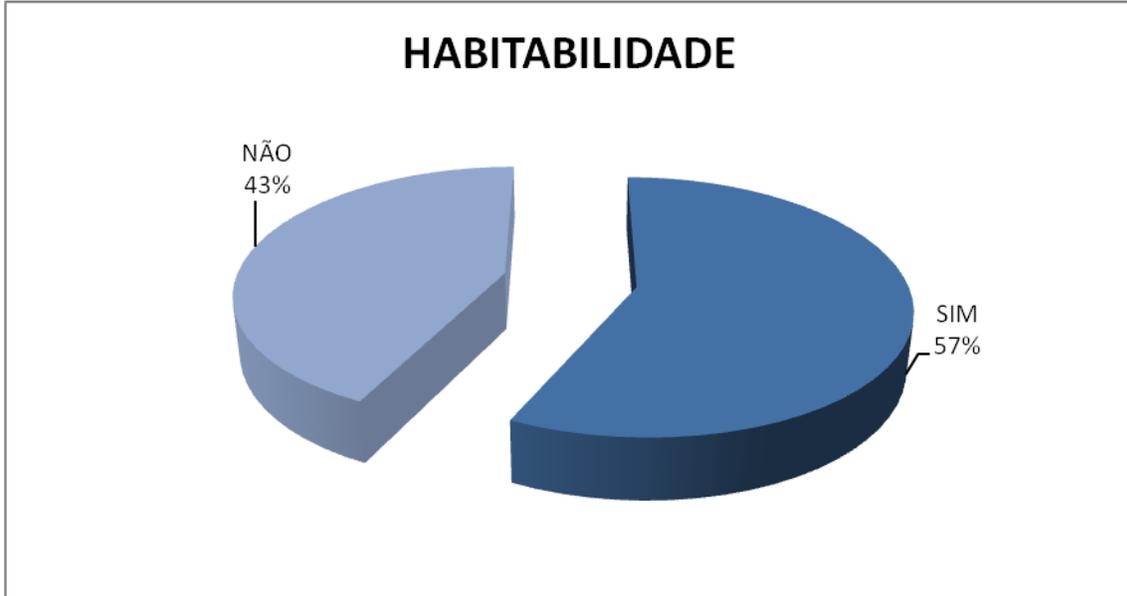
Estas palestras de acordo com o assistente social nem sempre consegue abranger a necessidade de todas as famílias, porém muitas encontram alento por na maioria das vezes fazerem parte do seu universo, do dia a dia . Assim como muitas famílias através das palestras, das informações levadas conseguem direcionar outras demandas que são amparadas por leis, é que são de direitos dessas famílias.

ante tal panorama sanguinolento, insensato e totalmente imoral no âmbito dos direitos e da justiça, dentro do qual a insubmissão mostra o recurso mais verdadeiro para a preservação da dignidade humana, não é um bom caminho fazer a separação entre direitos, vida de direitos, proteção de direitos e a realização deles. De fato, não há direito sem sua realização. (VIEIRA,2009,p.29)

Quanto a habitabilidade de acordo com o gráfico 10, 57% avaliaram de forma positiva enquanto 43% alegam que as melhorias vieram com as modificações realizadas em suas casas, com seus próprios recursos. Alguns problemas foram citados como o espaço é pequeno, muito sol, alagamento no lote, goteiras entre outros.

³⁶ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

GRÁFICO 10 - Habitabilidade 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Porém mesmo diante de várias reclamações, são unânimes em afirmar a satisfação de terem sua casa própria, pois apesar de todas as dificuldades enfrentadas, dizem que se não fosse pela Entidade não conseguiriam por outros métodos comprarem suas casas.

Quando se direciona a pergunta ao presidente da associação sobre: se os Conjuntos Habitacionais oferecem condições de habitabilidade:

Amriel – [...] a entidade ela é um exemplo. [...] vamos pegar as obras de Goiás que foram feitas pelo movimento, você não vê casa rachada, você não vê casa com defeito de engenharia, [...]você não vê discordia, [...]consequimos trabalhar não só a construção de quatro paredes mas de fato [...] dignidade e cidadania.[...] A entidade é um exemplo de construção, de trabalho de solidariedade dentro desse programa.³⁷

Amriel considera que a realização dos projetos junto as famílias não só proporcionam na entrega de suas casas condições de habitabilidade como também conseguem trabalhar dignidade e cidadania.³⁸

³⁷ Entrevista realizada dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

³⁸ Segundo Vieira (2009, p.190) [...] a cidadania exprime a liberdade humana apenas no sentido de os homens terem direitos e estarem protegidos pela lei comum a todos. Revestida da forma de igualdade jurídica, ela se desenvolve a partir da luta pela conquista de certos direitos e posteriormente através da luta para usufruir deles. A condição de cidadão encerra forte apelo para participar da vida social, o qual

FOTO 3 - Fundo do quintal - Falta muro de arrimo - Eldorado Oeste IV.



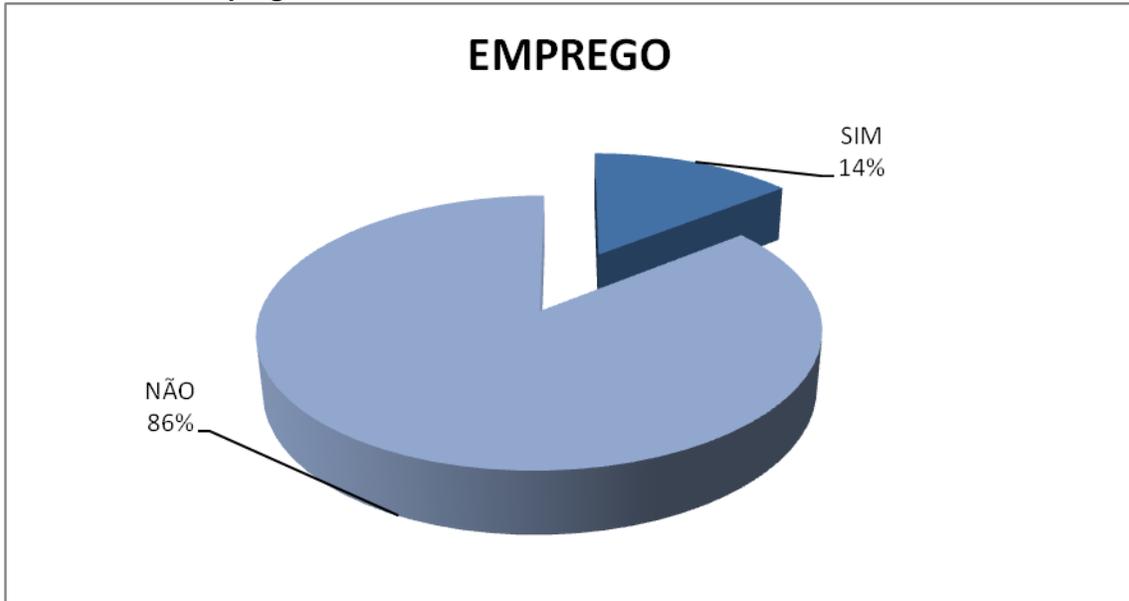
Fonte: primária/ Março de 2017

Em relação aos aparatos sociais, muitos deles (in)existem no local como foi comprovado através da pesquisa empírica.

Quando foi questionado se a localização do Conjunto Habitacional Eldorado Oeste IV oferecia condições para os moradores conseguirem emprego 86% responderam que não, enquanto 14% considera que sim, é favorável. Confirmado através do gráfico 11.

nasce e frutifica na convicção de que a sociedade consiste em patrimônio pertencente a todas as pessoas. Assim, a cidadania representa um princípio de igualdade, desdobrando em diversos direitos que se foram acrescentando aos poucos.

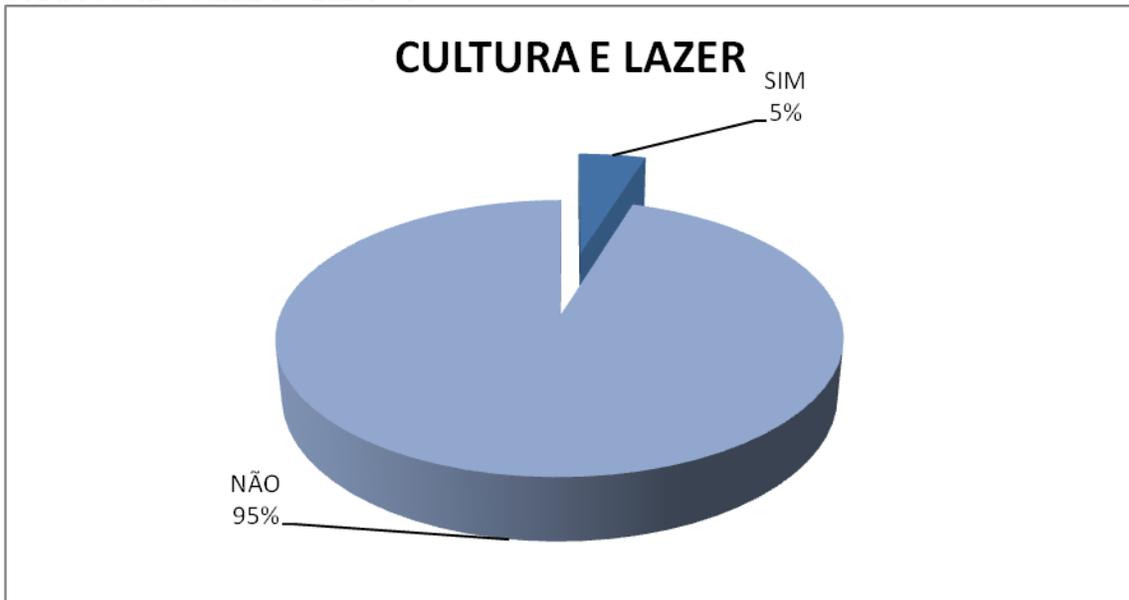
GRÁFICO 11 - Emprego 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Em relação ao acesso a cultura e lazer os dados mostrados pelo gráfico 12 esclarecem que 95% alegam não existir na região e apenas 5% responderam sim.

GRÁFICO 12 - Cultura e Lazer 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

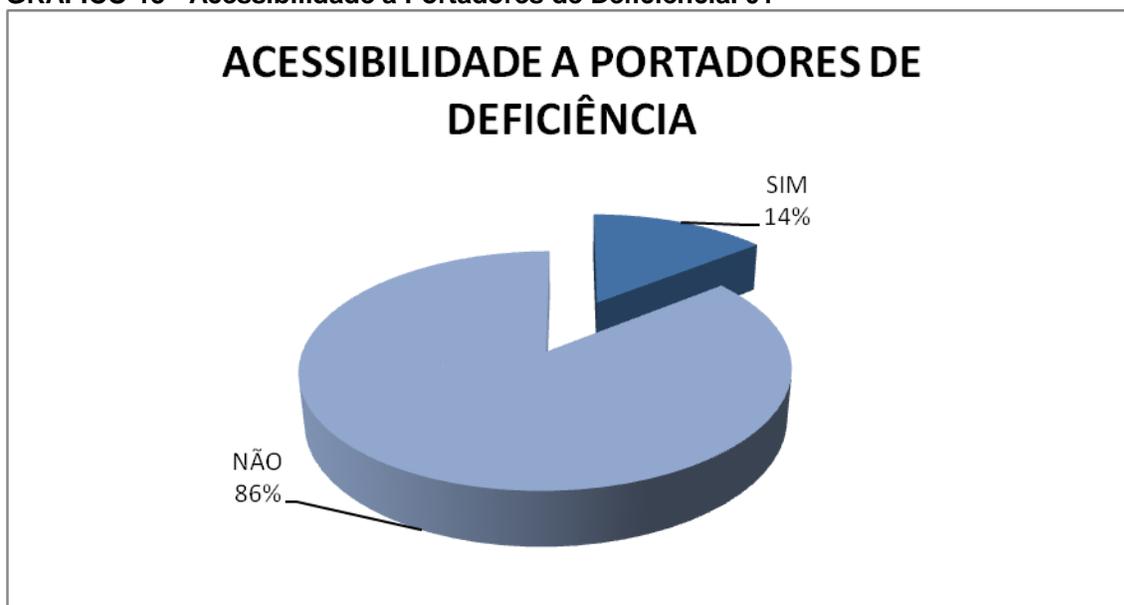
Deve ser levado em conta que em poucos bairros da cidade existem acesso a cultura e lazer, em sua maioria esses normalmente estão a disposição de regiões, como por exemplo os shopping de Goiânia, são poucos, porém nas diversas regiões,

normalmente são esses espaços oferecidos como áreas de cultura e lazer o restante quando fica a cargo do Estado ou Município esses locais são nos grandes centros.

Como o Residencial tem unidades habitacionais para pessoas com deficiências físicas, perguntamos se o Eldorado oferece acessibilidade a portadores de deficiência ou que necessitem de apoio para a sua mobilidade, 86% dizem que não e somente 14% falam que sim expressado pelo gráfico 13.

Outra questão debatida em um contexto geral, pois normalmente os bairros periféricos ainda não se adequaram as exigências de um bairro que possibilite acessibilidade como é o caso das calçadas que ficam por conta de cada morador.

GRÁFICO 13 - Acessibilidade a Portadores de Deficiência. 01



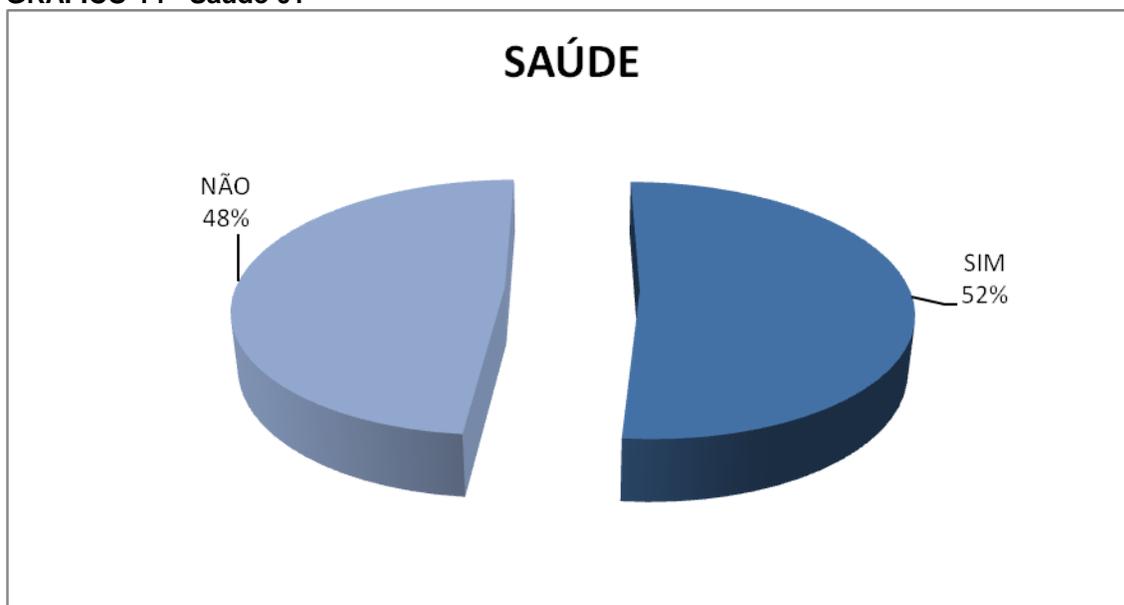
Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

A saúde em função da precariedade dos serviços prestados tem gerado grandes debates no Brasil, os resultados da pesquisa mostram que a situação no Conjunto Habitacional Eldorado Oeste IV não é diferente como ilustra o gráfico 14 e respostas de alguns moradores que dizem: “os serviços prestados são ruins, não tem médico, é de péssima qualidade, o atendimento médico se restringe a 5 pessoas do Conjunto Eldorado Oeste por dia.”³⁹

³⁹ Entrevista realizada com moradores.

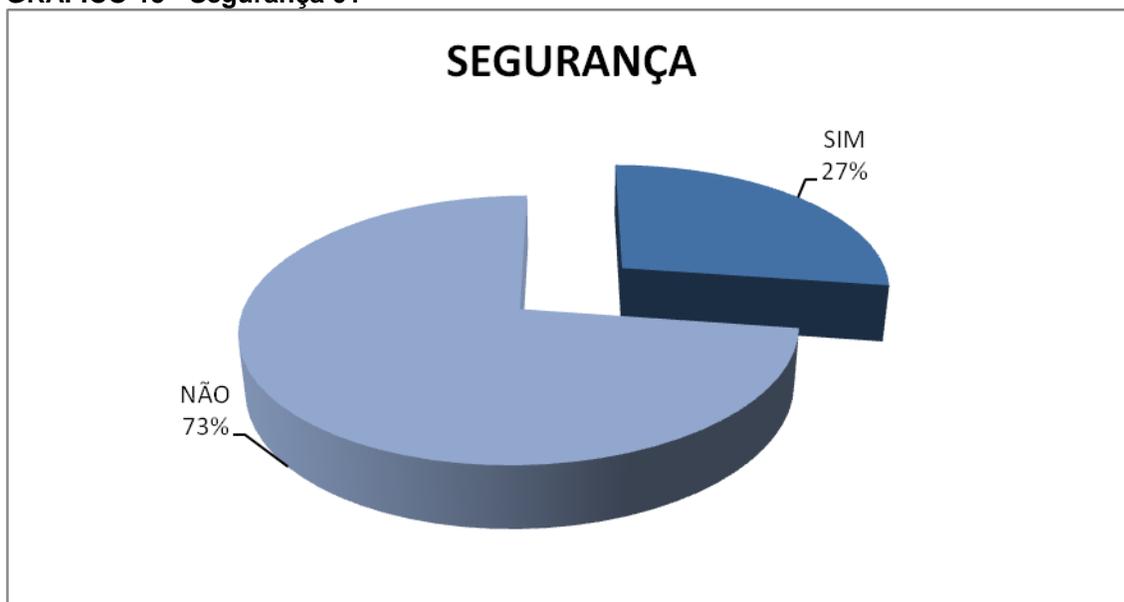
Faz-se lembrar que o bairro hoje possui aproximadamente 1400 famílias, com um atendimento diário de 5 pessoas do bairro por dia, verifica-se que a maioria das famílias procuram atendimento nos bairros próximos ou possuem algum tipo de plano de saúde.

GRÁFICO 14 - Saúde 01



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Em um contexto geral das cidades, a questão da segurança é ladeada como pessima no bairro, as pessoas estão preferindo morar em condomínios fechados por acreditarem ser mais seguro como mostraremos nos Conjuntos habitacionais Harmonia e Jardim Botânico I. Na opinião dos moradores do Eldorado Oeste IV, 73% avaliaram a segurança como ruim e 27% como boa, conforme gráfico 26. As reclamações dos moradores dizem respeito á má qualidade, falta posto de polícia , pois o mais próximo segundo eles fica no Vera Cruz mas a viatura nem vem, tem muitos assaltos principalmente nos pontos de ônibus.

GRÁFICO 15 - Segurança 01

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

FOTO 4 - Vista da Frente, grades para inibir assaltos - Eldorado Oeste IV.

Fonte: primária/ Março de 2017.

Apesar da educação ser um item de extrema relevância, na pesquisa obtida as famílias quase não utilizam as escolas do bairro se deslocando para outros setores como o Vera Cruz, portanto trazer aqui essa informação, estaria omitindo alguma verdade.

Mesmo diante de tantos transtornos, no acompanhamento do pós ocupação feito pelo assistente social os moradores falam que estão satisfeitos com suas moradias porém o assistente social pontua a necessidade de despertar neles o reconhecimento de que a conquista da casa própria não foi favor mais sim viabilização de direitos:

Kutiel - Está acontecendo ainda [...] Lógico que uma demanda muito inferior de como deveria ser. [...] essa participação com as famílias, acaba ficando um pouco a desejar.[...] Você percebe que a partir do momento que as famílias pegam a casa, pegam a sua moradia a participação dela nas organizações é bem menor. [...] É tem uma [...] uma reclamação geral né, pela demora da entrega, isso é natural.[...], nas suas visitas que se vai fazendo nas casas, nas famílias você vê o grau de satisfação delas de ter a sua casa. Ela coloca o seguinte: Tudo bem. Demorou... mas a minha casa hoje e o meu bem maior.[...]. *Ah não demorou, isso é natural!* Isso leva a um campo que aí você não consegue resgatar essas famílias, com um olhar diferenciado, com um olhar que todas as famílias precisam de uma moradia[...] por que se não acaba ficando, acreditando que a entidade tá fazendo favor, é ninguém tá fazendo favor para ninguém. [...] Que ninguém tá fazendo favor, que o Governo... Que o Estado não esta fazendo favor, a entidade não está fazendo favor, que o Técnico Social não está fazendo favor. Porque acha que o técnico social é bonzinho... Ninguém é bonzinho. Nós não somos bonzinhos. [...] Porque você tenta resgatar essas famílias por um olhar diferenciado,[...]. A casa porque rachou não pode ser natural. A casa porque a tinta já enfeiou não pode ser natural. Porque tem que usar um material de qualidade. Isso você tem que despertar neles.⁴⁰

Sobre a segregação espacial dos conjuntos habitacionais, vejamos os autores:

[...] a intensificação da construção de núcleos habitacionais nas franjas da cidade, distante dos centros urbanos, força o poder público a estender a infraestrutura para uma área além do necessário, resultando em aumento do tempo e dos custos de deslocamento da população até o trabalho, escola ou lazer, e, conseqüentemente, maior impacto na mobilidade de transportes e circulação das cidades, além dos problemas socio ambientais. (MOYSÉS, BORGES, MAIA *et al*, 2013, p.259)

Vale ressaltar que a entidade que trabalhou com o Eldorado Oeste é bastante articulada com as demandas da habitação, nas lutas a respeito da moradia, conferências e outros.

Amriel: [...] Nós participamos do Conselho do Meio Ambiente, [...] esse conselho é de fundamental importância pra vida aqui na cidade. [...] Conselho de Política Urbana que é um conselho que discute a cidade. [...] a nível nacional, Conselho Nacional das Cidades e Conselho Estadual das Cidades.⁴¹

⁴⁰ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

⁴¹ Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o Presidente da UEMP-GO.

Perguntamos as famílias se já possuíam uma liderança no Conjunto Habitacional , a resposta deles não. Infelizmente é do tipo cada um por si, porém quando falamos com o assistente social a resposta é que ele já foi procurado pelos moradores para falar sobre movimentos ou associação de bairros:

Kutiel: Sim. [...] a gente tenta não olhar o projeto em si mais olhar o bairro. [...] O projeto ele é uma parte até grande dentro do bairro. [...] Mas a formação da associação [...] do bairro todo. Agora recente a gente tava discutindo sobre a escrituração das famílias. São 3 quadras do Eldorado Oeste, não do projeto mais do bairro [...] até hoje elas não tem a escrituração. [...] foi um membro da associação que foi, que é morador do Eldorado desse projeto qu articulou tudo isso, nós convidou, nos convidamos a Prefeitura de Goiânia e eles estavam lá atendendo essas famílias. [...] em outro momento essa mesma pessoa [...] se tornou militante. [...] pertence a uma associação.⁴²

Ao ter um representante entre os moradores para falar pelo bairro já é considerado muito positivo, porque essa pessoas pode trazer direitos numerossos para todos. E esse sem dúvida é o objetivo maior do PTTS, fazer com que as famílias tenham consciencia dos seus direitos e saibam que devem lutar por eles.

Após o fechamento da pesquisa feita no Eldorado Oeste é impossível não concluir que o local destinado para construção infelizmente segregou várias famílias, principalmente aquelas que são destituídas de qualquer condição para locomoção aos centros da cidade, aqueles que são portadores de deficiência e mesmo aqueles que precisam para sobreviver de uma acompanhamento na área da saúde. Não significa que o bairro está impossibilitado de melhoras futuras, porém baseado nas falas, entrevistas e pesquisas: Estas famílias terão que se unir em busca de viabilização de direitos. Por que o sonho não acaba com a conquista da casa própria mas e necessário ter uma qualidade de vida e para isso vão precisar ir a luta.

3.1.2 O Condomínio Habitacional Harmonia.

O Condomínio Habitacional Harmonia lembra de fato os grandes condomínios fechados da elite goiana, afastado de supermercados, de lojas, bares ou qualquer aparato social, é um condomínio bem no meio de uma área verde, ladeado de diversas chácaras, realmente aconchegante mais preocupante como qualquer condomínio

⁴² Entrevista realizada no dia 28/11/2016 com o assistente social da UEMP-GO.

fechado é com grandes diferenciais dos condomínios maiores: não tem nenhum tipo de comércio dentro do espaço fechado somente por uma tela, foi projetado como um condomínio fechado, porém não existe espaço algum para que seja feito um local facilitador para os moradores, não existe um porteiro para que quando chegar alguma visita às famílias saibam, não oferece nenhum tipo de lazer a não ser um parquinho infantil desativado, pela proximidade da reserva, os pais se preocupam, pois existe muitos casos de cobras no Condomínio.

Ele é composto por 46 unidades habitacionais, todas as casas visitadas possuem a mesma planta composta por 2 quartos, um banheiro, sala e cozinha conjugadas. E interessante notar que quase todas as famílias fizeram algum tipo de “puxadinho”, normalmente uma cozinha no fundo, uma área na frente, as casas ficaram muito aconchegantes, fizeram o de melhor para uma moradia se tornar digna, apesar do pouco espaço.

FOTO 5 - Espaço lateral modificado pelo morador - Condomínio Harmonia.



Fonte: primária/ Março de 2017

Como todos os conjuntos habitacionais visitados um agravante é a distância dos centros da cidade, o bairro fica próximo ao Residencial Goiânia Viva, porém necessita de um meio de transporte para lá chegar. “Pela racionalidade do programa,

as entidades disputam os terrenos diretamente com grandes incorporadoras, o que impõe dificuldades a sua contratação e pode explicar a restrita produção por essa modalidade”. (RUFINO, 2015, p.58)

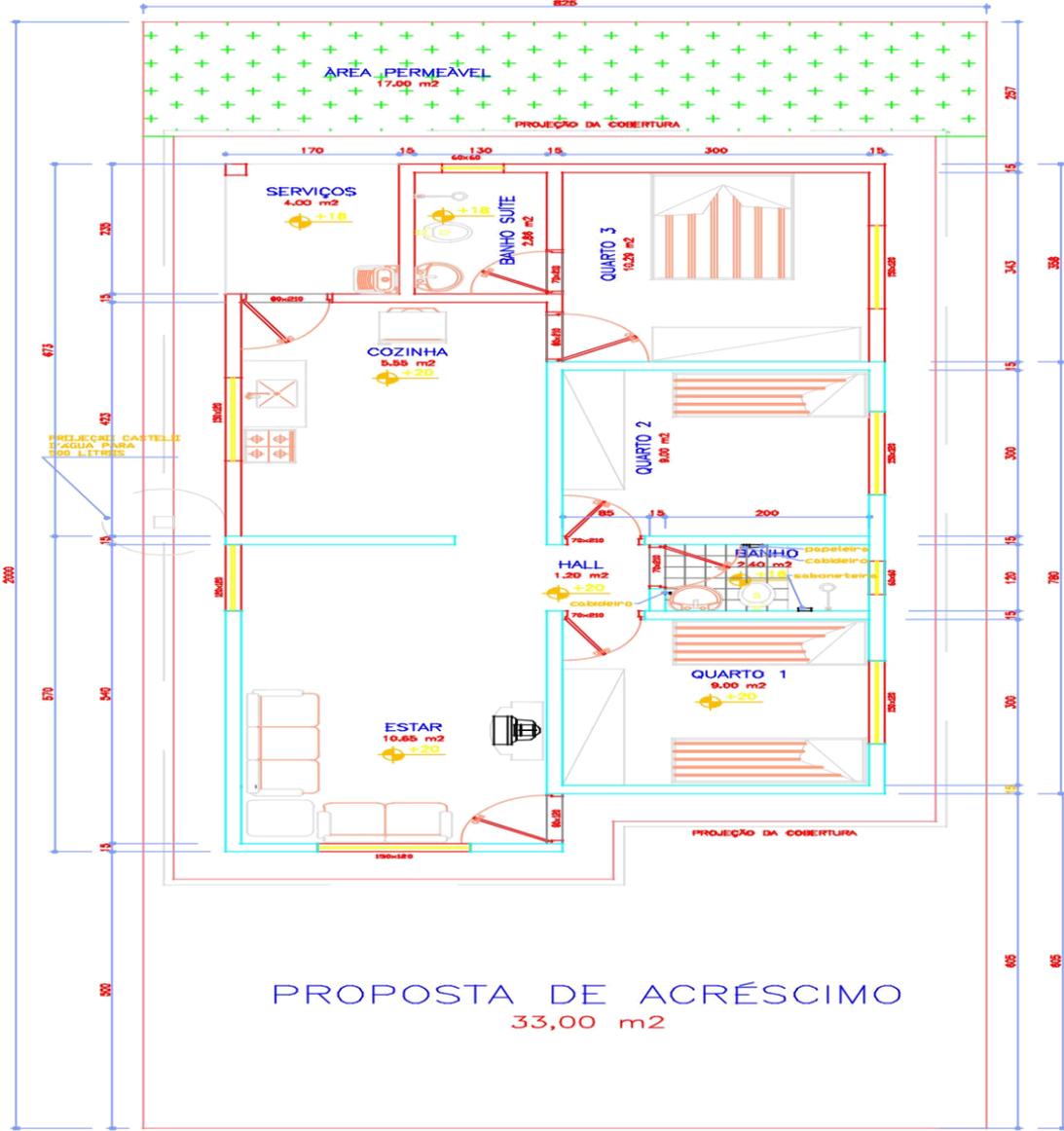
Segundo Benetti (2012, p.84):

infelizmente no Minha Casa, Minha Vida, o programa tem primado pela localização das habitações em áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e menor oferta de emprego. O que sumamente contraditório, porque ao mesmo tempo a oferta atende o mercado, mas falta o questionamento sobre como a localização da cidade pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Em outras palavras Vieira diz:

que aqui se firmou o princípio do privilégio, e não o princípio da igualdade, ou mesmo da liberdade. Basta passar os olhos nas Constituições e nas legislações para concluir que aqui se firmaram o latifúndio sem investimento, a utilização irracional e injusta da riqueza, [...], o assistencialismo, a caridade dos poderosos e particularmente o favor, uma das chaves da corrupção. (VIEIRA, 2009, p.77)

Figura 2 - Planta da Unidade Habitacional do Condomínio Harmonia



Fonte: Planta fornecida pela associação.

No caso do Harmonia, ainda fica expresso mais claramente que não houve nenhuma participação da assistente social na escolha da área. A contratação do profissional se deu após os trâmites já estarem em andamento. No entanto ela informa: “O levantamento foi feito, [...] passei para a Engenharia falando quais são as Instituições, o que não tinha na região [...] passei para a Engenharia [...] [mas] Já tinha projeto de fundação [...]”⁴³.

Essa fala só vem complementar que todas as ações exigidas pelo PTTS foram executadas. Porém em prazos errados. As exigências estão sendo cumpridas pelas metades, as informações coletadas pelo assistente social não estão conseguindo fazer o papel que lhe cabe.

O assistente social diz que:

Domiel: Foi aplicado um questionário onde eu pude conhecer um pouquinho mais as famílias, [...] Beneficiou na hora da elaboração do Projeto (PTTS). [...] A partir do momento que eu conheço, eu vou criar, atividade, algum tipo de ou seja até mesmo de curso para que possa atender aos anseios da família. Mas assim em forma geral não. O questionário facilitou para o trabalho social.⁴⁴

No entanto, não houve entrosamento com a equipe técnica.

Domiel: Não. Na verdade pela CEF a gente caminha junto, as três coisas caminham junto. Engenharia, Arquitetura e Social. Não adianta nada a Engenharia estar levantando paredes ou o arquiteto fazendo projeto se o social não está caminhando⁴⁵.

Os profissionais forneciam informações uns aos outros, mas, as ações em sua maioria já haviam sido executadas sem a espera da equipe. A total falta de entrosamento entre as equipes fica claro no exposto tanto pelas famílias como também pelo assistente social.

O presidente da Associação Habitacional Vida Nova traz em sua fala o porquê da falta de entrosamento entre a equipe da engenharia e do social.

⁴³ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

⁴⁴ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

⁴⁵ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

Barbiel - Muito pouco. Geralmente esse trabalho quem faz mesmo aqui é eu e a Deusa, a Luciane, a assistente social. Os engenheiros geralmente eles trabalham em outro lugar, trabalham três, quatro horas, num tem muito tempo. Já ganha pouco como é que ele vai perder tempo aqui? [...]. Então a gente tem que treinar aprender para poder fazer⁴⁶.

Nesta fala percebe-se que não existem funções definidas na entidade, quem pode e entende acaba fazendo. O que muitas vezes torna-se um risco, pois existem trabalhos que só devem ser executados por profissionais.

O Condomínio Habitacional Harmonia foi entregue informalmente, na realidade perante a CEF também não está concluído. As famílias buscaram suas *chaves* e entraram para assumir suas casas. Muitas reclamam que pegaram antes mesmo da finalização da obra. A assistente social diz que a obra foi: “Entregue conforme a normativa [...] do PMCMV”⁴⁷.

FOTO 6 - Casa sem alteração - Condomínio Harmonia.



Fonte: primária/ Março de 2017

É comum nas entrevistas a contradição entre respostas dos moradores e do assistente social. Infelizmente nem tudo saiu como previsto no PPTS. Até o presente

⁴⁶ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com o Presidente da Associação Habitacional Vida Nova.

⁴⁷ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

momento após quase três anos de mudança ainda não conseguiram o habite-se e por isso ainda não pagam a prestação de suas casas, situação essa que não é cômoda as famílias, nota-se que o estar pagando a prestação dá a eles a confiança de propriedade, por isso anseiam em ter seu carnê de prestações para pagar.

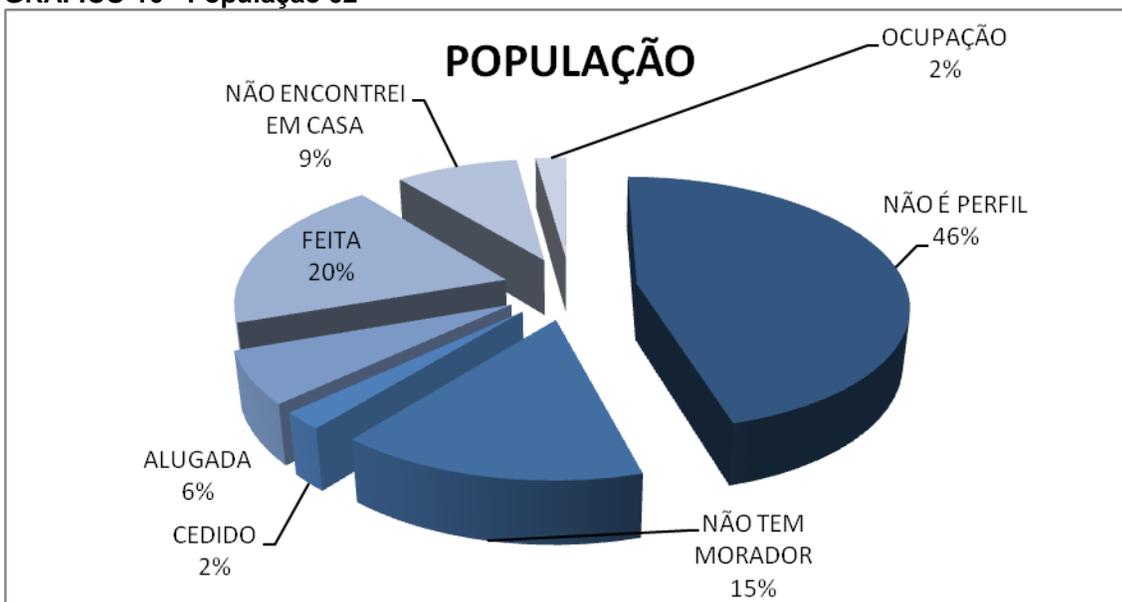
Os moradores deixam claro que apesar de ainda não pagarem prestações eles já tiveram outros gastos ao longo do período: para fazer o cadastro na associação pagaram entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00, pelo lote eles pagaram uma espécie de ágio os valores ficam entre R\$ 9.000,00, R\$ 14.000,00, R\$ 22.000,00, cada família fala em valores diferentes.

Outra informação que eles repassam é que foi assinado um cheque que eles não sabem ao certo do que se tratam. Uns dizem que era de R\$ 3.000,00, outros dizem que era de R\$ 5.000,00, mas é unânime o questionamento se eu assinei esse cheque não era meu? Em conversa posterior com o assistente social, entendemos que eles estavam falando do Cheque Complemento que se trata de uma verba disponível pelo estado para compra de materiais de construção os cheques são disponibilizados para Associação complementar o pagamento dos valores gastos na execução da obra.

Existe certa dúvida dos moradores em relação a integridade da associação e de seus dirigentes. Vários argumentos das famílias questionando casas fechadas, pessoas que não precisavam das casas e conseguiram mesmo assim. Falas das mais diversas, porém nada comprovado.

Em relação à população do Condomínio Habitacional Harmonia na ocasião da visita 46% não faz parte do perfil escolhido, 2% foi ocupado o que se torna um dado alarmante, pois o condomínio é fechado. 6% das unidades habitacionais foram alugadas, 2% foram cedidas, 9% não foram encontradas em casa, 15% das casas não tem moradores outro dado bastante relevante por levar em conta que a maioria dos moradores já está há mais de dois anos morando no Condomínio, faz-se questionar o porquê ainda existem unidades sem moradores com um *déficit* tão grande de habitações para interesse social. O percentual de pesquisa realizado corresponde a 20% exatamente nove unidades habitacionais de acordo com o gráfico 16.

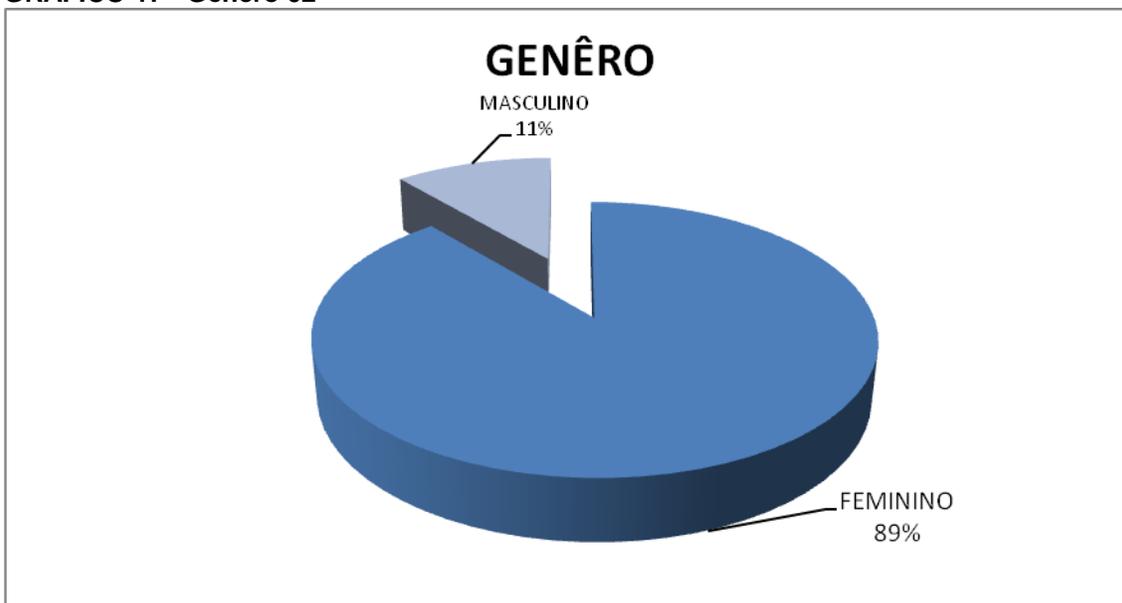
GRÁFICO 16 - População 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

No condomínio Habitacional Harmonia, 89% das unidades são compostas por mulheres chefes de família gráfico 17.

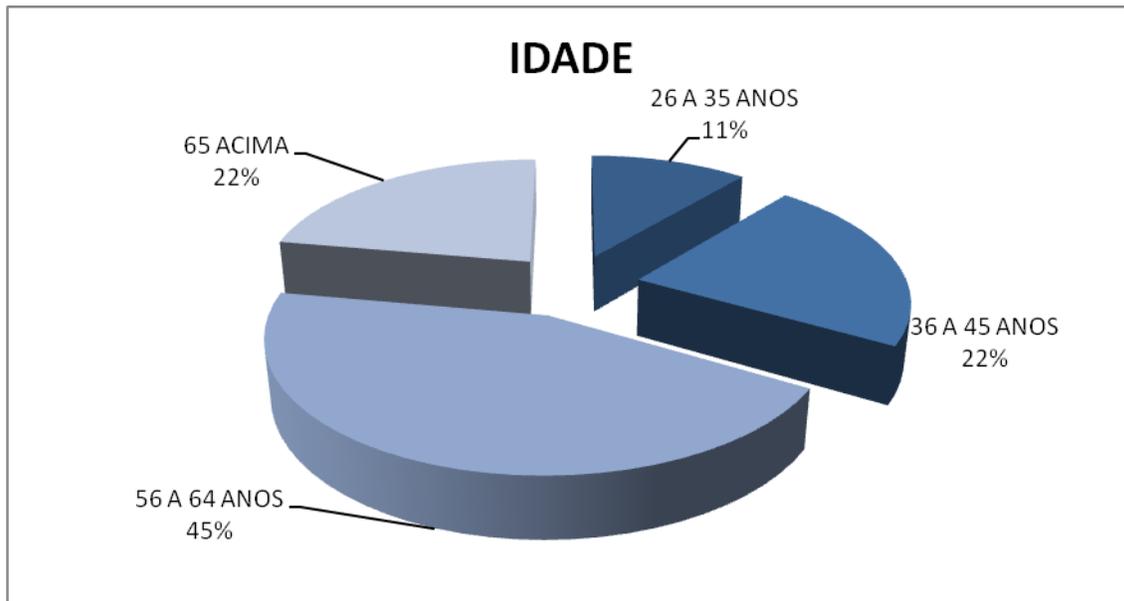
GRÁFICO 17 - Gênero 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

O conjunto tem 45% das moradoras com idade entre 56 e 64 anos e 22% acima de 65 anos de acordo com o gráfico 18, definindo assim um perfil do projeto de maior número de idosos.

GRÁFICO 18 - Idade Média 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Além da moradia, os idosos são protegidos por outras leis fundamentado no art. 230 da Constituição Federal(BRASIL,1988):

Art. 230 – A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito a vida.

§1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

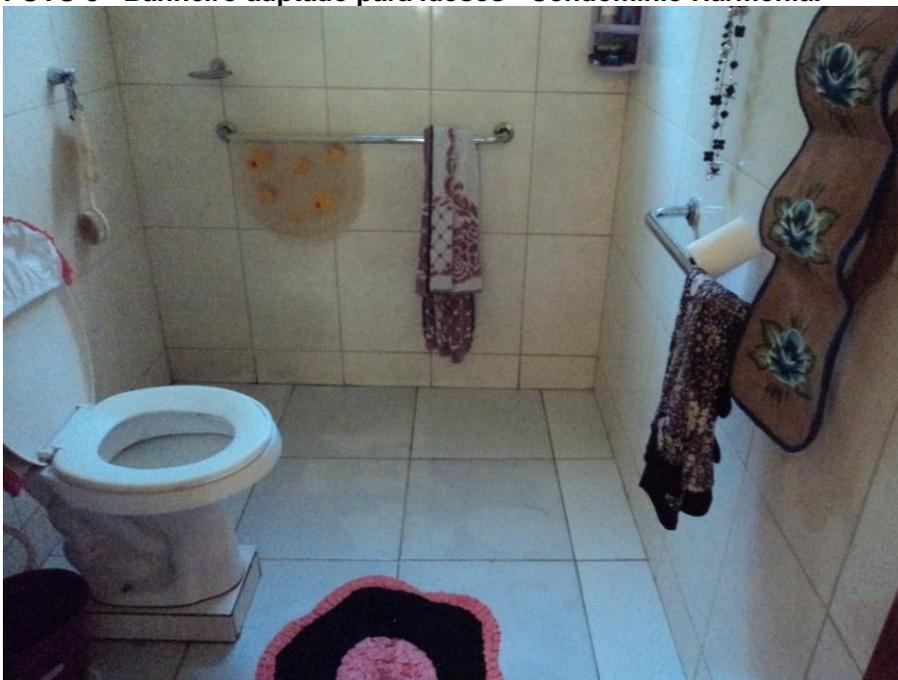
Baseado nesse índice de idosos, algumas casas foram adaptadas para pessoas portadoras de necessidades (os idosos), com porta do banheiro abrindo para o lado de fora, corrimões dentro do banheiro, o vaso foi colocado um nível acima, do lado de fora também existem corrimões para saída da casa, vide fotos 7, 8 e 9.

FOTO 7 - Entrada da frente - adaptada para idosos - Condomínio Harmonia.



Fonte: primária/ Março de 2017

FOTO 8 - Banheiro adaptado para idosos - Condomínio Harmonia.



Fonte: primária/ Março de 2017

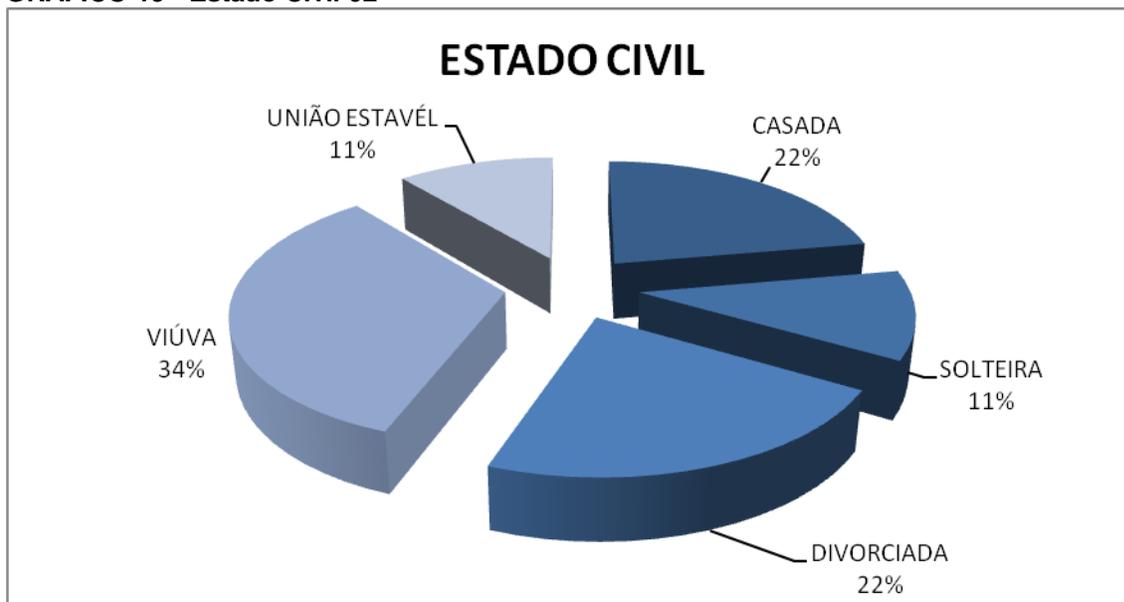
FOTO 9 - Banh. Adapt. para idosos. Condomínio Harmonia.



Fonte: primária/ Março de 2017

O gráfico 19, mostra que 34% das mulheres são viúvas, 22% divorciadas ilustra que grande parte das mulheres é chefe de família.

GRÁFICO 19 - Estado Civil 02

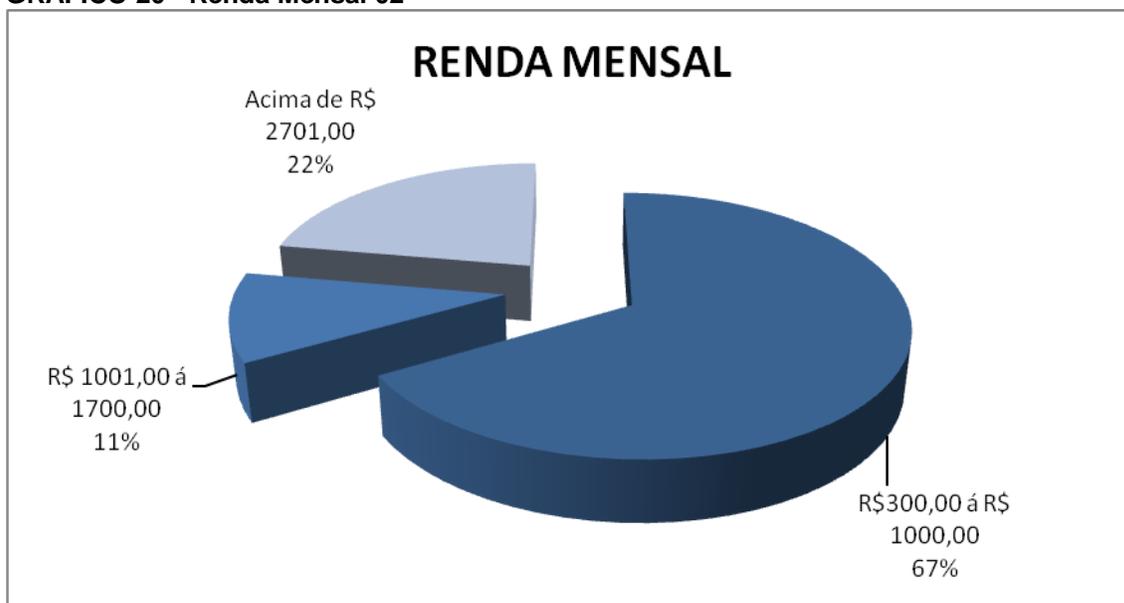


Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Apresentam uma renda mensal que fica entre R\$ 300,00 á R\$ 1,000,00 por mês de acordo com o gráfico 20 fata justificável pelo fato de que 67% das moradoras são

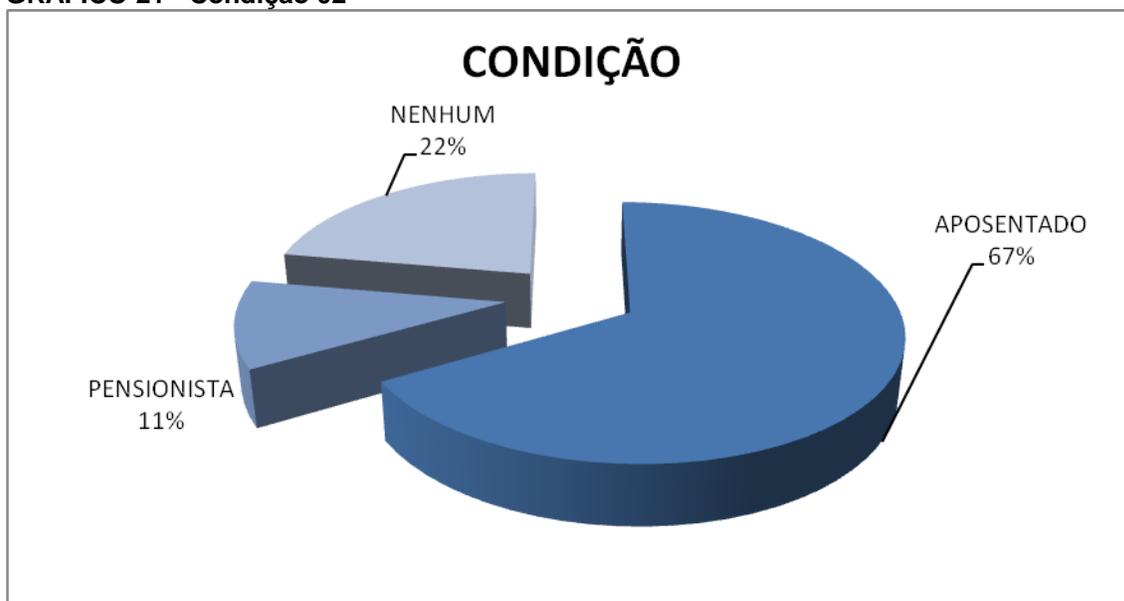
aposentadas, 11% pensionistas , gráfico 21. Muitas delas se consideram ainda trabalhadoras, pois fazem pequenos bicos, como feitiços de tapetes e vendem em frente a supermercados ou arrumam cabelos e unhas dos próprios vizinhos, fazendo com que isso some em suas aposentadorias e pensões no final do mês.

GRÁFICO 20 - Renda Mensal 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

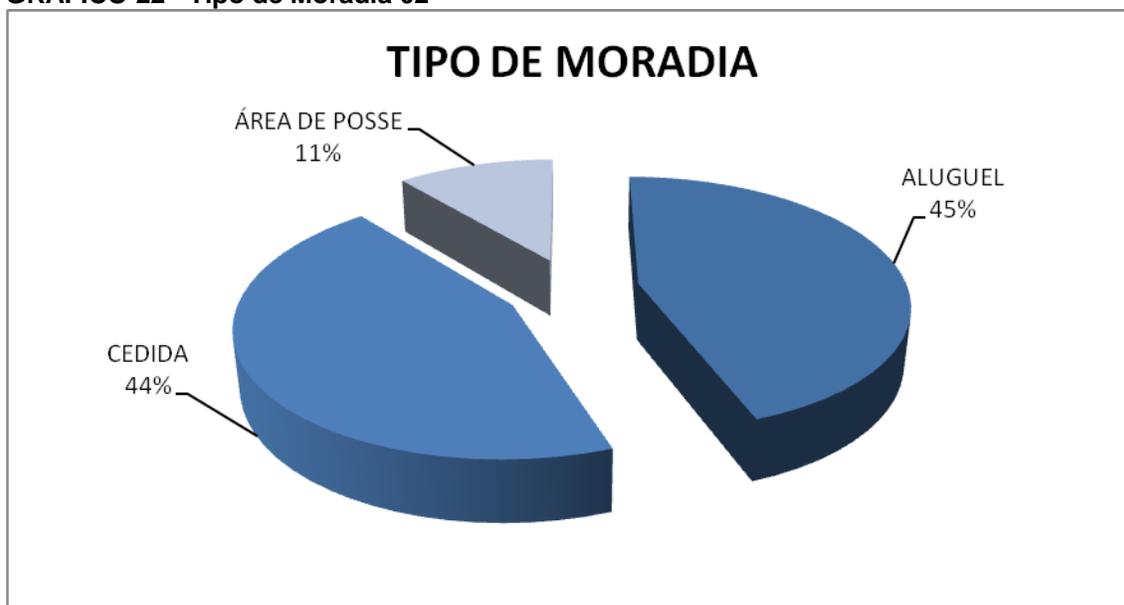
GRÁFICO 21 - Condição 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Foi perguntado aos moradores: “antes de o projeto ficar pronto, que tipo de moradia eles possuíam. De acordo com o gráfico 22, 45% pagava aluguel, 44% moravam em casas cedidas e 11% em área de posse, deixando claro a necessidade dessas famílias em possuírem sua casa própria.

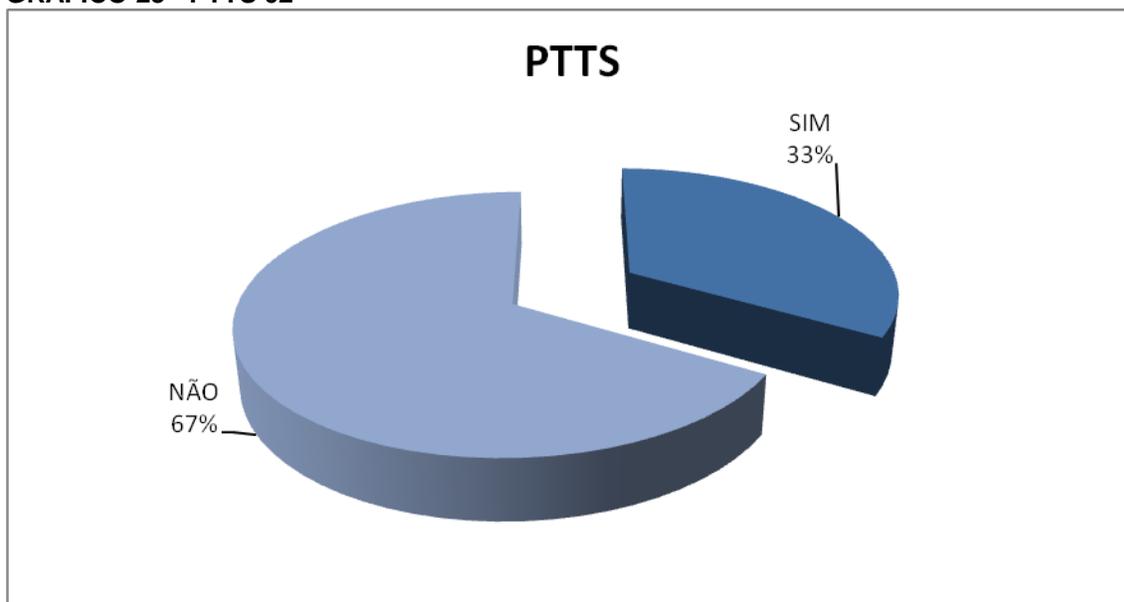
GRÁFICO 22 - Tipo de Moradia 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Sobre a importância das reuniões do Social em relação ao esclarecimento de como se encontravam as obras 67% das famílias de acordo com o gráfico 23 deixaram claro que em todas as reuniões quer fosse da Engenharia ou do Social ficava sempre na mesma, saíam de lá cheios de dúvidas.

GRÁFICO 23 - PTTS 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Na realização das reuniões para ter uma boa participação das famílias é necessário flexibilidade de horários por se tratar de pessoas que normalmente trabalham durante todo o dia de segunda a sexta e nos sábados até meio dia, foi perguntado ao assistente social se conseguiram respeitar essa realidade e diante dela houve uma boa participação das famílias:

Domiel – [...] [As reuniões eram] Sempre era no 1º sábado do mês às 16:00 horas. No Harmonia teve uma participação melhor, eram 46 famílias sempre tinha uns 30,38. A preocupação era: Que dia que ia pegar a chave, que dia que vai mudar, que dia que é a mudança. Logo entregou o harmonia. [...] ⁴⁸

É normal entre as famílias esta inquietação em relação à entrega do Conjunto Habitacional, pois devido à morosidade das obras, as famílias só pensam em mudarem com a maior urgência possível, pois isso na maioria das vezes vai retirar do aluguel e do favor.

Como a assistente social dos Projetos Harmonia e Jardim Botânico foi a mesma pessoa, ela acaba fazendo um comparativo entre o andamento de uma obra e outra, percebe-se também que por se tratar de projetos muito próximos um do outro as famílias tinham acesso à informação da outra obra, ficando assim mais difícil o trabalho

⁴⁸ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

do assistente social, pois como relatado havia a cobrança por parte das famílias mesmo sabendo que as obras não começaram juntas.

Diante das reuniões que aconteciam perguntei a assistente social qual delas teve um maior índice de participação:

Domiel – [...] foi no plantio de mudas, no próprio residencial, na véspera da mudança, [...] além deles virem plantar a muda na sua porta eles iam olhar a casa como estava. [...]. Porque já tinha desmatado para construir. [...] Porque ali era um ar, sempre ia ter um ar diferente dos outros, por ser mais afastado, por ter uma área ecológica próxima, então assim a gente trabalhou muito essa questão do meio ambiente. [...] porque além deles estarem plantando a sua muda, eles ainda entravam na sua casa e olhavam o que [...] faltava, se tinha algum defeito, antes da mudança. [...].⁴⁹

Quando se trata de palestras ou encontros relacionados há um interesse maior como a entrega da casa, o índice de participação cresce, entra a ansiedade de ver como está aquele lugar que será a sua moradia.

Após a entrega, a realidade bate à porta; casas que não oferecem uma boa condição contra calor, contra frio, chuva ou outros. Falta de aparatos sociais no bairro, a distância em relação ao emprego meio de sustento diário entre outros. Perguntamos às famílias como lidavam com aquilo.

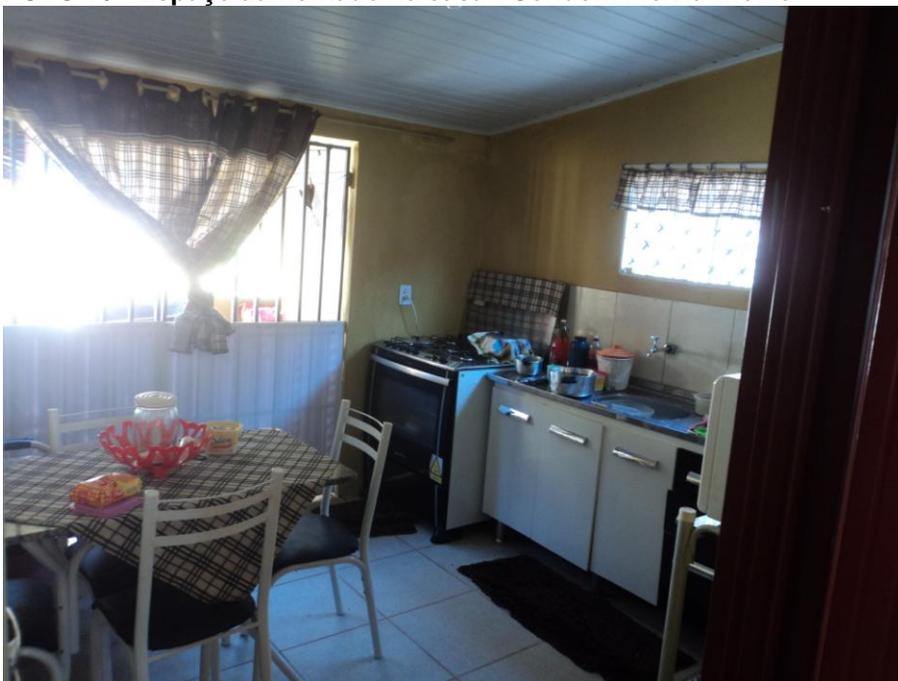
Em relação à habitabilidade, ao conforto da casa, o índice de satisfação das famílias é relevante, pois 67% de acordo com o gráfico 24 consideram que a sua moradia dá proteção contra variações ambientais e somente 33% consideram que não.

⁴⁹ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

GRÁFICO 24 - Habitabilidade 02

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Apesar de alguns concordarem que só se tornou um bom lugar após modificações feitas pelos próprios proprietários.

FOTO 10 - Espaço aumentado na casa - Condomínio Harmonia.

Fonte: primária/ Março de 2017

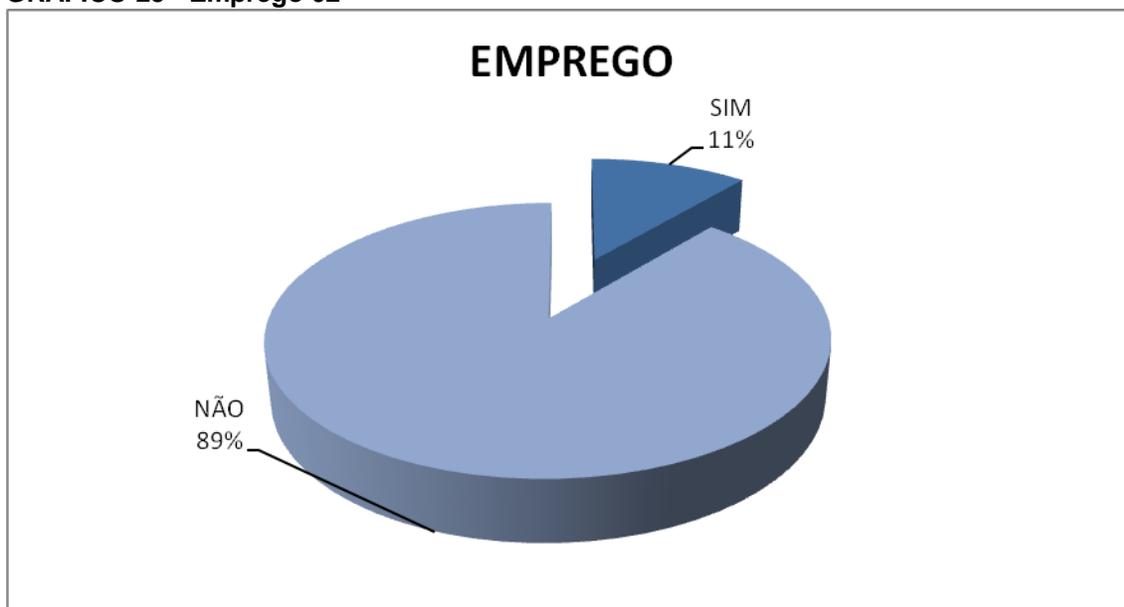
Mas na fala do Presidente da Associação o pensamento é diferente:

Barbiel: Não sei nas outras [...], as casas não tem uma rachadura, [...] tenho feito aquilo que a CEF exige, que o Governo exige, eu por exemplo recebi uma visita de um cidadão supervisor geral da CEF ele me parabenizou, falou que aonde ele andou não viu casa bem construída igual a minha. Agora para o povo a gente tem muita falha, não tem como você agradar a todo mundo.[...] Mas as minhas casas não tem rachadura, não caiu telha, não deu goteira [...] Faço o possível pra se não for o melhor ficar entre os melhores.⁵⁰

A maioria dos entrevistados no Residencial Harmonia são pessoas idosas, muitos não precisam se locomover diariamente para empregos. Foi feita as perguntas em relação à distância do Conjunto com o acesso a essas demandas.

Apesar de poucos moradores demandarem emprego, foi feita a pergunta caso necessitassem de se locomover para trabalhar se teriam facilidade para isso de acordo com o gráfico 25, mostra que 89% dos moradores dizem que o bairro não oferece condições para se ter um emprego, tudo fica muito longe, consideram que nem de longe as famílias tem acesso a cultura e lazer. A distância em relação a tudo fez com que os vínculos entre vizinhos ficassem mais fortalecidos, nota-se que um acode o outro quando necessário. Há um bom entrosamento entre eles.

GRÁFICO 25 - Emprego 02



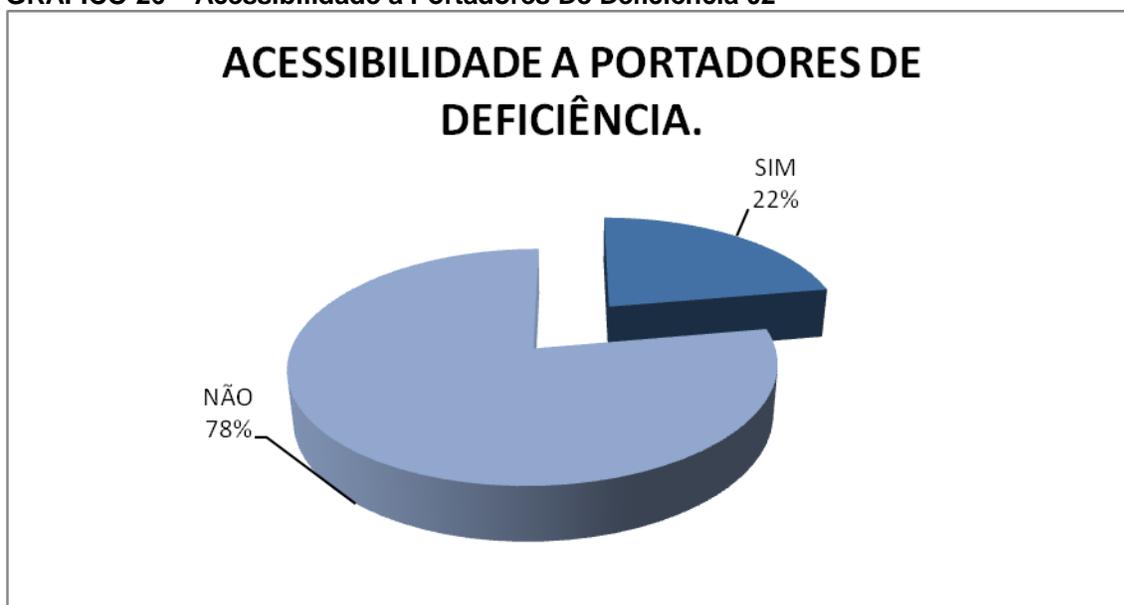
Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Importante salientar que a resposta em relação a acessibilidade a portadores de deficiência será melhor compreendida aqueles que de fato necessitam dessa

⁵⁰ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com o Presidente da Associação Habitacional Vida Nova.

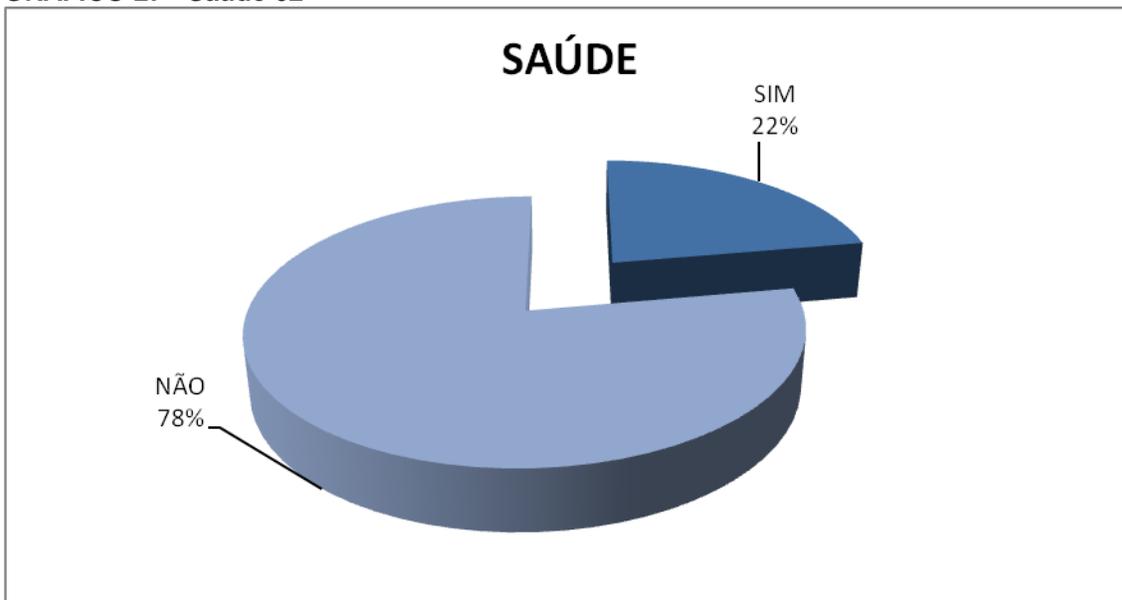
acessibilidade. Uma das unidades habitacionais é composta por um morador que não tinha deficiência física e após a mudança aconteceu um acidente, ficou com uma deficiência, o morador diz que quando estava de cadeira de rodas não tinha como se locomover sozinha, pois as ruas oferecem um redutor de velocidade , tachões no chão, o que realmente colocam em segurança as crianças que brincam na rua para conter o excesso de velocidade porém deixam a desejar a cadeirantes caso necessitem da locomoção. Ela comenta “a sorte é que eu tinha uma perna boa, aí eu levantava e pulava a cadeira”. gráfico 26.

GRÁFICO 26 – Acessibilidade a Portadores De Deficiência 02



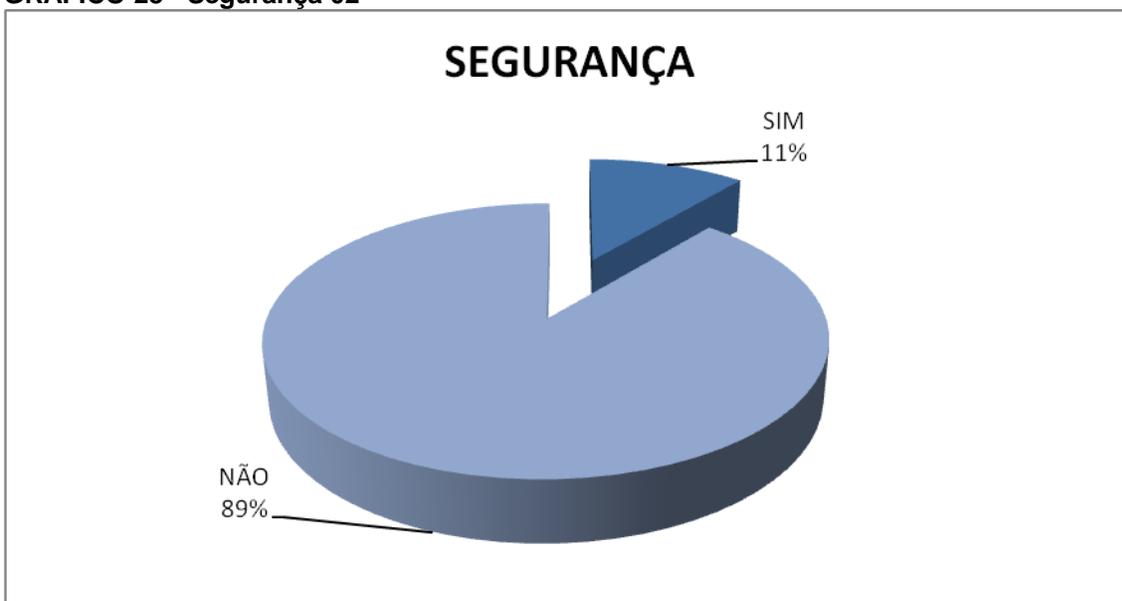
Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Como o Condomínio Habitacional fica distante, para procurarem um posto de saúde é necessário o deslocamento para outros bairros. Uma moradora comentou que ela passou mal e chamaram uma ambulância para o atendimento e foi muito demorado, pois o local é de difícil acesso, 78% consideram que inexistem qualquer condição de tratamento em relação à saúde apresentado pelo gráfico 27.

GRÁFICO 27 - Saúde 02

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

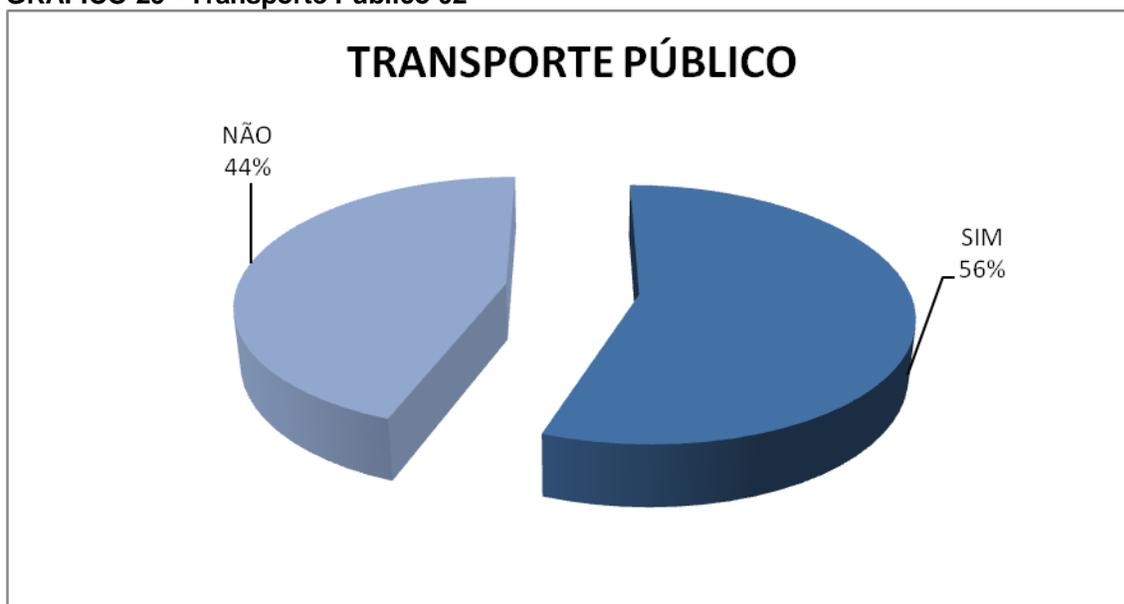
Quanto à segurança dizem que desde que estejam dentro do Condomínio a segurança é tranquila, mas quem necessita sair e não tem condução, fica a mercê dos perigos, pois como dito anteriormente a distância é grande dos bairros adjacentes. Aqui no gráfico 28, a análise é do acesso ao Condomínio.

GRÁFICO 28 - Segurança 02

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Nas entrevistas feitas com as famílias 56% consideram que tem transporte público dizem que após as lutas eles conseguiram que o ônibus chegasse mais próximo do Condomínio, o que não resolve em grande parte, pois quem necessita ainda precisa andar de a pé, correndo riscos de assaltos. Outros comentam: “graças a Deus eu não preciso do transporte porque se não, nem sei como seria é muito perigoso andar sozinha até no ponto.”⁵¹

GRÁFICO 29 - Transporte Público 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Por se tratar de um condomínio fechado é necessário que tenha um síndico para tomar conta tanto do condomínio como dos problemas que afetam as famílias em um todo, para isso é necessário que se pague uma taxa. No Harmonia o valor fica entre R\$ 40,00 a R\$ 70,00, o que segundo as famílias não está sendo bem aproveitado, reclamam por exemplo que o Condomínio não tem um porteiro, o playground está todo danificado, sem condições das crianças brincarem, em relato “dia desses a tela estragou, o síndico nem tomou providencia”.⁵²

⁵¹ Entrevista realizada junto aos moradores.

⁵² Entrevista realizada junto aos moradores.

FOTO 11 - PlayGround - Condomínio Harmonia.



Fonte: primária/ Março de 2017

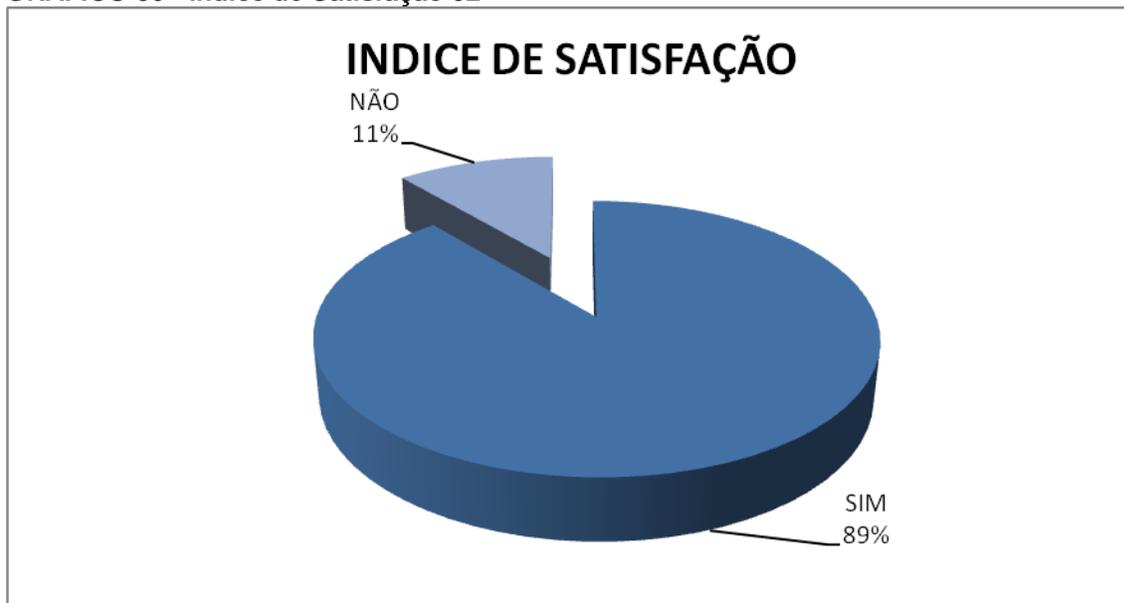
FOTO 12 - PlayGroud - Condomínio Harmonia.



Fonte: primária/ Março de 2017

Mas quando a pergunta é direcionada a gostar ou não de morar no condomínio fechado, a grande maioria 89% responderam que sim e apenas 11% disse não gráfico 30.

GRÁFICO 30 - Índice de Satisfação 02



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

O assistente social precisa acompanhar o projeto após a entrega perguntamos ao profissional se houve esse acompanhamento junto famílias:

[...] Ainda tem até uma relação de convivência com eles. [...]O povo some, depois da mudança eu consegui fazer uma reunião com pouquíssimas pessoas. Eu tive um relacionamento com eles porque eu fui até a casa deles.[...] já tinha mudado, o objetivo era a casa, já tinha pegado. [...]Nossa os moradores estão super satisfeitos.[...].⁵³

A fala do assistente social é confirmada pelas famílias, realmente a satisfação é notória, todos estão muito felizes com o empreendimento, lógico que existem muitas reclamações mais em um contexto geral eles consideram que nunca teriam a oportunidade de terem sua casa própria se não fosse pela Associação.

Ao perguntar as famílias se existe uma liderança no grupo de moradores, uma pessoa que não fosse o síndico para lutar pelos seus direitos no todo, como o direito à cidade, como a viabilização de um posto de saúde ou de um transporte, público adequado, responderam que funciona do tipo cada um por si, não existindo um trabalho

⁵³ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

coletivo em busca dos seus direitos. Para Vieira (2009,p,19) “[...] e imprescindível fundamentar, proclamar e proteger os direitos do homem.” Quando questionamos o assistente social se em algum momento ele foi procurado pelos moradores para falar sobre associação de bairro, movimentos:

Domiel: Assim que eles mudaram [...] a chapa eleita para ser síndico [...] não quis assumir [...] me convidaram [...] para tentar ajudar na nova escolha. O síndico que ganhou queria muito fazer a diferença no setor por ser um bairro um pouquinho mais afastado, não tinha escola próximo, não tinha linha de ônibus, não tinha Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), nem supermercado. [...] A partir do momento [...] que a gente mandou assinatura [...] até mudou a linha de ônibus para mais próximo. [...] Tem até uma solicitação para construir um Programa Saúde da Família (PSF), uma quadra de cá do empreendimento. [...]⁵⁴

Essa consciência que precisa florescer nas famílias, que a luta não é só dentro do Condomínio ela extrapola para fora dos muros, é um direito à cidade do qual eles têm o direito de usufruir. A semente esta plantada a passos lentos essas famílias vão se unindo em busca de seus direitos.

3.1.3 O Condomínio Jardim Botânico I.

Dos três conjuntos habitacionais pesquisados esse é o que melhor está localizado. Próximo a GO- 060 com maior proximidade de setores com melhor infraestrutura, mas que infelizmente ainda não está próximo dos grandes centros. Percebe num contexto geral que essa não tem sido a prática exercida por aqueles que estão viabilizando os direitos, não pela vontade e sim pelo acesso a terras com melhor localização, dentro da disponibilidade de recursos que o PMCMV - E oferece. Sobre esse efeito de expulsão dos grandes centros remete-se a Farage (2014,p.258):

o trabalho dos assistentes sociais se intensifica na área urbana, na medida em que as cidades vão passando, de forma rápida, por uma nova “faxina étnica”, aonde os pobres vão sendo impulsionados a sair das áreas centrais, seja pelas remoções, seja pela especulação imobiliária. Mantém-se a antiga receita da urbanização, expulsão dos pobres das áreas que podem servir a classe média e alta com ampliação de investimento público nessas áreas e pauperização da vida dos segmentos da classe trabalhadora com sua retirada das áreas centrais.

⁵⁴ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

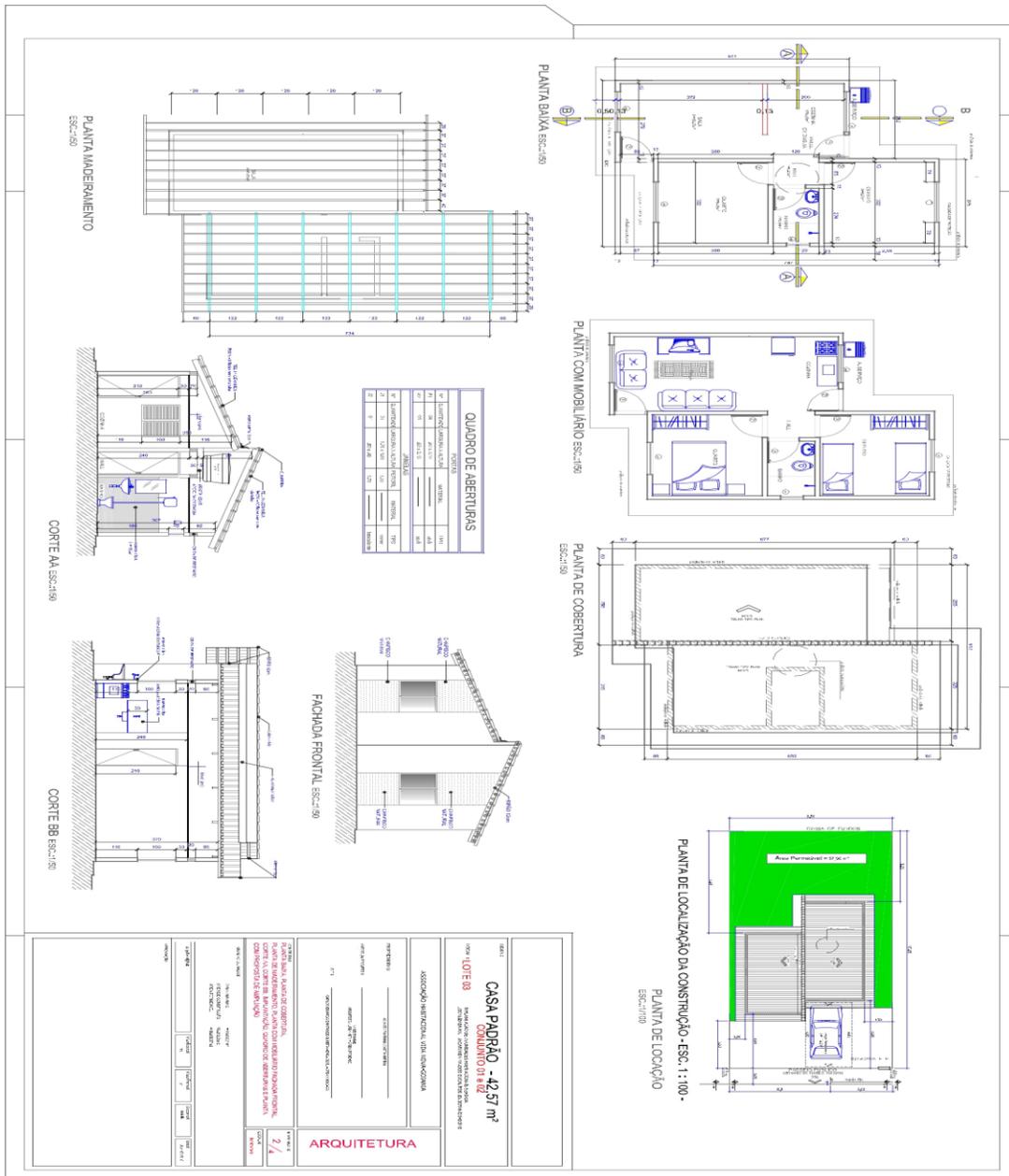
Figura 4 - Planta do Condomínio Habitacional Jardim Botânico I



Fonte: Planta fornecida pela associação.

Ao chegar ao Condomínio Jardim Botânico já se percebe uma realidade diferente do Condomínio Habitacional Harmonia, já tem um porteiro para atender a quem chegar.

Figura 5 - Planta da Unidade Habitacional Jardim Botânico I



Fonte: Planta fornecida pela associação.

Um local aconchegante, porém já na primeira casa que tento adentrar, já sou vista como “amiga do síndico”. E ao que parece isso não foi uma boa coisa, o relacionamento das famílias com o síndico está desgastado, mesmo tendo um porteiro as famílias reclamam que nem sempre chegam ao local e ele está para permitir a entrada e saída dos moradores e visitas, sendo assim todos os moradores deveriam ter sua chave e controle dos portões, sem contar que eles dizem que constantemente o portão estraga e trocam os controles e os mesmos não são repassados para todos, principalmente aqueles que não possuem veículos próprios, certa escolha de quem deverá ter os controles, um dos moradores disse: “falo com você só se trazer o meu controle do portão”.

Em perguntas feitas ao assistente social sobre o local do loteamento, bem como o levantamento dos aparatos sociais existentes no local: “[...] já tinha a área em vista, a princípio ia construir apartamentos, depois mudou de ideia e passou para casa, então assim totalmente a definição foi da coordenação da associação.” [Sobre os aparatos sociais] “[...] foi feito esse levantamento passou para a Engenharia, [...]”⁵⁵.

Perguntei a assistente social: Caso seja feito um levantamento para construção de um conjunto habitacional e for descoberto que ali não comporta as famílias, por não existir aparatos sociais para a demanda, se mesmo assim as obras seriam feitas:

Domiel – [...] a gente vai construir um novo loteamento e lá não tem demanda que comporte a Educação [...]. A Caixa quer que a gente faça alguma coisa, mande ofício para a Secretária, alguma coisa que faça comportar aquela demanda que tá chegando na região.[...] deixa pro assistente social correr atrás depois ou o técnico social.⁵⁶

De fato a reivindicação de novos aparatos sociais, diante da falta de escolas, creche, CMEIS, Postos de Saúde, faz-se necessário.

Uma realidade existente em Goiânia desde a sua fundação começando por falta de moradia para receber os trabalhadores que aqui vieram para a construção e não

⁵⁵ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

⁵⁶ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

mudou no decorrer dos anos, continua faltando moradia agravado de todos os itens necessários as famílias para viver com dignidade.

Famílias essas consideradas pobres, mas que, porém são detentoras de direitos conquistados ao longo dos anos. Vieira (2009, p.115) reflete sobre a questão da pobreza e a viabilização de direitos:

a riqueza e a pobreza têm nomes. Elas não expressam abstração pura e simples, entidades idealizadas, distintas apenas na mente e na linguagem. Entre os pobres, as pessoas nascem, porém inexistem socialmente, não por causa da exclusão e sim porque se originam do lado de cá da apropriação dos bens sociais. Por isso, em vez de política social dos sem nome, a política social deve ser a dos “com nome”, pois riqueza e pobreza possuem não somente nomes como raízes históricas diversas. A política social dos sem nome opera de modo descontínuo, fragmentada, incompleta e seletiva, assentada na focalização. [...]

Em sua maioria quando falamos de serviços prestados que são pagos pela sociedade, a viabilização é tranquila, como o caso da água e luz que nos três Conjuntos Habitacionais não obtivemos nenhum tipo de reclamação.

O que já não podemos afirmar em relação aos serviços visivelmente pagos nos impostos como a manutenção dos postes de iluminação das ruas que dão acesso aos Condomínios.

Outro item que os três conjuntos não possuem é a rede de saneamento, hoje todos eles são compostos por fossas, uma realidade que já deveria ter sido extinta na cidade de Goiânia.

Em relação ao entrosamento das equipes:

Domiel - No Botânico I a gente tentou caminhar um pouco mais próximo, [...] a gente não tem muita interferência. [...] uma palestra, se não tivesse dado aquele quantitativo eu não poderia mandar relatório para a CEF. Porque se não parava a engenharia. Porque tem que ter um número X de participantes, [...] Queira ou não é uma correlação, não é 100%, mas a gente tenta fazer esse encaixe[...]⁵⁷.

O Jardim Botânico I é o único projeto MCMV-E entregue até o ano de 2015. Conta com o habite-se, porém as famílias reclamam que não pegaram suas casas finalizadas, é comum encontrar obras em andamento dentro do Condomínio, reformas,

⁵⁷ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

muros, áreas, muitas casas estão passando por ajustes. Obtiveram-se reclamações a respeito do muro de arrimo, cerâmica atrasada, vidro, sem pintura e todas as famílias reclamam que não foram ressarcidas.

O assistente social concorda em partes com as observações colocadas pelas famílias quando questionado sobre a entrega com total término:

Domiel - Foi e não foi. Por que a principio entregou as casas, algumas das casas, faltava piso, faltava pia e vaso, liberou para os moradores que quisessem mudar,[...] liberou antes dessa conclusão, mas depois em seguida a própria associação retribuiu o dinheiro que eles compraram: a pia, o vaso.[...] ⁵⁸.

Um Conjunto Habitacional que também fala sobre o pagamento de valores estimados em R\$ 12.000,00. Referente ao ágio do lote.

O Conjunto começou anterior a 2009, ou seja, o PMCMV ainda não existia, porém a Entidade trabalhava com outros projetos, o que aparentemente só foi concretizado com o PMCMV - E, que mesmo assim foi extremamente demorado.

FOTO 13 - Casa c/ área na frente - Condomínio Jardim Botânico I.



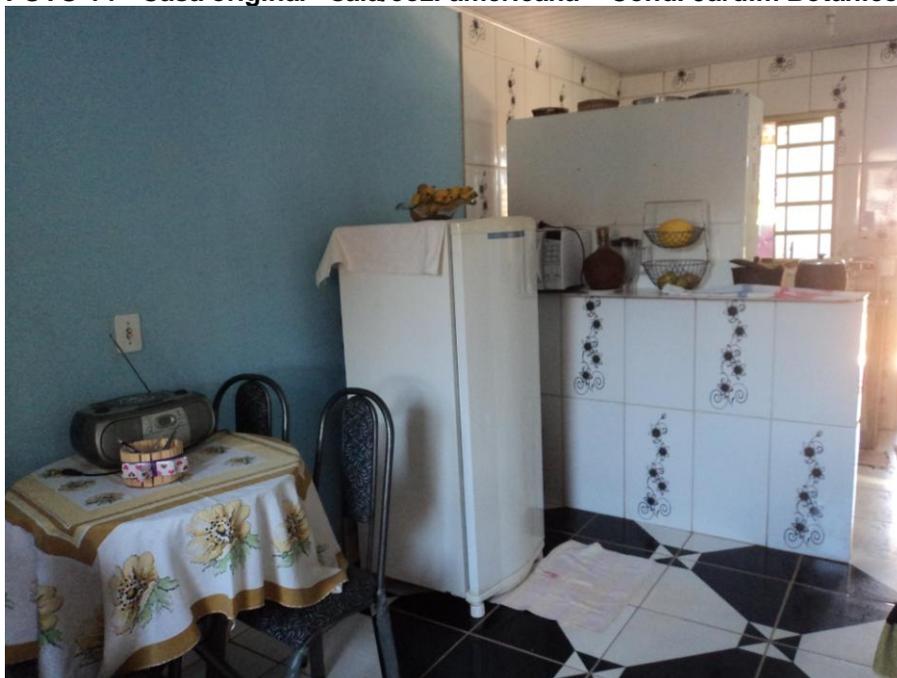
Fonte: primária/ Março de 2017

⁵⁸ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

Se o programa começou em 2009 e o Conjunto só foi entregue em 2015, houve uma demora de 06 anos aproximadamente, um dos fatores que faz com que as obras sejam atrasadas é a falta de recursos para finalização.

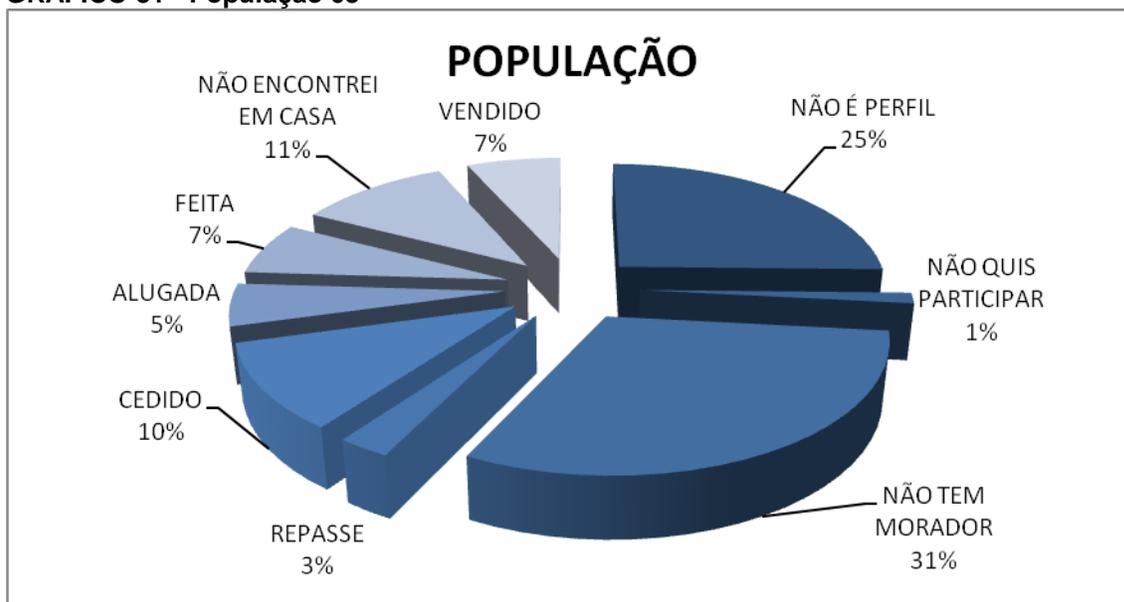
Quanto à prestação paga pelos moradores por suas casas são consideradas realistas dentro da condição de cada morador a prestação fica em torno de R\$ 30,00 á R\$ 46,00. Quando pergunto se consideram condizente com a sua situação financeira, alguns até arriscam, penso que teria condições de pagar até um pouco mais.

FOTO 14 - Casa original - sala/coz. americana – Cond. Jardim Botânico I.



Fonte: primária/ Março de 2017.

Apesar de o Conjunto Habitacional ter 74 unidades habitacionais, foi conseguido um mínimo de entrevistas, isso acontece devido a recente entrega do Conjunto, vejamos como fica no Gráfico 31. Um alto índice de casas vazias são 31% que ainda não tem morador e como dito anteriormente casas que ainda passam por algum tipo de reforma, ou reparos, 25% não é perfil, somente 1% não quis participar, 11% não foi encontrado em casa, 10% cedido, 3% repasse, 7% vendida, 5% alugada e somente 7% foram concretizadas de acordo com o perfil da pesquisa. O aproveitamento de fato foi muito baixo.

GRÁFICO 31 - População 03

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

FOTO 15 - Casa sem morador Frente original - Cond. Jardim Botânico I.

Fonte: primária/ Março de 2017

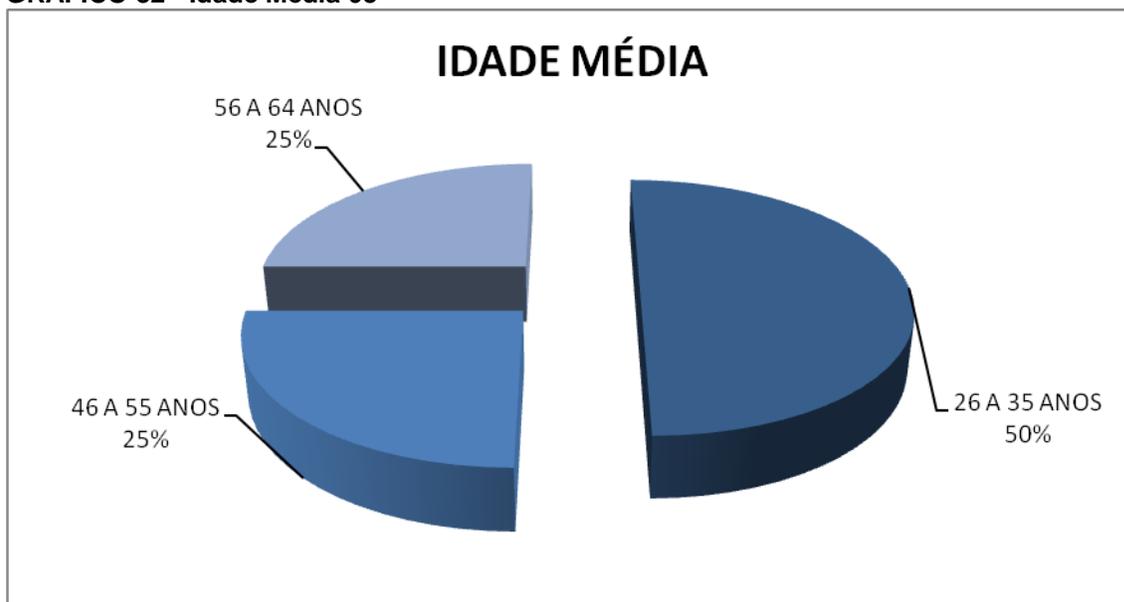
FOTO 16 - Casa sem morador, original fundos - Cond. Jardim Botânico I.



Fonte: primária/ Maço de 2017

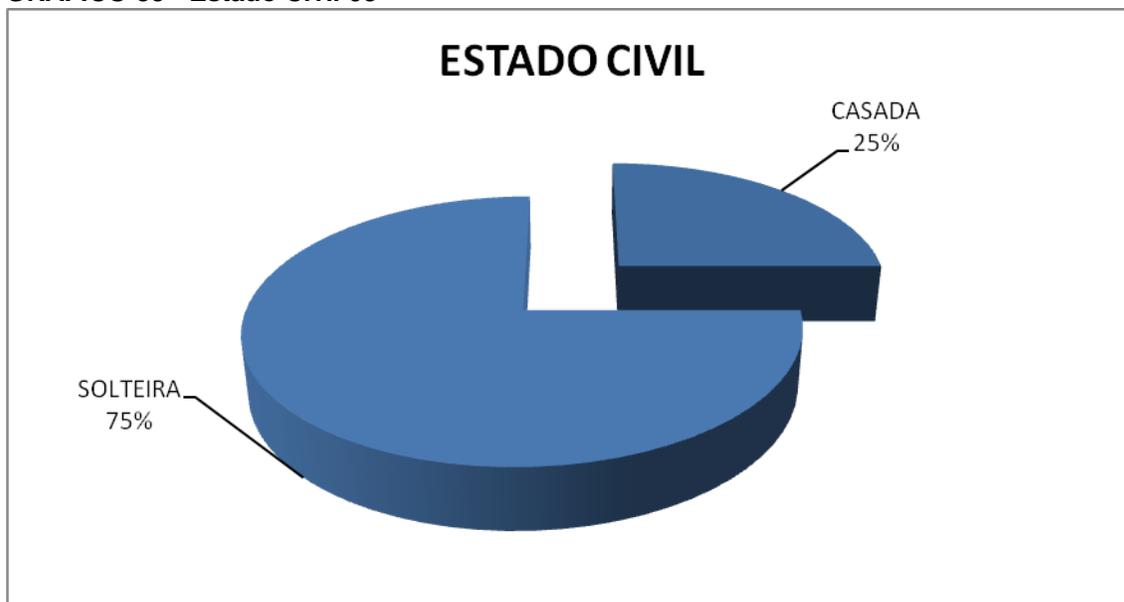
O quantitativo de famílias encontradas é muito pequeno para ser considerada uma pesquisa fidedigna, mesmo assim colocarei os dados coletados para análise do perfil proposto. Das famílias pesquisadas 100% são mulheres.

Em relação à idade Média das moradoras 50% tem entre 26 e 35 anos, 25% entre 46 e 55 anos e 25% entre 56 e 64 anos gráfico 60, mulheres jovens, independentes que lutam no dia a dia por uma condição de vida melhor.

GRÁFICO 32 - Idade Média 03

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Dessas mulheres 75% solteiras, somente 25% casadas, gráfico 33, demonstra que as mulheres não estão paradas esperando as coisas acontecerem muito pelo contrário estão indo em busca de seus sonhos sem depender de um conjugue ou de outras pessoas.

GRÁFICO 33 - Estado Civil 03

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

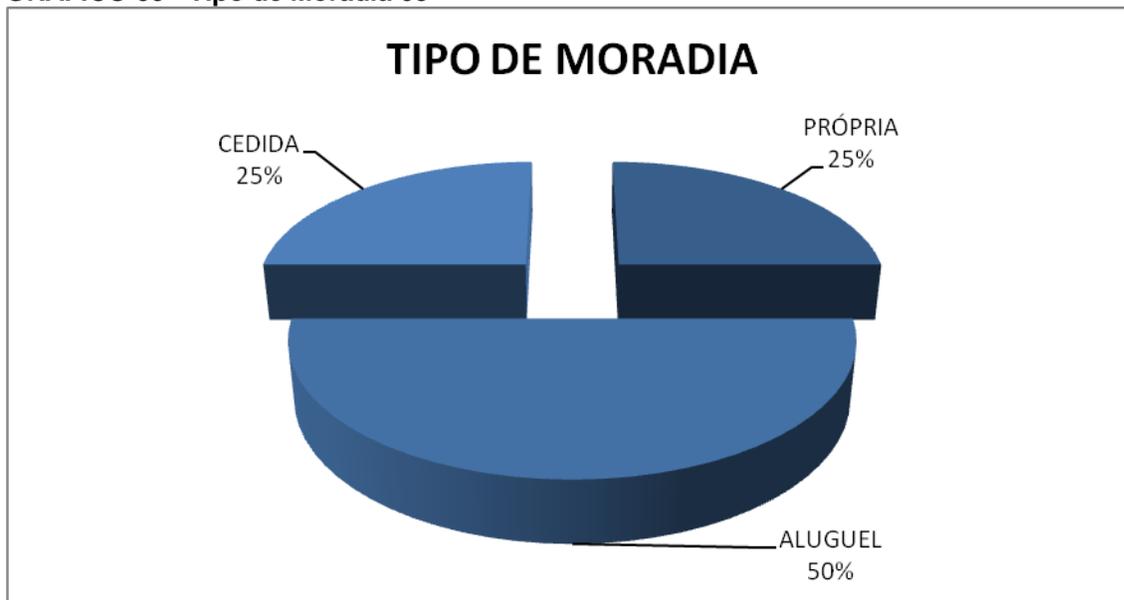
No Jardim Botânico I 75% das Mulheres trabalham e tem vínculos empregaticios, somente 25% não de acordo com o gráfico 34.

GRÁFICO 34 - Trabalho 03



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Foi perguntado aos moradores antes de mudarem para o Conjunto Habitacional qual o tipo de moradia que eles tinham. O gráfico 35 retrata 50% das famílias moravam de aluguel, 25% em casa cedida e 25% em casa própria, porém na separação o marido ficou na casa.

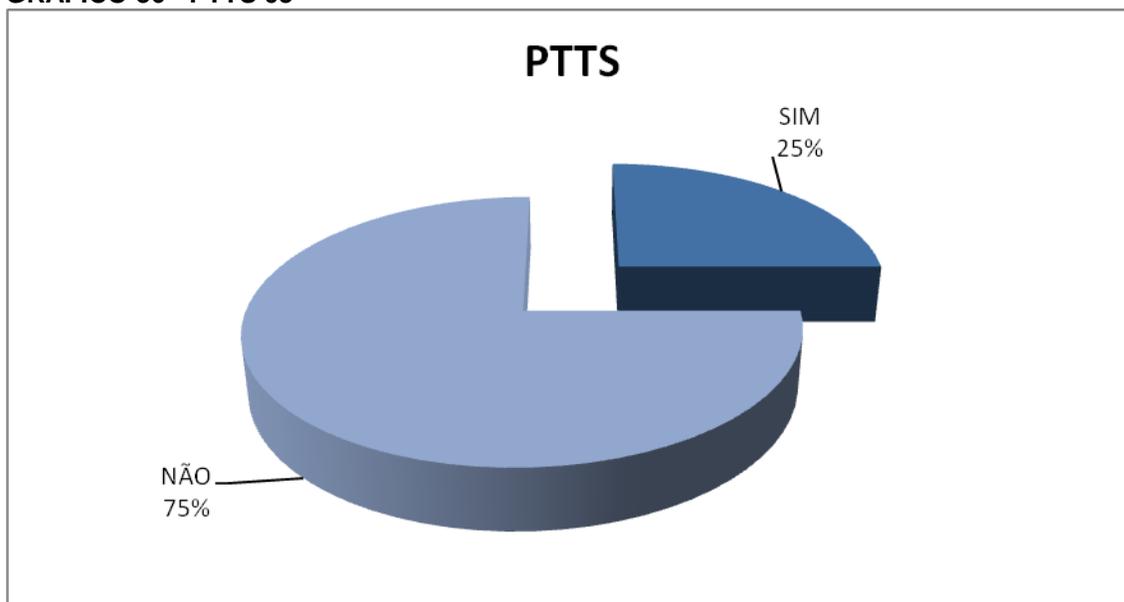
GRÁFICO 35 - Tipo de Moradia 03

Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Sobre a execução do PTTS, foi questionado às famílias se durante as reuniões que ocorriam ficava esclarecido as dúvidas em relação ao andamento do Conjunto Habitacional, ou mesmo duvidas pertinentes aos conteúdos expostos.

Apesar de considerarem as reuniões extremamente importantes, eles relatam que a assistente social só levava a eles as informações que a entidade permitia portanto não fazia diferença se as reuniões eram da engenharia, do social ou mesmo da entidade. A opinião exposta diz respeito a 75% dos entrevistados de acordo com o gráfico 36.

GRÁFICO 36 - PTTS 03



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Ao assistente social foi perguntado se eles respeitavam os horários que as famílias demandavam para as reuniões no PTTS, sabendo que isso é primordial para que se tenha um bom quantitativo de famílias presentes, e se isso de fato ocorreu, as famílias participaram em quantidade considerável?

Domiel – [...] a gente definiu um horário, mas as famílias muitos não queriam, [...] as reuniões eram no domingo á tarde, [...] de acordo com os horários das famílias, [...] no 1º domingo do mês, domingo ás 16:00 horas. O Botânico teve atividades que teve muito [...] ⁵⁹

O assistente social comenta que as famílias ficaram muito desmotivadas, pois as obras deram uma parada durante um determinado tempo, essa atitude dos futuros moradores de se ausentarem das reuniões devido a não continuidade das obras, é relevante, pois nesse momento muitos deixam de acreditar que as obras ficarão prontas, a entidade por muitas vezes fica desacreditada com a população por não cumprirem com as datas determinadas em reuniões, como dizem os participantes das pesquisas: eram marcadas as datas e nunca acontecia.

Também foi perguntado qual das reuniões que tiveram um maior índice de participação das famílias.

⁵⁹ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

Domiel- [...]foi uma palestra sobre os primeiros socorros.[...] teve uma participação maior, [...] você mora num condomínio fechado, até que o socorro possa vir, então a gente deu dicas de primeiros socorros. [...]considero que aprender um pouco mais, que muitos nunca tinham morado em condomínio fechado [...] a definição do regimento interno, muitos participaram, deram suas sugestões, suas idéias, [...]questão de animal que poderia levar para sua casa.[...]tipo de som [...]⁶⁰

É possível perceber que essas reuniões que são consideradas com maior número de participação diz respeito as discussões sobre o espaço reservado a nova moradia das famílias, dá a sensação de que está muito próximo a entrega, fator esse de relevância.

Foi perguntando às famílias se consideravam que as suas casas lhe davam condições de habitabilidade, condições de espaço, proteção contra variações ambientais, contra frio, calor.

Há uma divisão de opiniões, pois alguns comentam que sim que consideram que suas casas lhe dão condições de habitabilidade, porém um percentual igual diz que só conseguiram ter melhores condições após mudanças feitas e assumidas por eles mesmo ver gráfico 37.

GRÁFICO 37 - Habitabilidade 03



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

⁶⁰ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

FOTO 17 - Espaço alterado frente da casa - Cond. Jardim Botânico I.



Fonte: primária/ Março de 2017

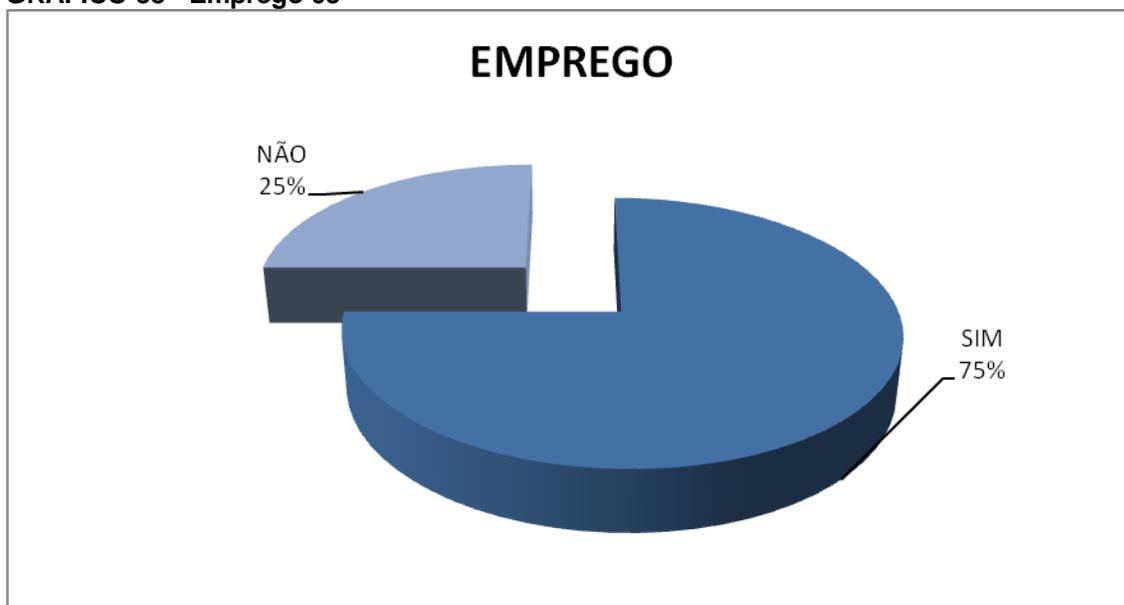
FOTO 18 - Espaço Fundos - Condomínio Jardim Botânico I.



Fonte: primária/ Março de 2017

A pergunta em relação ao Conjunto Habitacional oferecer condições de acesso para quem precisa de um emprego 75% consideram que sim (gráfico 38), mesmo porque o conjunto está mais próximo de polos de empregos ou mesmo de acessos a eles.

GRÁFICO 38 - Emprego 03



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Em relação à cultura e lazer, necessários para as famílias terem qualidade de vida, esse já é unânime; todos dizem que não existe isso. Dentro do condomínio existe um parquinho para as crianças.

FOTO 19 - PlayGround Cond. Jardim Botânico I.



Fonte: primária/ Março de 2017

FOTO 20 -- PlayGround Cond. Jardim Botânico I.



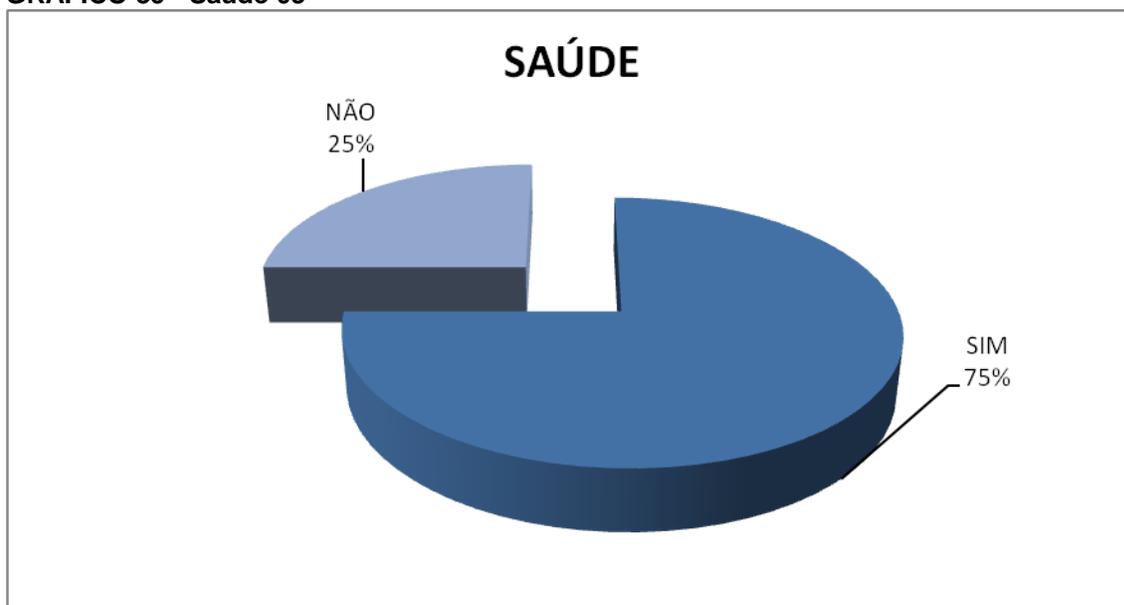
Fonte: primária/ Março de 2017

No que diz respeito a acessibilidade a portadores de deficiência, o Jardim Botânico I é considerado pelas famílias a acessibilidade melhor, não em todos os quesitos, mas pelo menos as ruas não possuem nenhum instrumento de dificuldade para a acessibilidade.

É necessário considerar que neste Conjunto não foi encontrado nenhum portador de deficiência sendo isso de fundamental importância para validar os dados aqui expostos.

Quando falamos sobre a situação da saúde 75% de acordo com o gráfico 39, o atendimento é tranquilo e que tem acessibilidade conforme a realidade brasileira.

GRÁFICO 39 - Saúde 03



Fonte Primária: Dados levantados e trabalhados pela autora em visitas às unidades habitacionais.

Na questão da segurança, há bastantes reclamações, uma das moradoras comenta que acabou de comprar uma outra moto, pois foi assaltada na portaria, porque o porteiro só fica durante o dia, eles consideram que tinha que ter um porteiro 24 hrs por dia, existem aqueles que pagam particular pela segurança, as reclamações estão fundamentadas não dentro do condomínio mas ao acesso ao condomínio.

As informações coletadas sobre a pesquisa em relação ao transporte público fica de certa forma comprometida, pois as famílias entrevistadas em sua maioria não

utilizam o transporte público, pois possuem veículos próprios o que fica mais difícil de opinar sobre o mesmo.

O condomínio é um assunto bem debatido junto aos moradores, não só de quem participou da pesquisa como dos outros, eles pagam um valor de aproximadamente R\$ 80,00 o que consideram alto, pois a prestação da casa é inferior ao valor do condomínio, mas baseado na premissa de que está sendo utilizado em um bem comum, consideram que é bem pago, porém colocam a inadimplência de muitos como um agravante, pensam que quem paga acaba pagando toda a conta mesmo daqueles que estão inadimplentes.

No que diz respeito a satisfação das famílias por morarem em condomínio fechado, todos estão muito satisfeitos.

Como dito anteriormente, é necessário o trabalho por parte do social de pós ocupação. Foi perguntado ao assistente social se eles conseguiram realizar as atividades do Pós ocupação. Segundo o assistente social, conseguiu fazer tudo corretamente.

Quando questionamos as famílias sobre a possibilidade de uma pessoa que lutasse pelo bem comum dos moradores eles ficaram pensando sobre o síndico mas , na realidade o síndico tem uma obrigação de cuidar dentro dos muros é necessário que tenha uma liderança para fora dos muros, eles ainda não conseguem identificar isso, porém ao conversar com o assistente social:

Domiel: [...] eu sempre participo com eles nas reuniões [...] eles sentarão porque queriam fazer a construção do muro, [...] eles estão concluindo agora. [...] teve uma outra reunião que eu participei de um problema, que uma das casas o morador estava com o som alto demais, tava fazendo festa, e aí não tava respeitando o regimento interno que foi criado, então eu participei com eles dessa reunião. [...] Acho que já melhorou 100%. [...] participo dos grupos também. [...] Teve um caso agora recentemente de uma criança que estava sendo abusada pelo padrasto. [...] a gente encaminhou para o Conselho Tutelar.⁶¹

⁶¹ Entrevista realizada dia 29/11/2016 com a Assistente Social da Associação Habitacional Vida Nova.

Farage (2014, p.259-260) pontua a importância à manutenção do fazer profissional do assistente social embasado no seu projeto ético político, segunda a autora alguns desafios se apresentam:

1 - Não cairmos na armadilha de fragmentação da questão urbana, os direitos devem ser tratados de forma integral. Não basta morar e necessário mobilidade social, emprego, cultura, lazer, educação e saneamento.

2 – Manter vivo em nosso cotidiano de trabalho as diretrizes de nosso projeto ético-político, com sua clara direção social vinculado aos interesses da classe trabalhadora, tendo como horizonte a superação da ordem do capital, a partir da vinculação com os movimentos sociais e entidades de classe.

3 – Fazermos o debate da questão urbana de forma articulada com o debate da questão rural, na defesa, como afirma Lefebvre, do “direito à vida urbana, transformada, renovada” (1991, p.117)

4 – Não reduzir a ação profissional a meras interferências nos espaços institucionais.

5 – Intensificar, na pauta do conjunto CFESS-CRESS, a luta pela realização de concursos públicos para assistente social nas diferentes frentes de trabalho da área urbana.

6 – Romper definitivamente com práticas higienistas.

7 – Intensificar a luta pela não subordinação do trabalho técnico social aos interesses econômicos; a definição sobre o fazer profissional é ação privativa do Serviço Social.

8 – Contribuir para a formação política dos sujeitos sociais integrantes dos movimentos sociais urbanos e para o processo de formação da consciência, a partir da apreensão das contradições capital x trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora, nos termos que Iasi (2001) apresenta.

9 – Resgatar o caráter de ação pedagógica do fazer profissional do serviço social, nos termos que Abreu (2002) apresenta.

10 – Contribuir para a sistematização das experiências organizativas da classe trabalhadora e para a socialização das mesmas entre os segmentos de classe.

Baseado nessas premissas, necessário se faz o assistente social se comprometer com a classe trabalhadora e assumir junto com essas famílias as demandas postas em cada conjunto habitacional.

As famílias tem uma determinada politização, pois diante de várias demandas procuraram ajuda, e começa assim, a luta pelos direitos dentro do condomínio. É necessário que lutem e tenha consciência dos direitos à cidade, o que sai dos muros do

condomínio. Mas o primeiro passo já foi dado, buscam conhecimento a respeito de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES

A presente dissertação percorreu, de forma sintética, a história da Política de Habitação no Brasil, partindo do suposto “descobrimento” do país até os dias de hoje, retratando o processo de lutas e conquistas ao longo dos anos. O PMCMV-E, vem se concretizando em uma alternativa dos movimentos de moradia, através de suas entidades e associações de construir o seu conjunto habitacional, onde a participação das famílias moradoras tem um papel fundamental na implementação do programa e construção do conjunto.

Através da pesquisa teórica pode-se comprovar que, ao longo dos anos, várias gestões Presidenciais não conseguiram viabilizar assistência com moradia digna, para as famílias que moravam em áreas de risco. Passamos por políticas higienistas, de segregação, de espoliação e diversas outras. De acordo com os estudos ora registrados, podemos compreender que o PMCMV-E, é considerado um programa que atende a famílias carentes, dando prioridade de atendimento àquelas que não têm condições com seus recursos próprios de possuir sua moradia digna.

O PMCMV-E estabelece vários critérios para o cadastro de famílias de forma que não se atenda outro tipo de demanda senão a acima pontuada, as grandes incorporadoras não teriam interesse em fazer moradia para pobre, partindo disso e sabendo que essa luta já estava dentro dos projetos das associações, abriu-se o leque para que os líderes comunitários pudessem cadastrar famílias nas entidades e reivindicar a linha do Programa.

A elaboração e execução do PTTS de responsabilidade do assistente social foi uma das exigências do programa, o que veio de encontro ao perfil ideológico dos profissionais do serviço social, a participação dos componentes familiares é outro critério exigido para concessão do direito à moradia, mostrado desde o objeto de estudo e no desenvolvimento da dissertação.

O trabalho do assistente social tem um forte peso dentro dos Projetos uma vez que cabe a ele pontuar assuntos que fazem parte do dia a dia das famílias, nota-se que

muitas famílias consideram a participação desse profissional importante para passar as informações de forma clara. A pesquisa comprova que a falta do trabalho em equipe do assistente social, engenheiros e arquitetos é considerado falho, tornando difícil o desenvolvimento da obra.

Os Conjuntos Habitacionais Eldorado Oeste IV, Harmonia e Jardim Botânico I, foram selecionados devido as informações do MCidades, por serem Conjuntos Habitacionais contratados, concluídos e entregues, porém não foi o constatado a partir da pesquisa empírica, por faltar a finalização de algumas unidades habitacionais.

A pesquisa comprova que uma boa parcela das famílias moradoras dos conjuntos habitacionais pesquisados, são de fato famílias que buscam ter sua casa própria por meio do mercado imobiliário, mas não conseguem por não fazer parte do perfil exigido pelas imobiliárias, com isso conclui-se a importância do acesso ao programa, na vida delas.

Outro fator de extrema importância e que merece relevância é a forte presença de mulheres, em sua maioria chefes de família, nos Conjuntos habitacionais aqui pesquisados, podemos constatar também a presença de muitas idosas que moram sozinhas em sua maioria acima de 65 anos, isso dá um grande alento em saber que mesmo depois da idade avançada conseguiram o seu grande sonho de ter sua moradia própria.

As maiorias dos moradores dos conjuntos habitacionais moravam de aluguel comprometendo boa parte de seus salários e uma outra parte dos moradores moravam de favor, ter sua moradia própria é para eles uma grande vitória.

Os conjunto habitacionais como um todo segregam as famílias, pois estão distantes das áreas centrais e ficam longe de aparatos sociais necessários a qualidade de vida, como as unidades de saúde, transporte público de qualidade, escolas, CMEIS e outros.

Outro fator agravante constatado foi a falta de segurança estabelecida em todos os conjuntos ora pesquisados, o que não se torna mérito somente de edificações

habitacionais feitos para famílias carentes, pois a violência e falta de segurança têm se tornado comum nos dias de hoje, mas infelizmente isso faz com que cresçam as especulações em torno dos projetos habitacionais feitos para famílias carentes, considerando-os polo de violência e marginalização.

Essa pesquisa trouxe à tona, a realidade dos conjuntos habitacionais como condomínios fechados para famílias de baixa renda considerados, até então, objetos de luxo feito somente para aquela população mais rica da cidade. Faz-se necessário, perceber que, apesar de serem ambientes que agradam às famílias, fazer condomínios fechados e segregados tem um forte peso na vida de muitos, pois existem aqueles que só conseguem se locomover a partir do transporte público, o que muitas vezes fica inacessível aos Condomínios fechados.

O assistente social no pós ocupação também enfrenta uma nova demanda de extrema importância para a profissão, pois diante de tantas inadequações, o que não falta é demanda para luta das famílias. O assistente social tem, agora nas mãos, um dever de fazer com que estas famílias vão à luta em busca dos seus direitos, e defendam todas as suas conquistas.

Muitos moradores questionam a integridade das associações, com questionamentos muitas vezes infundados, mas quando perguntamos se estão satisfeitos, são unânimes em dizer que se não fosse pela associação nunca teriam sua casa própria. As entidades precisavam abraçar essa causa. O PMVMV - E é um programa que merece no mínimo respeito.

REFERÊNCIAS

ANRIEL: depoimento [novembro2016]. Entrevistadora: Oliveira, Mirian Maria. Goiânia. VLC media file (31.01min.). Entrevista concedida a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. (PUC-GO)

AZEVEDO, Sérgio, Desafios da Habitação Popular no Brasil: Políticas recentes e tendências *In* CARDOSO, Adauto Lucio, Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX, ANTAC ,2007.

BARBIEL: depoimento [novembro2016]. Entrevistadora: Oliveira, Mirian Maria. Goiânia. VLC media file (17.15min.). Entrevista concedida a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. (PUC-GO)

BENETTI, Pablo. Habitação Social e Cidade desafios para o ensino do projeto, Rio de Janeiro, Rio Books, 2012.

BONDUKI, Nabil. Do projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida *In* Teoria e Debate, Edição 82, 2009.

_____, Nabil. Habitação & Autogestão. Construindo Territórios de Utopia: Rio de Janeiro, FASE, 1992.

_____. Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria: São Paulo; Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. Constituição Brasileira, outorgada em 10 de Novembro de 1937. Brasil, 1937.

_____. Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado 1988.

_____. Constituição Republicana, Brasil, 1891.

_____. Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991. Brasília: 1991.

_____. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Brasília: 1992 –A.

- _____. Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992. Brasília: 1992 –B.
- _____. Decreto nº 6135, de 26 de Junho de 2007. Brasília: 2007.
- _____. Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 A.
- _____. Estatuto do Trabalhador Rural, Brasil, 1963.
- _____. Estatuto da Terra. Brasil, 1964.
- _____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Brasília: 2001.
- _____. Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Brasília: 2009.
- _____. Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005. Brasília: 2005.
- _____. Lei de Terras, Brasil, 1850.
- _____. Lei do Inquilinato, 1921.
- _____. Lei do Inquilinato, 1942.
- _____. Lei nº 8662, Brasil, 2003.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação – Ministério das Cidades, Secretária Nacional de Habitação. Brasília, 2010 - A.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação: Política Nacional de Habitação. Brasília, 2004.
- _____. Portaria nº 21 do Ministério das Cidades, Brasil, 2014.
- _____. Portaria nº 412 do Ministério das Cidades, Brasil, 2015.
- _____. Resolução nº 460 do CCFGTS, Brasil, 2004.
- _____. Resolução nº 412 da CONAMA, Brasil, 2009 - A.
- _____. Resolução nº 141 do PMCMV, Brasil, 2009- B.

_____. Secretária dos Direitos Humanos da Presidência da República, Direito a Moradia Adequada, Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BORIS, Fausto História do Brasil: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995.

BRASÍLIA. Caderno de Orientação Técnico Social, Brasília, 2010- B.

_____. Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – Recursos FDS, Manual CEF, 2010 - C

BRASÍLIA, Trabalho social em programas de habitação de interesse social, Brasília, 2014 - A.

CNBB, Igreja e Problemas da Terra, 1980.

_____, Solo Urbano e Ação Pastoral, 1982.

DAVIS, Mike. Planeta Favela: São Paulo, Boitempo, 2006.

DOMIEL: depoimento [novembro2016]. Entrevistadora: Oliveira, Mirian Maria. Goiânia. VLC media file (25.55min.). Entrevista concedida a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. (PUC-GO)

DUTRA, Olívio. Cartilha Final do Conselho das Cidades, Brasil, 2004.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org). Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária. São Paulo; Cortez, 2014.

_____. Estatuto da União Estadual por Moradia Popular do Estado de Goiás. Goiânia: 2007.

_____. Lei nº28, de 19 de julho de 1893.

HARVEY, David. A liberdade da cidade *In* HARVEY, David. Cidades Rebeldes, BoiTempo Editoria, 2014.

HOBBSAWN, Eric J. A era das revoluções, 1789-1848: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2014.

_____, Marilda Vilela. Trabalho e Individuo Social. São Paulo, Cortez, 2011.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara, Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo *in* KOWARICK, Lúcio, As lutas sociais e a cidade; São Paulo Passado e Presente, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KUTIEL: depoimento [novembro2016]. Entrevistadora: Oliveira, Mirian Maria. Goiânia. VLC media file (45.43min.). Entrevista concedida a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. (PUC-GO)

MARICATO, Ermínia; É a questão urbana, estúpido! *IN* VAINER, Carlos; HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; “Et al”. Cidades Rebeldes, passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil. Boi Tempo, São Paulo, 2012.

_____, Ermínia. Habitação e Cidade, São Paulo, Atual, 1997.

_____, Ermínia. Moradia Social: condição para cidades melhores *IN* *Construção Mercado n° 38*, 2004.

MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra: São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã, São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia; Estado, Classe e Movimento Social, São Paulo, Cortez, 2011.

MORAES, Lúcia Maria. A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia. Editora da UCG, 2003.

_____, Direito Humano à Moradia e Terra Urbana: Plataforma Dhesca Brasil, Curitiba, PR, 2008.

MOYSÉS, Aristides. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia. Ed. Da UCG, 2004.

_____, Aristides, CUNHA, Débora Ferreira, BORGES, Eucileni de Melo, MAIA, Tule Cesar Barcelos. Impactos da Produção Habitacional contemporânea na Região Metropolitana de Goiânia: dinâmica, estratégias de mercado e a configuração de novas espacialidades e centralidades *In* Cardoso, Adauto Lucio. O programa Minha casa minha vida e seus efeitos territoriais, Letra Capital, Rio de Janeiro, 2013.

ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

_____, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, 1966 –A.

_____, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966-B.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo. Editora Brasiliense S.A, 1984.

ROLNIK, Raquel. Como Fazer valer o direito das mulheres, ONU, 2012.

_____, Raquel. Estatuto da Cidade – Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza *In*, SAULE JUNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel: Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo, Pólis, 2001 (Caderno Pólis, 4)

_____, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra na era das Finanças. São Paulo. Boitempo, 2015.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos *In* AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz Cruz, Minha Casa... e a cidade? Avaliação do Programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros, Rio de Janeiro. Letra Capital, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. “Questão Social”, particularidades no Brasil, São Paulo. Cortez, 2012.

SAULE JÚNIOR, Nelson; Estatuto da Cidade – Instrumento de Reforma Urbana *In*, SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel: Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana. São Paulo, Pólis,2001 (Caderno Pólis,4)

VATICANO, Encíclica Mater, 1961.

VIEIRA, Evaldo. Os direitos e a política social, São Paulo, Cortez, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título **O ASSISTENTE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Goiânia de 2009 a 2015**. Meu nome é **Mirian Maria de Oliveira**, sou a pesquisadora (r) responsável, **mestranda em Serviço Social**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias e em todas as páginas, sendo a primeira via de guarda e confidencialidade do Pesquisador (a) responsável e a segunda via ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o (a) pesquisador (a) responsável **Mirian Maria de Oliveira**, ou com o (a) orientador (a) da pesquisa Professor (a) **Dra. Lúcia Maria Moraes**, nos telefones **(62) – 9386-2455 (Claro/WhatsApp)**, **(62) 8122-3471(TIM)**, ou através do e-mail mirianderek@hotmail.com. Em caso de dúvida **sobre a ética aplicada a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, localizado na Avenida Universitária, Nº 1069, Setor Universitário, Goiânia-Goiás, telefone: (62) 3946-1512, funcionamento: 8h as 12h e 13h as 17h de segunda a sexta-feira. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

A pesquisa (aplicação do questionário) será realizada em sua residência, tendo apenas um questionário com respostas sim ou não que serão feitas pelo próprio pesquisador e preenchidas com o seu acompanhamento não excedendo a duração máxima de 60 minutos. Justificando que é de fundamental importância a sua

participação por fazer parte do grupo proposto pela equipe de pesquisa que estabelece os possíveis entrevistados sendo: famílias com mulheres provedoras, famílias com deficientes ou provedoras com mais de 65 anos, tendo por objetivo esclarecer a necessidade de uma boa elaboração e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) realizado nos projetos habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades bem como a importância do Assistente Social estar à frente desses projetos na elaboração e execução sendo o mesmo considerado um profissional articulado com as políticas públicas e direitos relacionados à cidadania.

A aplicação do questionário será feita com as famílias que participaram da execução do Projeto de Trabalho Técnico Social realizado durante a construção de suas casas. O procedimento utilizado será a aplicação do questionário pelo próprio pesquisador. As respostas dadas pelo participante serão passadas para o questionário com o acompanhamento do mesmo em tempo real.

As perguntas foram elaboradas de forma ética e específica a fim de evitar ou minimizar qualquer possibilidade de danos ou mesmos constrangimentos, desta forma você terá o entendimento total a respeito das perguntas, despertando assim o seu interesse acerca da importância de sua participação nessa pesquisa.

Serão perguntas com duas respostas sendo sim ou não, as informações relacionadas ao questionário serão anexadas na pesquisa, porém para que seja minimizado o risco de ter sua opinião exposta, serão usados codinomes durante a exposição dos dados, ficando assim restrita a informação dos nomes somente a equipe pesquisadora.

Envidarei esforços no sentido de evitar qualquer forma de desconforto respeitando sua individualidade, por se tratar de um assunto delicado e que normalmente afeta a emoção das pessoas caso ocorra a necessidade de interromper a pesquisa ou mesmo necessidade de assistência médica psicológica a mesma será feita de forma integral e gratuita seja por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios pelo período que se fizer necessário mesmo após o encerramento da pesquisa lembrando

que o seu retorno a pesquisa ficará disponível caso haja liberação médica e interesse de sua parte em dar continuidade.

Qualquer tipo de dúvida em relação à pesquisa você poderá questionar em qualquer momento no decorrer da entrevista (aplicação de questionário) e sua participação será voluntária porém de extrema importância para a pesquisa pois através do questionário respondido teremos uma base mais clara do que realmente o PTTS tem colaborado com as famílias inseridas no programa no que diz respeito a emancipação humana do cidadão e para que se consiga melhorar os projetos futuros.

Sabendo que por se tratar de uma entrevista (questionário aplicado) feito em sua própria residência não terá nenhum custo para ambas as partes, no entanto fica claro que na possibilidade de algum custo em decorrência de alguma necessidade de deslocamento para a entrevista (questionário aplicado) você será indenizado ou mesmo ressarcido com o valor gasto no deslocamento.

Faz-se necessário esclarecer que é de sua livre escolha a participação nessa pesquisa, tendo a plena liberdade de recusar a sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Asseguro o sigilo das informações confidenciais.

O material (questionário aplicado) da pesquisa será conservado sobre minha guarda e confidencialidade pelo prazo de (5) cinco anos, após esse período serão incineradas. Prevê que a coleta de dados será realizadas com prazo máximo de 60 dias.

Após a pesquisa (questionário aplicado) e conclusão da Dissertação do Mestrado me comprometo a disponibilizar a conclusão do trabalho realizado as famílias participantes da entrevista (questionário) caso haja interesse.

O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declaram: que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios devido a sua participação neste estudo, que toda informação será

absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

Eu _____, abaixo assinado, discuti com **Mirian Maria de Oliveira** sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos e tardios quando necessário. Concordo voluntariamente em participar desse estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste serviço.

Goiânia, ____, de _____, de 2016.

Assinatura do Participante

____/____/____

DATA

Assinatura do pesquisador

____/____/____

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do Projeto de Pesquisa sob o título **O ASSISTENTE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Goiânia de 2009 a 2015**. Meu nome é **Mirian Maria de Oliveira**, sou o pesquisador (a) responsável, **mestranda em Serviço Social**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias e em todas as páginas, sendo a primeira via de guarda e confidencialidade do Pesquisador (a) responsável e a segunda via ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o (a) pesquisador (a) responsável **Mirian Maria de Oliveira**, ou com o (a) orientador (a) da pesquisa Professor (a) **Dra. Lúcia Maria Moraes**, nos telefones **(62) – 9386-2455 (Claro/WhatsApp)**, **(62) 8122-3471(TIM)**, ou através do e-mail mirianderek@hotmail.com. Em caso de dúvida **sobre a ética aplicada a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, localizado na Avenida Universitária, Nº 1069, Setor Universitário, Goiânia-Goiás, telefone: (62) 3946-1512, funcionamento: 8h as 12h e 13h as 17h de segunda a sexta-feira. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma instância vinculada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

A pesquisa (entrevista) será realizada na sede da Associação, tendo um questionário com perguntas abertas que serão feitas pelo próprio pesquisador e gravadas com a fala tanto do pesquisador como do entrevistado, o intuito da gravação da entrevista é para que no momento das respostas serem transcritas para a pesquisa não se perca nenhuma fala do entrevistado, ficando assim fidedigna as respostas, a mesma não excederá a duração máxima de 120 minutos. Justificando que é de

fundamental importância a sua participação por fazer parte do grupo proposto pela equipe de pesquisa que estabelece os possíveis entrevistados sendo: o Assistente Social responsável pela elaboração e execução do Projeto bem como a pessoa responsável pela Associação na execução do mesmo. Tendo por objetivo esclarecer a necessidade de uma boa elaboração e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) realizado nos projetos habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades bem como a importância do Assistente Social estar à frente desses projetos na elaboração e execução sendo o mesmo considerado um profissional articulado com as políticas públicas e direitos relacionados à cidadania.

A entrevista será feita com o Assistente Social e o responsável pela Associação que participarão da elaboração e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social realizado durante a construção do empreendimento. O procedimento utilizado será a gravação da entrevista (somente voz) pelo próprio pesquisador.

As respostas dadas pelos participantes da pesquisa serão transcritas sem perder nenhuma fala do entrevistado para o projeto.

As perguntas foram elaboradas de forma ética e específica a fim de evitar ou minimizar qualquer possibilidade de danos ou mesmos constrangimentos, desta forma você terá o entendimento total a respeito das perguntas, despertando assim o seu interesse acerca da importância de sua participação nessa pesquisa.

Serão perguntas abertas relacionadas a elaboração e execução do PTTS bem como do projeto arquitetônico, as informações relacionadas a entrevista será anexadas na pesquisa, porém para que seja minimizado o risco de ter sua opinião exposta, serão usados somente a identificação de Assistente Social responsável pelo projeto e Responsável pela Associação que desenvolveu o projeto junto as famílias durante a exposição dos dados, ficando assim restrita a informação dos nomes somente a equipe pesquisadora.

Envidarei esforços no sentido de evitar qualquer forma de desconforto respeitando sua individualidade, por se tratar de um assunto delicado e que normalmente afeta a emoção das pessoas e caso ocorra a necessidade de interromper

a pesquisa ou mesmo necessidade de assistência médica psicológica a mesma será feita de forma integral e gratuita seja por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios pelo período que se fizer necessário mesmo após o encerramento da pesquisa lembrando que o seu retorno a pesquisa ficará disponível caso haja liberação médica e interesse de sua parte em dar continuidade.

Qualquer tipo de dúvida em relação a pesquisa você poderá questionar em qualquer momento no decorrer da entrevista (gravação) e sua participação será voluntária porém de extrema importância para a pesquisa pois através da entrevista teremos uma base mais clara do que realmente o PTTS tem colaborado com as famílias inseridas no programa no que diz respeito a emancipação humana do cidadão e para que se consiga melhorar os projetos futuros bem como uma maior clareza no que diz respeito a elaboração e execução do PTTS, como também do projeto arquitetônico.

Sabendo que por se tratar de uma entrevista feita na sede da Associação não terá nenhum custo para ambas as partes, no entanto fica claro que na possibilidade de algum custo em decorrência de alguma necessidade de deslocação para a entrevista, você será indenizado ou mesmo ressarcido com o valor gasto no deslocamento.

Faz-se necessário esclarecer que é de sua livre escolha a participação nessa pesquisa, tendo a plena liberdade de recusar a sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Asseguro o sigilo das informações confidenciais.

O material (entrevista gravada) da pesquisa será conservado sobre minha guarda e confidencialidade pelo prazo de (5) cinco anos, após esse período serão incineradas. Prevê que a coleta de dados será realizadas com prazo máximo de 60 dias.

Após a pesquisa (entrevista gravada) e conclusão da Dissertação do Mestrado me comprometo a disponibilizar a conclusão do trabalho realizado aos participantes da entrevista caso haja interesse.

O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declaram: que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos oriundos, imediatos ou tardios devido a sua participação neste estudo, que toda informação será absolutamente confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

Eu _____, abaixo assinado, discuti com **Mirian Maria de Oliveira** sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim, quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos e tardios quando necessário. Concordo voluntariamente em participar desse estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste serviço.

Goiânia, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

____/____/____

DATA

Assinatura do pesquisador

____/____/____

DATA